



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA CLARA SILVA

**DA ESCRITA DE SI À CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: A TRAJETÓRIA
DE LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO (1896-1935)**

Brasília, setembro de 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA CLARA SILVA

**DA ESCRITA DE SI A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: A TRAJETÓRIA
DE LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO (1896-1935)**

LINHA DE PESQUISA: História Social e
suas Múltiplas Formas

Orientador: Prof. Dr. José Inaldo Chaves

Texto apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
de Brasília como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestra em História.

Brasília, setembro de 2024.

MARIA CLARA SILVA

**Da escrita de si à construção da imagem pública: a trajetória de Leolinda de Figueiredo
Daltro (1896-1935)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Inaldo Chaves

ORIENTADOR

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Neuma Brilhante Rodrigues

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar

Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Dra. Vânia Maria Losada Moreira

SUPLENTE

Universidade de Brasília

Brasília, setembro de 2024.

DA ESCRITA DE SI À CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: A TRAJETÓRIA DE LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO (1896-1935)

RESUMO

Esta dissertação investiga como Leolinda de Figueiredo Daltro, professora, indigenista e feminista, construiu sua imagem pública por meio da "escrita de si" e da imprensa para divulgar seu projeto político. A pesquisa analisa suas obras “Inícios do Feminismo no Brasil – subsídios para a História”, de 1918 e “Da Catechese dos índios do Brasil. Notícias e documentos para a História: 1896-1911” publicada em 1920, esta última sendo uma seleção de matérias jornalísticas, abaixo assinados, cartas, declarações e atas sobre suas ações, onde ela se apresenta como “mulher capaz, patriótica, heroína e digna”. Para ampliar a compreensão, são examinadas matérias jornalísticas da época que ficaram fora da compilação de suas obras autobiográficas, permitindo entender seus critérios de seleção de conteúdo. A pesquisa buscou evidenciar como Leolinda utilizou essas fontes para moldar uma imagem de respeito e conquistar apoio público e oficial para sua causa, utilizando desses campos de ação para edificar uma imagem pública de si mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Leolinda de Figueiredo Daltro, imagem pública, imprensa, escrita de si, biografia.

ABSTRACT

This dissertation investigates how Leolinda de Figueiredo Daltro, a teacher, indigenist and feminist, constructed her public image by “writing about herself” and using the press to publicize her political projects. The research analyzes her works “Inícios do Feminismo no Brasil - subsídios para a História”, from 1918 and “Da Catechese dos índios do Brasil. Notícias e documentos para a História: 1896-1911” (News and Documents for History: 1896-1911) published in 1920, the latter being a selection of newspaper articles, undersigned letters, declarations and minutes about her actions, in which she presents herself as a ‘capable, patriotic, heroine and dignified woman’. In order to broaden our understanding, we examine newspaper articles from the time that were left out of the compilation of her autobiographical works, allowing us to understand her content selection criteria. The research sought to highlight how Leolinda used these sources to shape an image of respect and win public and official support for her cause, using these fields of action to build a public image of herself.

KEYWORDS: Leolinda de Figueiredo Daltro, public image, press, self-writing, biography.

Em memória de minhas bisavós: Jovelina e Deolinda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - O exercício autobiográfico de Leolinda de Figueiredo Daltro: a biografia em duas dimensões	17
1.1 O lugar da virtude em seus escritos autobiográficos	17
1.2 Biografia como objeto para a escrita da história: a invenção de uma personagem	30
CAPÍTULO 2 - Leolinda de Figueiredo Daltro e a causa indígena: a figura de uma “catechista leiga”	45
2.1 A “catequese leiga” de Leolinda de Figueiredo Daltro: uma disputa acerca das questões indígenas na primeira metade do século XX	45
2.2 A imprensa aliada: Estratégias de visibilidade e promoção de sua causa indigenista	54
CAPÍTULO 3 - Leolinda de Figueiredo Daltro e a construção de um legado: Fundação do Partido Republicano Feminino, suas estratégias para avançar no espaço público e sua participação no alcance do sufrágio feminino	66
3.1 Leolinda e a sua aproximação ao feminismo: A criação da Junta Feminil	66
3.2 A construção de um legado: A fundação do Partido Republicano Feminino e os avanços no espaço público	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
FONTES	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Embora isso não seja uma biografia, é importante mobilizar alguns dados biográficos da personagem central desse estudo. Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu em 1859, em Nagé, Bahia, e, ao final da década de 1880, se mudou com a família para a cidade do Rio de Janeiro. Chegando a nova cidade, logo conseguiu um emprego como professora na escola mista de Santa Isabel, no Matadouro de Santa Cruz. Durante o tempo que perdurou o Império, a professora se orgulhava de ter recebido a visita da princesa Isabel e de seu marido, acompanhados dos senhores Floriano Peixoto e Pinto Peixoto¹, que avaliaram com ótimas impressões os trabalhos desenvolvidos na escola.

Já nos primeiros anos da República, tornou público seu apoio ao novo regime. Neste período, teceu uma rede de aliados que contava, dentre outros, com figuras como Quintino Bocaiúva², padrinho de sua filha Áurea Castilho e responsável pela direção do jornal O paiz até a data de 1901 e Orsina da Fonseca³, primeira esposa de Hermes da Fonseca⁴. A influência desta última para Leolinda Daltro refletiu na escolha de seu nome para a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, criada em 1911, por Leolinda, que foi destinada ao ensino de artes e profissões das mulheres⁵. Esta instituição se tornaria importante plataforma política e em cuja tipografia viriam a ser publicadas as obras “Inícios do Feminismo no Brazil – subsídios para a História,” em 1918, e “Da Catechese dos índios do Brazil. Notícias e documentos para a História: 1896-1911”⁶, em 1920.

Estes textos reuniram os esforços e articulações de Leolinda Daltro durante as primeiras três décadas da República e foram produzidos como prova de aptidão e

¹ Leolinda narra a visita da princesa imperial na ata de fundação da Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, em 1909. Ver em DALTRO, Leolinda. Início do Feminismo no Brasil. **Subsídios para a História**. Rio de Janeiro: Typographia da Escola Orsina da Fonseca/ Leolinda Daltro; introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha. -- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. – (Coleção vozes femininas), (Obra original publicada em 1918) p. 2.

² Jornalista, que chegou a ocupar posição de ministro das Relações Exteriores, da Agricultura e dos Transportes e presidente do estado do Rio de Janeiro na primeira década da República. SILVA, Eduardo. Idéias políticas de Quintino Bocaiúva. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa; Senado Federal, 1986.

³ Como primeira-dama, Orsina dedicou-se à assistência social e desempenhou um papel fundamental no apoio à causa feminina no início do século XX. Também auxiliou o marechal Mallet na fundação do Orfanato Osório.

⁴ Presidente da República eleito em 1910 em disputa contra Rui Barbosa.

⁵ Os projetos educacionais da época descartavam as mulheres dos cursos profissionalizantes, o que resultou em um aumento significativo de mulheres assumindo o papel de professoras primárias. Essa situação ocorreu devido à escassez de professores e aos baixos salários, abrindo assim uma nova oportunidade profissional para elas: a *feminização* do magistério. Em consonância com essa tendência, Leolinda iniciou o projeto de *artes e profissões*, as alunas além de cursar as matérias do programa oficial, tinham a oportunidade de aprender novas aptidões que lhe rendessem trabalhos. Embora a proposta pareça novidade, era uma prática muito comum entre os escritos das professoras e feministas do mesmo período, como Elaine Rocha detalha a partir da nota de rodapé. DALTRO, 2022, p. 26.

⁶ A seguir estes livros serão referenciados apenas por “Inícios do feminismo” e “Da Catechese”.

competência para requerer sua nomeação como diretora dos índios, em 1909, de alistamento como eleitor ao lançar sua candidatura a intendente do Rio de Janeiro, nos anos 1919 e 1926, e, finalmente, em 1934, após a conquista do sufrágio feminino, apresentar a candidatura a Assembleia Constituinte.

Falemos sobre tais escritos. “Da Catechese” foi elaborado a partir da compilação de documentos diversos escritos por terceiros, mas que dão vida à missão da professora pelo interior do país, em companhia do grupo de indígenas Cherentes, dedicada ao ensino de catequese leiga e proteção dos “selvícolas”. Inícios do feminismo, por sua vez, embora tenha sido publicado anteriormente, engloba a transcrição da ata da primeira assembleia da fundada Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, com objetivo de influenciar as eleições de 1910, mais adiante convertido no primeiro Partido Republicano Feminino – PRF, em 1911.

Leolinda Daltro investiu muito em sua reputação como militante das causas feministas e indigenistas. Repetindo a estratégia de ser vista, participava de eventos cívicos sempre acompanhada dos grupos indígenas, das alunas ou das mulheres filiadas ao PRF, não lhe escapando uma celebração pública. Tal visibilidade se refletiu em numerosos elogios e ressentimentos estampados nas folhas dos jornais que revelam suas aparições. Nestas publicações também encontramos, após uma longa revisão das fontes, a nota de seu falecimento decorrente de um fatídico atropelamento na movimentada avenida XV, em 1935, aos seus longínquos 76 anos de idade.

Mesmo após anos depois de sua morte seu nome ainda teve um alcance significativo, refletido, por exemplo, no reconhecimento que recebeu em 2003 quando foi criado o Diploma de Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro,⁷ concedido às 10 personalidades mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à luta pelos direitos femininos, outorgado na resolução nº 233 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ.

Esta pesquisa discute a construção de uma imagem pública por Leolinda de Figueiredo Daltro, a partir de suas publicações “Inícios do Feminismo no Brasil – subsídios para a História”, em 1918, e “Da Catechese dos índios do Brasil. Notícias e documentos para a História: 1896-1911”, em 1920 e dos excertos de jornais que escapam os documentos ordenados e rearranjados no texto das obras - que pretendem funcionar para apontar as aproximações e distanciamentos com a imprensa carioca entre 1896 e 1935. Propondo que a

⁷ Projeto de Resolução, Deputada Ines Pandelo. Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/2dc93e0802af5c1683256cee006c3d79/66f0cb84fd75a09483256cf5007258bd?OpenDocument>>

reunião destes materiais seja interpretada como parte da escrita de si, das estratégias e imagem pública construídas por Daltro.

Para realizar a pesquisa proposta, o corpus documental conta, então, com as duas obras principais, publicadas por Leolinda, como já mencionado: “Inícios do Feminismo” e “Da Catechese”, com dois anos de intervalo entre uma publicação e outra ambas impressas no Rio de Janeiro pela Typographia da Escola Orsina da Fonseca. Serão também analisadas uma Memória, publicada nos Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909, que foi incluída no texto “Da Catechese”.

O primeiro texto publicado por Leolinda, “Inícios do Feminismo”, trata-se de um opúsculo, impresso de poucas páginas, que dá conta da primeira ata de assembleia inaugural da fundada Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, em 1909. Editado a primeira vez pela Typographia da Escola Orsina da Fonseca em 1918, que recebeu uma nova edição em 2022 no projeto “Coleção Vozes Femininas” da Câmara dos Deputados⁸, com introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha⁹.

Dentre as mulheres presentes na reunião, a transcrição indica pouco mais de 25 mulheres, entre elas destacam-se Áurea Castilho Daltro, filha mais nova de Leolinda Daltro, e, responsável por secretariar a sessão, como também sua outra filha Alcina de Figueiredo Amazonas e sua nora Maria Antonietta Malinconico de Figueiredo. E presidindo a sessão Leolinda Daltro, que profere longa exposição dos motivos que ocasionaram tal reunião.

[...] expor os meus projetos e os meus ideais, na esperança de conseguir que deles compartilhem as minhas dignas conterrâneas [...] sou forçada ocupar-me da minha pessoa em demorada exposição, o que, por certo, não levarei a mal, por ser isto indispensável para a clareza do assunto [...] fazer-vos, em síntese, a narração do que tenho sido para chegar ao ponto principal que me impeliu a realizar esta sessão.¹⁰

Importante enfatizar que, ao longo da ata transcrita Leolinda traça um resumo de sua trajetória, ou melhor daquilo que parece ser conveniente mencionar, como sua atuação de professora catedrática, a fundação da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca “facultando-lhes assim aptidões necessárias a fim de que, ao saírem da escola,

⁸ O que facilitou o acesso à fonte, considerando que antes, a obra só estava disponível em formato físico no Museu de São Paulo - MASP.

⁹ Importante pesquisadora e difusora das discussões que cercam a trajetória de Leolinda, principalmente, a partir do trabalho biográfico ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a pena e a espada**: a trajetória de Leolinda Daltro (1859 – 1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002.

¹⁰ DALTRO, 2022, p. 25. Importante dizer que algumas citações das obras serão usadas mais de uma vez ao longo da dissertação, de modo a perceber e apreender cada detalhe para cada argumento que constroi este texto.

pudessem obter, com trabalho, os meios de subsistência”¹¹. E não por acaso, exibindo a cada passagem citações de participações em eventos cívicos em companhia de suas alunas.

Adiante as páginas do opúsculo são tomadas pela demonstração de sua atuação em prol dos povos indígenas, após declarar sua possível ascendência indígena, um dos motivos que despertou sua aspiração em seguir viagem ao interior do país entre os anos de 1896 e 1900. Anunciado, então, seu projeto baseado numa “educação civilizadora e patriótica”¹² destes povos, e mais a frente, ambicionava o cargo de diretora dos índios¹³, sendo retomado posteriormente na publicação “Da Catechese” em 1920.

Sem a nomeação, e alegando sua indignação, aguardava por um momento oportuno, no qual pudesse agir diante da injustiça que acreditava ter sofrido. Para a professora esse momento teria chegado após a Convenção de Maio em 1909, que marcou a aprovação da candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República, formando a chapa Hermes-Wenceslau.

A função da reunião convocada por Leolinda Daltro se apresentava, assim, como meio para fundação de uma associação de mulheres destinadas a influenciar as eleições de 1910, evidenciado por sua proposta: “Tendes pais, maridos, irmãos, parentes e amigos que, mais felizes do que nós, gozam do direito do voto. Pois bem! Façais junto deles o trabalho de propaganda para que vingue a nossa chapa”¹⁴. Após salvas de palmas, abriu-se a discussão entre as mulheres presentes, expondo cada uma seu ponto de vista, depois de atentamente escutar a senhora Leolinda Daltro.

Das questões levantadas, surgiram três principais: a indicação do nome da associação feminina, que passou a ser denominada de Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau; a indicação de produzir um manifesto em favor dos candidatos Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz, ambas aprovadas numa votação de 18 contra 7; e por último, a criação de listas de adesão para os ideias da Junta Feminil, com aprovação unânime. Sem demora, a sessão foi encerrada com vivas aos candidatos, à emancipação feminina e a senhora Leolinda Daltro.

¹¹ Ibid., p. 26.

¹² Leolinda encontrava inspiração em seu projeto de catequese leiga em trabalhos como o de Couto Magalhães, que propunha a transformação dos indígenas em trabalhadores nacionais. Influenciada pela propaganda da civilização positivista e consciente de seu papel como mulher-mãe, ela assumia o papel de professora-civilizadora, dedicando-se assim à catequese leiga. Essa missão era vista por ela como uma responsabilidade pessoal, acreditando possuir os atributos necessários para tal tarefa, além de reconhecer sua ancestralidade indígena como um fator motivador. ROCHA, 2022, p. 158 e 159.

¹³ Segundo Rocha (2002), este era o cargo ocupado por militares e funcionários públicos até 1845, quando foi outorgado a substituição para os diretores de índios religiosos. Leolinda propôs sua nomeação como diretora dos índios, após retornar ao Rio de Janeiro em 1900. Solicitando às autoridades que lhe concedesse o cargo, exibindo suas competências para tal posicionamento. Ibid., p. 194 e 195.

¹⁴ DALTRO, 2021, p. 49.

A segunda documentação refere-se à obra “Da Catechese”, edição original impressa pela oficina da Typographia da Escola Orsina da Fonseca, em 1920. Em contrapartida ao opúsculo, reúne um conjunto de documentos variados, dos quais estão presentes excertos de jornais, fotografias, abaixo assinados, cartas, discursos proferidos em eventos cívicos, as atas da Associação de Proteção e Auxílio aos Selvícolas do Brasil e uma Memória publicada nos Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, ambas datadas em 1909, que vieram a ser incorporadas ao texto.

A divisão do texto é organizada em prólogo e dois capítulos. Os capítulos são intitulados Noticias e Documentos e A minha acção pelos autóchthnones na Capital Federal, ambos revelam as tramas da jornada de Leolinda Daltro em direção ao interior do país, em companhia do grupo de indígenas Cherente que vieram ao Rio de Janeiro solicitar a assistência governamental, possíveis doações e a nomeação de um professor para o aldeamento. A professora prontamente se apresentou para seguir com o grupo, desejando colocar em prática o projeto de catequese leiga¹⁵.

Os registros encontrados no primeiro capítulo são descritos quase enquanto um álbum de viagem, que dá conta de suas andanças entre os anos de 1896 e 1900, sendo excertos de jornais, cartas e uma espécie de declaração em apoio a sua *missão patriótica*. Escritos por terceiros, mas ordenados cronológico e geograficamente, buscava demonstrar a eficácia do projeto de *catequese leiga* e a competência de Leolinda Daltro para assumir a nomeação de um cargo oficial.

Nesta ocasião, o segundo capítulo dá início a partir do seu retorno a cidade do Rio de Janeiro em 1900, ilustrado pelo esforço em conquistar a nomeação do cargo de diretora dos índios, que reuniu excertos de jornais, fotografias, discursos, uma Memória, e por último, atas da Associação de Proteção aos Selvícolas do Brasil.

A professora D. Leolinda Daltro, acompanhada de seus actuaes educandos e catechumenos, esteve hontem no Palácio do Cattete. A Sra. Daltro pretende obter sua jubilação como professora e ser nomeada Civilisadora dos indios. Não quer dinheiro algum do governo. Irá manter-se com seu honorario de jubilação.¹⁶

Leolinda Daltro passa a se integrar novamente à vida cotidiana, frequentar eventos cívicos, redações de jornais e a visitar autoridades políticas. Trechos como esses se tornam

¹⁵ Aquilo que Leolinda denomina em contraponto a catequese religiosa, baseado em uma educação laica, patriótica e civilizadora. Ver em Ibid., p. 217.

¹⁶ Do Jornal do Brasil, de 21 de fevereiro de 1909. DALTRO, 1920, p. 516.

comuns devido a ligação com a imprensa de maior circulação. Jornais como: O Paiz, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, Correio da Manhã e Jornal do Commercio compõem o maior número de ocorrências ordenadas na obra.

Tanto “Inícios do feminismo” como “Da Catechese” são obras que estampam as páginas do público mais uma vez, mas, se antes eram documentos fragmentados em sua primeira aparição, agora reunidos em nova publicação, passam a dialogar entre si, como meio de uma certa sustentação para comprovar as aptidões e competências de Leolinda Daltro.

E, por isso, pareceu necessário reunir os excertos de jornais que escapam a seleção de Leolinda Daltro, obtidos na hemeroteca, site da Biblioteca Nacional Digital - BNDigital¹⁷. Nos anos em que seu nome aparecia com frequência nas folhas da imprensa.

Ao consultar a hemeroteca, encontramos cerca de 400 ocorrências, mas esta pesquisa se limitará a analisar apenas os excertos produzidos na cidade do Rio de Janeiro, reduzido à metade, totalizando 203 ocorrências entre 1896 e 1935. Os jornais com maior número de ocorrências, O Paiz, Jornal do Brasil e a Gazeta de Notícias, por sinal, estão entre os mais citados também na obra "Da Catechese".

Os primeiros 15 anos marcam o intervalo das notícias convenientemente organizadas na obra “Da catechese”. E também, o início das discussões de emancipação feminina, com a fundação da Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, em 1909, e depois, sua reformulação como Partido Republicano Feminino, em 1910. Quanto ao ano de 1934, após as mulheres conquistarem o direito ao voto, Leolinda Daltro apresentou sua candidatura à Assembleia Constituinte, demandando que as novas eleitoras pudessem apoiá-la¹⁸. Seu prólogo “Explicação Necessária” é a única parte que Leolinda Daltro não recorre aos textos escritos por terceiros, apontando ao leitor suas dificuldades em publicar os documentos guardados há mais de duas décadas.

Muitos trabalhos foram produzidos na tentativa de discutir a trajetória de Leolinda de Figueiredo Daltro, seja em posição de professora ou pela sua missão em companhia do grupo de indígenas Cherente rumo ao interior do país entre 1896 e 1911, bem como, as aspirações e articulações do seu programa de emancipação social feminina.¹⁹

Destaco cinco pesquisadoras que se dedicaram a esse exercício. Patrícia Costa Grigório (2012), com estudos concentrados nos conflitos entre a professora e os missionários

¹⁷ Todos os jornais foram consultados on-line na hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico: < <http://memoria.bn.br>>.

¹⁸ DALTRO, 2022, p. 60.

¹⁹ A fundação da Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau e depois transformada no Partido Republicano Feminino, tinha em seu programa a emancipação social feminina. Ibid., p. 47.

católicos pelo direito de atuar entre os índios e pela melhor maneira de integrá-los à civilização²⁰. Ainda sobre a atuação de Leolinda acerca das questões indígenas, é necessário destacar o trabalho de Paulete Santos (2014) que investigou a atuação de Leolinda como catequista entre os povos indígenas, destacando sua contribuição na defesa dos direitos indígenas. Em que sua pesquisa explora a trajetória de Leolinda como mediadora, revelando sua importante influência na formação de uma rede de apoio à causa indígena no Brasil.

Já nas questões voltadas para emancipação feminina, destaco Teresa Cristina de Novaes Marques (2004), que debate sobre a atuação da mulher na esfera privada como parte do mundo público, de modo que Leolinda surge como uma das mulheres que tenta ocupar os espaços políticos, e revela as correntes do pensamento político feminino²¹. Mônica Karawejczyk, mais tarde, discorreu sobre a participação de Leolinda Daltro na luta em prol do sufrágio feminino no Brasil e o seu papel²²; e por última, mas não menos importante, Elaine Pereira Rocha (2016), discutiu o ensino como parte do projeto modernizador do Estado, considerando a experiência profissional de Leolinda Daltro numa história do trabalho, uma narrativa centralizada na vida da professora dedicada ao ensino²³ e sua tese de doutorado²⁴ fundamentada para compreender a trajetória de Leolinda Daltro, amparados através dos estudos biográficos e com a questão de como Leolinda Daltro foi tão longe na defesa de uma causa.

Entre as maiores qualidades desses trabalhos, destaca-se a capacidade de articular diferentes categorias de análise. Sendo possível compreender e ampliar a visão que se tem de Leolinda Daltro, que pode ser complementada com a investigação de novos objetos de pesquisa histórica, tornando a própria escrita de si como importante contribuição para o debate já posto acerca de sua vida e causas.

E é na qualidade de uma “vida patriótica”²⁵ que Leolinda Daltro espera ser lembrada. No projeto de construção de uma imagem pública de si mesma, selecionando e ordenando

²⁰ GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários**: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910) / Patrícia Costa Grigório. – Rio de Janeiro: UFRJ/IH/PPGHIS, 2012.

²¹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, 2004, p. 160.

²² KARAJEWICZ, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.

²³ ROCHA, Elaine Pereira. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. **Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15, p. 29-47, 2016;

²⁴ROCHA, 2002, p. 4.

²⁵ Inspirada pelos ideais difundidos pela propaganda da civilização positivista, Leolinda identificava-se como uma mulher patriótica, entendendo a importância não apenas de adotar esse estilo de vida, mas também de ser reconhecida como tal. Essa postura era evidenciada por sua participação em eventos cívicos, campanhas políticas e na imprensa. *Ibid.*, p. 64.

cuidadosamente, um conjunto vasto e diversificado de documentos, que dão forma a narrativa, em tom quase heróico, de suas nobres e generosas ações.

Grande parte das minhas Memórias já se acham escriptas, porém, repito, minha saúde se faz precária e doe-me a **idéa de que os meus patricios e a posteridade guardem de mim uma lembrança falsa**, uma memória de ridículo, com que, ainda depois de morta, possa magoar meus filhos. [...] Cada documento, até os que, a primeira vista, parecem de nenhuma importancia, **vale por um thesouro de verdades** e tem seu logar distincto na historia da minha excursão as tribus selvagens e no meu martyriologio.²⁶ (Grifo meu)

Suas atuações não são um movimento que se restringe a ela, pois outras mulheres traçaram percursos semelhantes. Segundo Elaine Rocha, muitas professoras se lançavam como jornalistas, publicando trabalhos em defesa das garantias das mulheres à educação, ao desempenho de profissões especializadas e à participação política. Impressos também em folhas de jornais, folhetos, opúsculos no encalço dos mesmos ideais requeridos por Leolinda Daltro a partir de 1896.²⁷

O trabalho aqui proposto pretende dialogar com esta bibliografia e contribuir para o debate a partir dos esforços de Leolinda Daltro no sentido de criar uma imagem de si. Por sua trajetória será possível compreender melhor o mundo ao qual ela pertenceu e, especificamente, acerca das lutas das mulheres que reivindicavam direitos e espaços no mundo público a partir da operacionalização de valores de então. Por isso, a escrita de si surge como fio condutor das discussões que vão guiar o objetivo central e os específicos do projeto, já mencionados, mas igualmente retomados aqui de modo mais contundente. “Escrita de si, escrita da história”, organizado por Ângela de Castro Gomes (2004), reúne um debate importante sobre os rumos da escrita de si no país.

Segundo Ângela de Castro, embora não seja frequentemente comum estudos centralizados nesse tipo de escrita, ainda sim, tem sido mais reconhecido tanto pelo mercado editorial, como pelos círculos acadêmicos, possivelmente devido a sua recente consideração como fonte privilegiada, por ser requerida enquanto objeto da pesquisa histórica.

Mas, o que pretende ser analisado nesse estudo não é o autor sendo evocado enquanto invenção do próprio texto, nem tampouco, o texto como uma representação de seu autor, imaginando a construção de uma estrutura materializada que dá conta da consolidação de

²⁶ DALTRO, 1920, p. XX.

²⁷ DALTRO, 2022, p. 17.

uma certa identidade. Muito menos considerar que o sujeito/autor teria de ser anterior ao texto ou posterior.

A pesquisa compreende a escrita de si constituída de seu texto e de seu autor, em que são concebidos simultaneamente, através do que convencionou organizar na modalidade da “produção do eu”²⁸. Isto é, o sujeito/autor simultaneamente, cria-se enquanto personagem e quanto narrativa, investido de sentido, o que sustenta uma disposição para as memórias que serão incorporadas aos textos autobiográficos.

Convergindo com a ideia de considerar este sujeito como editor tanto quanto autor, como elaborado por Calligaris (1998), o editor da sua própria vida assume o papel de ordenar, rearranjar e significar o que já é um texto. Dando vida ao autor e à narrativa.

O sujeito que fala ou escreve sobre si, portanto, não é o objeto (re)presentado por seu discurso reflexivo, mas tampouco é o efeito, por assim dizer, gramatical de seu discurso. Falando e escrevendo, literalmente, ele se produz. Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade.²⁹

Parece pertinente, portanto, considerar Leolinda como editora, e não só apenas autora, tendo em conta o arranjo da seleção dos documentos que são incorporados convenientemente aos textos das obras, mas também, os indícios da construção de uma personagem. Dando importância à ótica assumida pelo acúmulo do registro e interessando-se em como se expressa o autor diante da documentação.

O que “nos permite compreendê-lo como expressão de uma “lógica” particular, que orienta o que é retido/guardado e a forma como se apresenta”³⁰. Isso significa dizer que a reunião da dimensão autobiográfica não trata da possibilidade de discutir o que ocorreu, mas se atentar para o que autor/editor diz ter vivido e experimentado.

Por isso, a metodologia proposta se baseia em duas premissas de Pierre Bourdieu. A necessidade de dessacralizar as fontes, em que possam ser entendidas em suas especificidades, de modo que os textos serão percebidos em conjunto com as particularidades dos lugares e tempos dos quais foram produzidos. Tendo também a preocupação de que os autores possam dialogar com seus contemporâneos - os excertos escritos por terceiros

²⁸ Ver em FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

²⁹ CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**. Vol. 11, n. 21, 1998, p. 49.

³⁰ HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso do Filinto Muller. **Revista Estudos Históricos**. Vol. 10, n. 19, Indivíduo, biografia, história, 1997, p. 43.

encontrados na obra “Da Catechese” e no conjunto pesquisado na hemeroteca. E conjuntamente, em que possam trabalhar com a ressignificação de referências de outros momentos.³¹

Para realizar esta pesquisa, recorreremos também aos excertos de jornais disponibilizados pela hemeroteca digital, no site da BNDigital, versões dos jornais que fazem alusão ao nome de Leolinda Dalto e que estavam em grande circulação nos anos de 1896 a 1935, centralizados na cidade do Rio de Janeiro. A presente pesquisa, então, pretende apontar para os esforços de Leolinda de Figueiredo Dalto na edificação de uma imagem de si, ao refletir sobre o que é ter uma imagem pública³². Com isso, espera-se refletir a sua autoria, edição e seu texto, interpretadas como estratégia para a construção de uma escrita de si.

A pesquisa está organizada em três capítulos, cada um com dois subtópicos, que contribuem para a análise da trajetória de Leolinda na construção de sua imagem pública. O primeiro capítulo, “O exercício autobiográfico de Leolinda de Figueiredo Dalto: a biografia em duas dimensões”, explora a questão biográfica sob duas perspectivas: as estratégias que Leolinda utilizou em seus escritos autobiográficos para moldar uma imagem pública de si mesma e as contribuições da biografia como objeto de pesquisa para entender sua trajetória, a construção de sua persona e sua autorrepresentação. Além disso, aborda o meu papel de historiadora ao tensionar essa imagem em relação à minha própria contemporaneidade e à de Leolinda.

O segundo capítulo, “Leolinda de Figueiredo Dalto e a causa indígena: a figura de uma ‘catequista leiga’”, examina os esforços de Leolinda para que seu projeto de catequese leiga fosse reconhecido pela sociedade, principalmente pelas autoridades, com o objetivo de obter o cargo de “Diretora de Índios”. A causa indígena emerge como seu primeiro grande compromisso, motivando-a disputar o espaço público, em destaque para sua viagem ao interior do Brasil em 1896 como missionária leiga, que marca os primeiros passos na construção de sua imagem pública.

O terceiro capítulo, “Leolinda de Figueiredo Dalto e a construção de um legado: fundação do Partido Republicano Feminino, suas estratégias para avançar no espaço público e sua participação na conquista do sufrágio feminino”, destaca seu esforço contínuo para manter seu nome em evidência e, assim, alcançar um cargo público, agora vinculado ao

³¹ BOURDIEU, Pierre. As Regras da Arte: **Gênese e Estrutura do Campo Literário**. Lisboa: Presença, 1996, p.18.

³² O conceito de imagem pública será explorado ao longo da dissertação, à medida que se reflete sobre o ressurgimento da biografia na prática histórica e suas novas abordagens, levando em consideração o papel do sujeito e sua subjetivação.

feminismo e à emancipação feminina. Primeiro, com a criação da Junta Feminil e, posteriormente, com a fundação do Partido Republicano Feminino.

Essas duas causas — a luta pelos direitos dos povos indígenas e a causa feminista — traduzem o empenho de Leolinda em ser vista e reconhecida por suas aptidões e competência nas batalhas que travou, fornecendo pistas sobre a construção de seu legado e como ela desejava ser lembrada por sua vida pública.

CAPÍTULO 1 - O exercício autobiográfico de Leolinda de Figueiredo Daltro: a biografia em duas dimensões

1.1 O lugar da virtude em seus escritos autobiográficos

Cabe-me, antes de tudo, fazer-vos, em síntese, a narração do que tenho sido para chegar ao ponto principal que me impeliu a realizar esta sessão. Meu nome, quero crer que não seja desconhecido de vós outras, não porque tenha assumido posição notável que assim me facultasse a popularidade, mas pelo simples motivo de me haver adiantado as mulheres do meu tempo, rompendo, sem reboços nem hipocrisia, com os hábitos que, infelizmente, caracterizam, ainda, as pessoas do meu sexo.³³

Este excerto foi retirado da primeira ata da sessão de fundação da Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, redigido em 1909 e que retornou ao grande público em 1918, primeira obra publicada por Leolinda de Figueiredo Daltro, *Inícios do Feminismo no Brazil – subsídios para a História*³⁴, impressa pela tipografia da escola em que era diretora, a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca³⁵, criada em 1911.

A então amiga de Leolinda, Orsina, é apresentada muitas vezes como uma primeira-dama interessada nas causas sociais, por sua dedicação à assistência social e à causa feminina no início do século XX. Talvez por isso Leolinda Daltro tenha se aproximado como um de seus vários passos para conquistar um cargo oficial como representante dos povos indígenas após seu retorno ao Rio de Janeiro em 1909³⁶. Já nas páginas que se seguem da ata

³³ DALTRO, 2022, p. 25.

³⁴ O opúsculo recebeu uma nova edição em 2022, no projeto “Coleção Vozes Femininas” da Câmara dos Deputados, com introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha.

³⁵ Homenagem a Orsina Francioni da Fonseca, primeira esposa do então candidato às eleições à presidência em 1910, Hermes da Fonseca, que aconteceria logo depois da primeira reunião da Junta.

³⁶ Leolinda antes de se aproximar a causa feminina esteve concentrada nas discussões indigenistas e na catequese leiga aos povos indígenas, termo usado como uma espécie de oposição às ordens missionárias e da catequese religiosa, o que a levou numa expedição de quase cinco anos pelo interior do país. Boa parte dessa trajetória está reunida em sua segunda obra, “Da Catechese dos índios do Brazil. Notícias e documentos para a História: 1896-1911”, publicada em 1920 e que será trabalhada mais adiante nesta dissertação.

é possível notar seu esforço em construir um vínculo mais próximo com Orsina: “eu mantive, durante algum tempo, as melhores relações pessoais; conheço a pureza do seu caráter e do seu coração magnânimo, e posso, de antemão, contar que ela apoiará com todas as forças da sua alma generosa o meu programa de emancipação social feminina”.³⁷

Assim, o objetivo da Junta Feminil se desenhava à medida de sua fala e, com o apoio de Orsina, imaginava poder conquistar a confiança de Hermes da Fonseca e de outros políticos influentes. Uma vez eleito, acreditava que Hermes da Fonseca poderia finalmente nomeá-la ao cargo de “Diretora do Índios”³⁸. E, para isso, era importante que a Junta pudesse alcançar os votos que o fizesse presidente. As mulheres convidadas a fazerem parte da liga tinham uma missão: “Tendes pais, maridos, irmãos, parentes e amigos que, mais felizes do que nós, gozam do direito do voto. Pois bem! Fazeis junto deles o trabalho de propaganda para que vingue a nossa chapa”.³⁹

Se à primeira vista pudéssemos acreditar que Leolinda Dalto fosse reivindicar o direito de voto para as mulheres, nesse primeiro momento o que podemos notar é um esforço estratégico de convencê-las a influenciar as eleições por meio dos votos de seus pais, maridos e filhos. Mas, isso não faz de Leolinda Dalto uma ativista menos engajada das causas femininas, na verdade, permite perceber melhor seus movimentos e táticas, nota-se que o seu engajamento “como sufragista ocorreu com o desenvolvimento de sua luta pelo direito de exercer cargo público de liderança política”.⁴⁰ Ela sabia muito bem com o que teria que lidar e, não por acaso, após a confirmação da candidatura de Hermes, em 1910, que enfrentaria Rui Barbosa, a Junta foi transformada em partido político, fundando, assim, o primeiro partido feminino do Brasil: Partido Republicano Feminino - PRF.

Em entrevista ao jornal *A Noite*, em 3 de agosto de 1934, ela lembrou seus passos na campanha eleitoral e na criação do PRF, ao recordar seus esforços e de suas correligionárias na tentativa de serem vistas no espaço público, um de seus cuidados mais marcantes: “promovíamos festas cívicas, comemorávamos as datas nacionais e fazíamos conferências, no sentido de educar politicamente a mulher, dando-lhe uma noção nova de seu valor e fazendo-a ver que dia viria em que ela seria chamada a participar dos negócios públicos”.⁴¹

³⁷ DALTRO, 2022, p. 47.

³⁸ Este era o cargo ocupado por militares e funcionários públicos até 1845, quando foi outorgado a substituição para diretores de índios religiosos. ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a pena e a espada**: a trajetória de Leolinda Dalto (1859 – 1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002, p. 195.

³⁹ DALTRO, 2022, p. 49.

⁴⁰ Ibid., p. 17.

⁴¹ A Noite, 1934, p. 1.

Este tipo de estratégia de Leolinda Daltro não era novidade em sua trajetória pois, como professora catedrática, já tinha a preocupação de que seu projeto de ensino fosse visto e comentado. A visita da princesa Isabel e de seu marido⁴² a Escola Mista de Santa Isabel, em que era diretora, rendeu inúmeros elogios ao seu projeto escolar⁴³, o que permitiu que seu nome estivesse em uma das “páginas de honra” no “Livro de Ouro”⁴⁴. Os elogios recebidos durante os encontros com figuras públicas eram quase sempre registrados e guardados, além de serem habilmente evocados em seus discursos, como o caso do relato em questão, utilizado durante sua fala na reunião de fundação da Junta. Outros foram reeditados e apresentados tanto “Inícios do feminismo” como em “Da Catechese”⁴⁵. O que considero como reflexo de uma prática recorrente que lhe dava a impressão de certa autoridade.

Os relatos descritos ao longo de sua fala, em “Inícios do Feminismo”, apontam para a construção de suas redes de sociabilidade e de atuação pública. Tentada a demonstrar seus esforços e aptidões reconhecia que as referências feitas a ela, sobretudo de autoridades masculinas, apontavam não só para o seu valor, mas para a permanência de uma vida pública: “Com esse estímulo forte para quem principia a sua vida pública numa cidade como a do Rio de Janeiro, eu, através dos dias, ia me encorajando, multiplicando-me no trabalho, sentindo-me a cada dia mais forte para prosseguir na minha missão”⁴⁶.

Por isso, é importante compreender o que é uma autobiografia, principalmente, como era uma autobiografia ou uma escrita de si no momento em que Leolinda faz esse exercício, para conseguirmos delimitar com mais rigor o debate da moralidade, da virtude e da exemplaridade a que recorre Leolinda em seus escritos. É importante também ressaltar que o tipo de biografia que dialoga com a virtude ninguém mais produz na contemporaneidade, na verdade, o lugar da moral e da virtude como veremos em breve está determinado em um padrão de escrita biográfica, o que significa dizer, que a biografia como gênero biográfico atualmente passa muito longe desse padrão de escrita, isso está ligado ao fato de que a biografia passa a ser compreendido também como objeto de estudo. Mas antes de nos

⁴² Embora Leolinda se orgulhasse da visita real e dos elogios tecidos ao seu trabalho, a historiografia aponta que desde o início da proclamação da República sua postura era demarcada por inspirações positivistas, que demonstrava muitas vezes um certo envaidecimento ao se considerar republicana. ROCHA, 2002, p. 180.

⁴³ DALTRO, 2022, p. 28.

⁴⁴ Ibid., p. 28. Uma coleção de sujeitos ilustres e de honrarias que teria lançado importantes impressões sobre ela e seu trabalho. Elaine Rocha em sua pesquisa de doutoramento e na nova edição *Inícios do Feminismo* não encontrou em suas buscas ao acervo do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro nenhum registro que faça referência ao nome de Leolinda neste livro, mas seus netos em entrevista indicaram que Leolinda havia entregue muitos documentos a diversas autoridades e que depois nunca retornaram a suas mãos.

⁴⁵ A seguir as obras publicadas por Leolinda serão referenciadas apenas por *Inícios do feminismo* e *Da Catechese*.

⁴⁶ Ibid., p. 28.

aprofundarmos nessa parte, voltemos o porquê faz sentido pensar o lugar virtuoso que esteve presente na escrita biográfica para entendermos de que tipo de escrita Leolinda Daltro recorre ao falar de si mesma.

O gênero biográfico da antiguidade à contemporaneidade esteve presente em nosso cotidiano, e é importante dizer que até a modernidade adequou-se à função de identificar e servir de norma moral exemplar para instruir e transmitir os valores dominantes às gerações posteriores. François Dosse destaca que, durante a idade heróica da biografia, o gênero biográfico participou de um regime de historicidade em que o futuro era a reprodução dos padrões existentes que deveriam ser perpetuados, uma tradição organizada na antiguidade e em torno dos valores heróicos, logo depois, com a cristianização, passou a estar ligado aos valores religiosos, guiados e difundidos pelos ares das vidas exemplares.⁴⁷

A biografia, além de um gênero literário antigo, foi dimensionada e determinada pelo entendimento de *bios* – aquilo que não se ocupa apenas de expressar a vida, mas considera a maneira de vivê-la – assim dizendo, *bios*, ao mesmo tempo que é a vida, é o modo de vida, o que presta sustentação ao desenho das virtudes éticas fundamentais de suas personagens políticas e militares. O que estaria atrelado a um saber filosófico que faz referência a uma certa moralidade. Assim, para Dosse, o gênero biográfico tinha a finalidade de transmitir valores edificadores às gerações seguintes – aspecto esse que é recorrente ao longo do percurso histórico do gênero e que marca a distinção entre a biografia e a história.⁴⁸ A biografia, então, se preocupava em desenhar o retrato dos personagens por seus valores representados ou esperados em suas carreiras militares, políticas ou na magistratura. Um cenário em que o indivíduo existia apenas pela sua capacidade de incorporar um tipo, uma atribuição social.

Essa dimensão da virtude atravessou as práticas biográficas de Xenofante e Plutarco. O que possivelmente os distanciava estava concentrado no encadeamento da descrição dessas vidas. Em Xenofante, o objetivo era relatar as vidas políticas de seus personagens, dando menos ênfase às suas vidas privadas. Seu método de escrita desenvolvia-se com uma primeira parte dedicada ao elogio fúnebre, de ordem biográfica e cronológica, enquanto uma segunda respondia a uma enumeração sistemática das virtudes do indivíduo descrito.⁴⁹ De modo que, sua prática biográfica pertencia a tradição daquilo que ele designou como *Memoráveis*, ou seja, sua finalidade concentrava-se em selecionar o que a posteridade deveria preservar e

⁴⁷ DOSSE, François. O Desafio Biográfico: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 123-183.

⁴⁸ Ibid., p. 124

⁴⁹ Ibid., p. 125-127.

conhecer a respeito dos traços valorosos de sua personagem. Nota-se uma clara separação entre o discurso do historiador antigo, que buscava a verdade com fatos atestados, e a biografia, que não tinha em seu núcleo o intuito de romper seu laço com o imaginário. Havia aí a liberdade criativa em que o leitor pouco se preocupava com a veracidade das passagens descritas.⁵⁰

Por outro lado, o modelo plutarquiano veio para fixar cada vez mais o gênero biográfico em sua especificidade. Plutarco organizou seu modelo numa ordem de comparação dupla, preocupado em confrontar as qualidades e defeitos dos heróis sejam eles gregos ou romanos. Sua intenção era revelar as características de sua personagem em sua ambiguidade, passando o gênero a ter um caráter de vida exemplar. Uma vocação universalizante que estabelecia um vínculo tímido com a história que mantinha seu caráter de “mestra da vida”⁵¹. E, ao contrário da aproximação acanhada, o seu distanciamento demarcava certo vigor devido a duas grandezas elaboradas pela prática biográfica plutarquiana: a que estava ligada ao caráter e a outra aos acontecimentos públicos. Essas partes apreendem as interações que divergem entre o papel do biógrafo e do historiador e, em sua percepção, cabia o historiador narrar em minúcias os eventos militares e políticos, enquanto importava ao biógrafo encarar o passado como um repertório de fatos virtuosos e morais de sua personagem.⁵²

O que Dosse vê em Plutarco não é apenas o elogio do indivíduo, mas sim uma construção resultante de várias virtudes das vidas narradas em seus relatos. Isso não implica apenas em um enfoque no desenvolvimento do caráter do “herói” ao longo de sua trajetória, mas também certa atenção voltada para como suas virtudes são postas à prova em diferentes contextos. Portanto, se a obra de Plutarco aborda o tema das virtudes, estas são destacadas nas realizações de um “herói” em seu contexto específico.⁵³ Mas, por que pensar a dimensão da virtude quando se reflete sobre a trajetória de uma vida, sobretudo, a preservação e guarda de registros que tem em sua evocação descrever uma vida?

A primeira coisa é saber que é impossível narrar uma vida em sua totalidade. O gênero biográfico possui um caráter híbrido e heterogêneo, marcado pelo entrelaçamento entre a verdade histórica e a verdade literária, com transformações que dão conta das escolhas narrativas e da elaboração dos acontecimentos. Isto significa que a biografia não tem regras

⁵⁰ Ibid., p. 127.

⁵¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 41-44.

⁵² DOSSE, 2009, p. 131.

⁵³ Outra figura que o Dosse traz é de Suetônio, aquele que tinha o desejo de narrar vidas. Não o preocupava a fidelidade do contexto histórico, tampouco uma ordem cronológica dos fatos - preocupação cara ao historiador antigo. Assim como Plutarco, apresentava-se como alguém que transportava em sua prática biográfica uma concepção de mundo e de moral. Ver em *ibid.*, p. 134 e 135.

gerais. Mesmo que alguns biógrafos tenham optado por uma escrita que abarque uma ordem cronológica, que dê conta dos atos de existência de sua personagem, de sua origem a sua morte, isto não confere à biografia o status de uma simples linha cronológica. Há o que vimos no modelo plutarquiano, em que o ângulo de seu relato está nas qualidades morais de seu “herói” e não reduzidas propriamente a sua vida.⁵⁴

E as escolhas das virtudes fazem parte de um componente arbitrário que descreve a vida de quem quer ser evocado, assim se considerarmos a passagem descrita no excerto que abre esse capítulo como ponto de partida para avaliarmos o que significava provar “a narração do que tenho sido”, é possível verificar a dimensão dessas escolhas por meio de uma série de registros que guardam uma tentativa conveniente de mencionar sua atuação e sua competência.

Leolinda Daltro, tanto na publicação de *Inícios do feminismo* e como em *Da Catechese*, reuniu uma tipologia documental variada. Enquanto a primeira obra dá conta de um opúsculo que narra seu discurso guardado em ata da Junta, *Da Catechese* abarca excertos de jornais, fotografias, abaixo assinados, cartas e discursos proferidos em eventos cívicos, as atas da *Associação de Proteção e Auxílio aos Selvicolas do Brasil*⁵⁵ e sua *Memória* publicada nos *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia*, ambas datadas em 1909, e que também foram incorporadas ao texto.

Expressões que marcam o desejo de ser vista, mas não há qualquer custo, um esforço alinhado a virtude e a exemplaridade que irão delinear o projeto de sua trajetória e a configuração e ordenamento de conceber uma imagem de si, realçada pela concepção de “honra” e de “pátria”, termos repetidamente evocados nos excertos de suas obras e associados ao seu nome. Uma experiência não tão distante do que foi incorporado ao programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante o século XIX, em que “a tarefa da história era fixar a memória das vidas e feitos dos grandes homens” e, por isso, seria a oportunidade perfeita “para a incorporação da escrita de biografias” a proposta historiográfica do IHGB.⁵⁶

A noção do “herói” assumia cada vez mais o seu lugar nas práticas biográficas, cada período evocava para si o seu “herói” e seus valores próprios, ao passo que “a valorização do herói leva ao extremo a tensão entre o particular e o universal”.⁵⁷ É nessa ótica que o “herói”

⁵⁴ LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 66, 2013, p. 17-19

⁵⁵ Outra associação fundada por Leolinda para atender suas demandas e seu ativismo com as causas indígenas.

⁵⁶ OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Tese de doutoramento defendida no PPGHIS/ UFRJ. Rio de Janeiro, fevereiro de 2009, p. 10.

⁵⁷ DOSSE, 2009, p. 123-155.

é edificado, o homem que conquistou por suas próprias competências, de vida ou de morte, a autoridade de representar um grupo, e que seu valor passa a simbolizá-lo.⁵⁸ Se antes a escrita biográfica estava circunscrita entre a prática da exemplaridade moral e virtuosa, na modernidade isso se manteve acrescido ao regime da individualização. Suas personagens não eram apenas reis ou guerreiros e o gênero abriu-se ao interesse pelo homem e seu trajeto notável, sejam eles poetas, militares ou políticos.⁵⁹ E foi efetivamente durante o século XIX que o gênero biográfico foi delimitado como uma ocupação plena, sendo o “herói” visto como uma das principais figuras durante o relato biográfico, dessa vez investido na figura do “grande homem”.

Entendendo que a relação entre a biografia e a história não é nada trivial, os filósofos, empenhados em buscar o sentido da história empírica na história filosófica, apontavam para uma redução do lugar do indivíduo. A história deveria estar além do particular, perceber a história a partir do indivíduo estava condicionado ao que é irregular e confuso. Muitos historiadores, então, se viram cada vez mais distante da biografia e dos destinos particulares, mas são os historiadores de uma prática positivista que demarcam com veemência seu abandono ao que é “finito e pessoal da vida humana em nome da continuidade da história”.⁶⁰ Esquecer o sujeito também era uma forma de negar o acaso ou uma tentativa de desqualificá-lo.⁶¹

Assim, a dimensão biográfica foi perdendo espaço e preferência para uma visão providencial da história, uma concepção teleológica do devir, e, por mais diversos que fossem os acontecimentos, eles estavam atados a uma lógica escatológica, infinita e necessária à vida humana.⁶² E o interesse pelo indivíduo e suas ações cedia espaço para uma ciência histórica dos fatos. Relegada a segundo plano, a prática biográfica das virtudes particulares não dava conta de explicar o curso dos acontecimentos, a história precisava voltar-se para as instituições e os seus encadeamentos. O historiador tinha de escolher somente as ações que promoviam a humanidade em seu avanço e seu fim, os contrastes singulares da vida particular não tinham utilidade.

Embora existisse uma certa aversão a crença do que era finito e pessoal, havia também aqueles que não aceitavam tão bem o caso de beneficiar as uniformidades em desfavor das particularidades do passado, sobretudo, aquelas que estavam associadas a uma

⁵⁸ Ibid., p. 152.

⁵⁹ LORIGA, 2013, p. 19

⁶⁰ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In.: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 231.

⁶¹ Ibid., p. 230.

⁶² Ibid., p. 230.

paridade nacional.⁶³ Thomas Babington Macaulay afirmava, então, que tanto o espírito de uma época como a civilização que a ela estivesse ligada respondiam à ação particular de seus grandes “heróis”. Não só isso, Thomas Carlyle acrescentava seu ponto ao considerar a vida social como efeito de todas as vidas particulares que formavam o quadro social da humanidade. Para eles, as instituições produziam em si uma camada fortuita dos acontecimentos e era necessário ir além para englobar as vidas individuais.⁶⁴

Tais transformações acompanharam o programa do IHGB. De um lado, a história significava ultrapassar os relatos particulares e se tornar um “conceito coletivo singular”, atuando como agente quanto sujeito de si mesmo, o que não se tratava apenas do valor dos eventos, mas também de sua capacidade ampla e significativa. Tal projeto não focava mais nas figuras encarnadas em suas próprias vidas e sua ênfase passou a ser colocada na representação dos eventos históricos como um todo dotados de sentido, trazendo à tona uma nova consciência histórica e a decadência de uma história “magistra vitae”. Por outro lado, embora o saber histórico focalizasse o estudo dos povos e das instituições, havia aí uma questão, o problema do indivíduo.⁶⁵

Colocada de lado a categoria do “herói” plutarquiano em proveito a noção de “grande homem”, o destaque agora tinha a ver com a noção de “mérito pessoal”, um heroísmo e virtude atrelado ao valor de uma moral social que “não se aceita mais que o valor dependa do bel prazer do monarca ou da prerrogativa de um mundo separado; ele deve se afixar como uma virtude evidente e contagiosa que seja suscetível de ser adquirida por todos, por meio de uma nova exemplaridade e de uma nova pedagogia heróica”.⁶⁶ O “herói” não desaparece dos relatos, tampouco sua virtude e moral, mas a partir do século XVIII e marcadamente durante o século XIX, a sua descrição semidivina cede espaço para a filosofia da razão; os valores encarnados no guerreiro passam a ser visto como ultrapassados e agora são os “grandes homens”, desejosos de paz, que respondem aos valores que se quer disseminar na sociedade.

Valores que reclamam os princípios humanitários, moderados e que são desempenhados em seus ofícios. Os méritos pessoais estavam ligados à sua capacidade de universalização e à construção de um patrimônio compartilhado. Isso deveria ir além do “herói” encarnado na figura do rei ou do guerreiro, devendo alcançar o cidadão comum, mas não qualquer homem. Cabia, ainda, falar do “grande homem”, que tomava para si o

⁶³ Ibid., p. 231 e 233.

⁶⁴ Ibid., p. 232.

⁶⁵ OLIVEIRA, 2009, p. 12.

⁶⁶ Ibid., p. 13.

simbolismo de representar a coletividade⁶⁷ e “progressivamente laicizado, humanizado, civilizado, o grande homem contrapunha-se ao herói guerreiro e passava a ser definido por suas qualidades pessoais e serviços prestados ao bem público e à humanidade”.⁶⁸

Os “grandes homens” passam a ser cada vez mais celebrados em sua notoriedade exemplar, e seus registros biográficos dão conta de relatos que alcançam sua competência na sombra de uma nação reconhecida em seus esforços de articular a exemplaridade virtuosa com a individualidade de seus próprios méritos. Charles Nodier explora ainda que a história dos fatos não teria condições de se distanciar da história dos homens, e adverte tanto o historiador como biógrafo a se aventurarem na qualidade do que é profundo para as vidas individuais, e assim, erguer sua personagem nas tramas do que deve ser disseminado como valor para a sociedade. Se não, a biografia se encerraria em si mesma como mera “nomenclatura sem movimento e sem alma”.⁶⁹

É no paradigma do “herói” e do “grande homem” que os historiadores do Oitocentos, em especial, os fundadores do IHGB estabeleceram sua relação com o gênero biográfico. E mesmo que a “história universal” fosse naquele momento o resultado ambicioso dos fenômenos históricos apreendidos em sua totalidade, a solução para lidar com o problema do indivíduo surgia na composição simbólica da construção de uma política nacional, uma escrita da história que tem em si o “conhecimento e mito autorizado”.⁷⁰ E no esforço de conciliar o interesse do que é “coletivo singular” no tempo e o reconhecimento de suas personagens que as narrativas eram evocadas pelos “historiógrafos” do IHGB, erguido pelo seu papel arbitrário – daqueles que estabeleciam um vínculo entre as ações particulares e o curso nacional, pois eram eles que, autorizado em nome da nação definiam e validavam os “heróis”.

Dosse afirma ainda que o elogio dos “grandes homens” surge como um gênero literário que passa a ocupar o lugar da oração fúnebre e que inaugura o processo de laicização da memória. Assim, a ação dos “grandes homens” e seu trabalho em prol da humanidade é mais bem visto para a construção de um patrimônio cultural comum do que os êxitos militares que por vezes apareciam como efeito efêmero.⁷¹ Portanto, a “possibilidade de se atribuir à nação uma identidade original, um espírito próprio e irreduzível ao das demais

⁶⁷ DOSSE, 2009, p. 166 e 167.

⁶⁸ OLIVEIRA, 2009, p. 13.

⁶⁹ DOSSE, 2009, p. 170.

⁷⁰ Ibid., p. 14.

⁷¹ DOSSE, 2009, p. 168.

serviria de fundamento para a historiografia romântica e nacionalista do Oitocentos e, por conseguinte, para a criação das grandes galerias biográficas nacionais”.⁷²

Os projetos biográficos do IHGB, como aponta Maria da Glória Oliveira, foram influenciados pelas correntes de pensamento da época e gradualmente se consolidaram ao longo do século XIX, especialmente sob a influência francesa na historiografia brasileira.⁷³ Essa dimensão do gênero biográfico nos escritos do IHGB nos ajuda a compreender melhor a construção e representação de figuras masculinas e a concepção de nação, quando o projeto de escrita da história nacional era constituído por “uma galeria de nomes dignos a serem memorizados por seus grandes feitos em prol da nação”.⁷⁴

Já Alexandre de Sá Avelar analisa a produção biográfica do IHGB nas primeiras décadas após a Proclamação da República. O autor investiga como a mudança de regime impactou a escrita da história no Instituto, focando no gênero biográfico, que era central na produção do IHGB desde o período imperial, como já mencionado.⁷⁵

Avelar argumenta que a queda da monarquia gerou incertezas e desafios para o IHGB. A instituição precisou se adaptar ao novo contexto republicano, mas buscou manter sua tradição e prestígio como centro de produção intelectual. O autor destaca a continuidade da importância da biografia como ferramenta para a compreensão de um certo passado e a construção da identidade nacional, mesmo com a mudança de regime⁷⁶. Como as biografias produzidas no período republicano buscaram conciliar a tradição com as novas demandas sociais e políticas⁷⁷, a figura de Alexandre Gusmão, por exemplo, foi revisitada e utilizada para legitimar a política externa republicana e a construção de uma identidade continental⁷⁸.

Avelar também examina como a produção biográfica se abriu para novas perspectivas, com autores como Tristão de Araripe e Pedro Lessa questionando o modelo tradicional e defendendo uma abordagem mais crítica.⁷⁹ Sílvio Romero, por sua vez, destacou a importância do povo como sujeito histórico⁸⁰, enquanto Alfredo do Nascimento Silva chamou a atenção para a emergência de novos atores na história, como os pobres e os doentes.⁸¹ O que

⁷² OLIVEIRA, 2009, p. 15.

⁷³ Ibid., p. 34-74.

⁷⁴ Ibid., p. 16.

⁷⁵ AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 397-429, 2020. DOI: 10.15848/hh.v13i33.1585.

⁷⁶ Ibid., p. 404.

⁷⁷ Ibid., p. 422.

⁷⁸ Ibid., p. 407.

⁷⁹ Ibid., p. 411.

⁸⁰ Ibid., p. 414.

⁸¹ Ibid., p. 416.

demonstra que a produção biográfica no IHGB nas primeiras décadas republicanas refletiu as transformações da época, buscando conciliar a tradição biográfica com as novas demandas sociais e políticas.

Perceba que mesmo com um nova dinâmica posta, os personagens ainda reproduzem de algum modo um certo “virtualismo”, mesmo que isso signifique diminuir a centralidade do “herói”, o que obviamente não implica seu fim absoluto - as aspirações nacionalistas e a identidade patriótica ainda valorizam os atributos heróicos. A construção de uma imagem republicana demanda evocar figuras que personificam coragem, dignidade e bravura, tornando quase impossível não lembrar das virtudes heroicas daquele que a representa. Perceba mais uma vez, que a experiência biográfica por vezes transita entre a valoração heroica e seu distanciamento, uma relação nada linear.⁸²

Quando relacionamos isso com o fato de Leolinda Daltro frequentemente recorrer a referências masculinas para defender seu valor, sua virtude e é claro sua relação próxima ao IHGB. Uma relação demarcada principalmente por sua presença assídua nas sessões do Instituto, que a levaram a ser convidada na sessão ordinária de 28 de março de 1903, a fazer parte da associação como sócia benemerita na inauguração do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros.⁸³

Apresentando-se a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, que veio agradecer a gentileza da sua admissão nesta Associação com socia benemerita, sendo a mesma convidada a tomar assento na meza, dirigindo-lhe o Sr. Presidente algumas phrases de congratulações. Em seguida tomou a palavra a Sra. D. Leolinda, que fez sucinto histórico de suas viagens realizadas em 1896 e publicadas mais tarde no “Jornal do Commercio”.⁸⁴

Começamos a traçar o caminho para compreender o desenvolvimento de seu pensamento e posição acerca de suas escolhas autobiográficas. Essas escolhas contribuem para a construção de sua imagem pública, relacionada a uma certa moralidade e, principalmente, à exemplaridade de suas virtudes e competências, validada por seus “heróis” e os significados que representam a noção moderna de nação. Uma amostra desse esforço pode ser apreendida quando Leolinda Daltro deixou claro que “em todas as festas oficiais, principalmente as comemorativas da Independência de nossa pátria e da fundação da cidade

⁸² Aquilo que está ligado ao que vimos na experiência biográfica de Plutarco, a vida narrada pelo seu aspecto exemplar e pelo valor de suas virtudes, o que dimensiona o caráter de uma certa moralidade. Ver *Ibid.*, p. 168.

⁸³ DALTRO, 1920, p. 433-435.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 433. O presidente da sessão era o General Francisco Raphael de Mello Rego, militar e eleito deputado federal em 1897-1899 por Mato Grosso.

do Rio de Janeiro, sempre a minha escola se apresentou, destacando-se pela estética e pela ordem”.⁸⁵

As frequentes alusões de sua presença nos espaços públicos junto as figuras do sexo masculino que, em algum momento, reconheceram o mérito de seu trabalho ou apoiaram suas ideias, servem como um artifício para fortalecer sua própria importância, isso é reconhecido em seus escritos como indigenista, na obra *Da Catechese*. Na última seção do primeiro capítulo “Notícias e Documentos”, Leolinda Daltro reuniu uma série de relatos elogiosos de personalidades públicas que enaltecem o seu trabalho e a apontam como uma possível representante dos povos indígenas, demonstrando assim sua qualificação para ocupar o cargo de “Diretora dos Índios”.

Os relatos são numerosos e ocupam um pouco mais de 100 páginas do capítulo. Entre eles, incluem-se abaixo-assinados, cartas e declarações que destacam o trabalho exemplar e virtuoso de Leolinda. Todos os documentos tiveram a firma reconhecida pelo tabelião Luiz Antonio Pereira de Abreu, da capital de Goiás, em agosto de 1900, antes de seu retorno ao Rio de Janeiro.

Leolinda enviava uma espécie de “álbum” de suas atividades durante sua missão para pessoas de notoriedade pública, esperando receber de volta declarações elogiosas a seu respeito. A maioria dos relatos menciona este “álbum” – uma coleção de excertos do início do capítulo “Notícias e Documentos”, que comprovam seu trabalho junto aos indígenas de Goiás. A maioria dos relatos começa com a frase “atesto por me ter sido pedido, que a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro⁸⁶” e suas variações elogiosas, conferindo um caráter virtuoso e exemplar: “é digna de justa admiração pela sua coragem cívica e denodada abnegação de seu espírito culto” ou “consideração pública pela ilustração de sua inteligência e correta manifestação de suas virtudes”,⁸⁷ ou ainda “sempre como uma senhora virtuosa e bem educada que é, captando o respeito, simpatia e admiração de todos que com ela têm tido conhecimento”⁸⁸ e “atesto mais que, a sua conduta civil e moral é exemplar e digna de louvor”.⁸⁹

Leolinda teve o cuidado de que todos os relatos tivessem as assinaturas reconhecidas pelo tabelião, além de mencionar as profissões dos signatários, todos homens que ocupavam cargos públicos. Os exemplos citados incluem: “Juiz de Direito da Comarca da Capital de

⁸⁵ DALTRO, 2022., p. 30.

⁸⁶ DALTRO, 1920, p.327.

⁸⁷ Ibid., 287

⁸⁸ Ibid., p. 289

⁸⁹ Ibid., p. 304.

Goiás, Manoel Lopes de Carvalho Ramos”, “Juiz Municipal de Goiás, o tenente-coronel Simão de Souza Rego Carvalho” e “Desembargador aposentado da Relação do Rio de Janeiro, João Bonifácio Gomes de Siqueira”.⁹⁰

O espaço público era muitas vezes lido e visto como um lugar masculino. Esse tipo de estratégia que Leolinda recorreu era uma das diversas formas pelas quais algumas mulheres tentavam conquistar esse espaço.⁹¹ Marques destaca que a sociedade luso-brasileira era marcada por uma profunda desigualdade de gênero, restringindo as mulheres à esfera privada e limitando suas oportunidades de atuação pública. "A relação de gênero foi marcada pela profunda diferença no tratamento entre os sexos, sempre no sentido de reduzir a mulher à condição de inferioridade na ordem patriarcal"⁹². A autora argumenta que essa desigualdade se refletia na educação, nas oportunidades profissionais e na participação política. As representações sociais da época atribuíam às mulheres "toda sorte de atributos negativos" (p. 150), perpetuando a misoginia e a exclusão feminina do espaço público.⁹³

Tanto em *Da Catechese* quanto em *Inícios do Feminismo*, Leolinda Daltro claramente demonstrava um esforço para justificar suas ações e escolhas, a fim de construir uma imagem de si mesma que estivesse fortemente ligada aos elogios sobre suas qualidades, incluindo altruísmo, dignidade, competência e honra. Embora ela afirmasse que não buscava o reconhecimento pela sua “posição notável”, ao longo dessas obras, observamos uma série de situações que destacam essas mesmas qualidades, fazendo com que sua reputação fosse inegavelmente associada a essas qualidades. Na própria fundação da Junta, a ideia em si não era totalmente nova, já que outra organização semelhante havia sido criada pela esposa do candidato opositor, e isso ocorreu antes da formação do grupo de mulheres que Leolinda Daltro convocou.⁹⁴

Ela chegou a reconhecer que o mérito da iniciativa não era exclusivamente dela, mas que teria contribuído para seu aperfeiçoamento, especialmente no desenvolvimento de estratégias mais sofisticadas, incluindo o uso da imprensa.⁹⁵ Apesar dessas nuances, na abertura da Junta, Leolinda Daltro afirmou que essa ação era inédita no país: “eu venho, pois, aqui perante esta ilustre assembleia feminina – a primeira de que há exemplo em nosso país”.⁹⁶ Essa conveniente autodeclaração como pioneira é uma constante em seu discurso,

⁹⁰ Ibid., p. 287, 289 e 304.

⁹¹ Isso será melhor desenvolvido nos próximos capítulos.

⁹² MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. *Gênero*, Niterói, v. 4, n. 2, 2004, 150.

⁹³ Ibid., p.149-169, 2004.

⁹⁴ ROCHA, 2002., p. 325-326.

⁹⁵ Ibid., p. 326.

⁹⁶ DALTRO, 2022, p. 25.

seja como missionária entre os povos indígenas, seja como feminista, fica em questão se de fato ela estava à frente das mulheres de seu tempo, como ela alegava.

1.2 Biografia como objeto para a escrita da história: a invenção de uma personagem

Apesar das dificuldades enfrentadas por Leolinda durante os 4 anos que passara em sua missão de catequese leiga no interior do país junto aos povos indígenas⁹⁷, seus esforços não cessaram aí. Com o seu recente regresso à capital do Rio de Janeiro, em 1900, não poupou forças para proporcionar publicidade para seu projeto e seu nome, além de dar importância ao seu interesse em ser indicada como “Diretora dos Índios”. “Da Catechese”, então, reflete de maneira orientada sua preocupação em guardar os registros que davam conta de sua missão e de seu projeto catequista leigo.

De regresso de sua missão ao Estado de Goyaz, onde acompanhou os índios cherentes, visitou-nos a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, professora cathedratica nesta capital. Essa senhora que em quatro longos annos de duras privações e assombrosos perigos percorreu o sertão goyano e visitou quasi todas as aldeias indigenas ali existentes mostrando-nos um bem organizado mappa explicativo de seus trabalhos. D’A Cidade do Rio. Dezembro de 1900.⁹⁸

Após seu regresso, Leolinda visitou as redações de jornais regularmente, seja para conceder entrevistas e publicizar suas ideias e seu nome, seja para confrontar a imprensa quanto ao seu reconhecimento: “no momento de mais actividade na redação, entraram-nos pela sala a dentro, subito, duas senhoras de aspecto modesto, uma dellas era a professora D. Leolinda Daltro, vinha queixosa contra a imprensa do Brazil, que ainda não soube avaliar o seu trabalho, aprecialo na sua parcella de efficiencia”.⁹⁹

Sua estratégia de ser vista e o uso da imprensa como meio para publicizar suas iniciativas ia tornando seus projetos cada vez mais comentados, uma prática que também foi incorporada na disseminação das ações da Junta, que havia se tornado também um aparelho de divulgação de suas ideias e de seu nome. A justificativa de fundar a Junta aparecia como

⁹⁷ A missão de Leolinda rumo ao interior do país, na região que hoje compreendemos como Goiás, Tocantins e Mato Grosso, originou-se com a chegada do grupo de indígenas "cherentes", liderados pelo capitão Sepé Brasil. Ao chegar na capital do Rio de Janeiro, Sepé Brasil solicita apoio do governo federal, incluindo doações e a possível nomeação de um professor para instrução indígena em sua aldeia. Diante dessa oportunidade, Leolinda viu-se diante da melhor chance para implementar seu projeto de catequese leiga, que já havia começado a elaborá-lo. DALTRO, 1920, p. 2-74.

⁹⁸ Ibid., p. 343.

⁹⁹ A Epoca, 1918, p. 2.

apoio à candidatura de Hermes e sua relação com Orsina. Ao analisarmos os registros da ata da obra “Inícios do Feminismo”, é notório que Leolinda demonstrava que sua preocupação não se limitava apenas às eleições e à vitória do candidato. Ela almejava formar um grupo que não apenas respaldasse suas aspirações políticas, mas também promovesse ações em prol das causas indígenas.

Na carta de convocação às mulheres para a reunião, destacava a oportunidade de ampliar a sua visibilidade e a prática das causas femininas. A articulação inicial de Leolinda consistiu no convencimento dessas mulheres a integrarem a Junta, entendendo que a união feminina em prol da humanidade implicava também nas reflexões sobre o lugar dos indígenas na sociedade, especialmente ao considerar seu projeto de catequese leiga como um meio de resolver a questão. Nesse contexto, ela buscava estabelecer um núcleo robusto capaz de resistir à subjugação das mulheres e à negligência delas em assuntos públicos e políticos. A referência clara à exclusão feminina nas discussões para uma política oficial em relação aos indígenas refletia o que Leolinda considerava uma injustiça, dada sua atuação como catequista leiga junto aos Cherokees e as declarações das autoridades que davam legitimidade ao seu trabalho, reunidas na obra “Da Catechese”.¹⁰⁰

Publiquei diversos artigos sobre a minha viagem e, após ligeiro repouso, dirigi-me novamente ao governo, a fim de obter um auxílio oficial e partir para terminar o serviço de catequese que eu havia encetado com tão bom êxito. Vã tentativa! Gastei improficuamente os meus passos, exibindo então todas as palavras do meu trabalho. Reconheciam-no todos os presidentes da República que se iam sucedendo no governo, todas as autoridades com quem me entendia a respeito. Mas o reconhecimento dos meus serviços era uma simples manifestação de delicadeza. Logo que eu falava em obter um título oficial para prosseguir no meu serviço de catequese leiga, a resposta era a mesma, tanto de presidentes como de ministros e diretores: não havia verba... E não podia eu, como mulher, ser, para esse fim, nomeada! Havia, é claro, o reconhecimento do mérito, em contraposição ao sexo!¹⁰¹

Na ata, ela compartilha sua jornada desde professora catedrática até sua dedicação à causa indígena, destacando os obstáculos enfrentados na concretização de seus projetos. Portanto, a Junta, além de ser um espaço para popularização de seus projetos era um instrumento de reconhecimento de suas capacidades e aptidões. Ao narrar sua trajetória, expressava o desejo de ser reconhecida por Hermes não só pela nobre tarefa de divulgar sua campanha, mas de que seu trabalho com os povos indígenas fosse valorizado, podendo, assim, finalmente conquistar a nomeação como “Diretora de Índios”. Contava, claro, com o

¹⁰⁰ DALTRO, 1920, p. 269.

¹⁰¹ DALTRO, 2021, p. 43.

apoio de Orsina, que era membra prestigiada dessa rede de sociabilidades e poder, para o convencimento de seu marido.

Com a vitória de Hermes da Fonseca no primeiro ano de seu governo, foi instituído o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais¹⁰², sendo Cândido Mariano Rondon indicado para liderar o novo órgão. A expectativa de Leolinda era significativa, pois almejava ocupar pelo menos uma das diversas "diretorias de índio", mesmo que resignada já que havia recebido uma carta de Rondon durante sua missão com os "cherentes", em 16 de agosto de 1900, na qual ele expressava: "O vosso entusiasmo pela catequese dos selvícolas é digno de animação, embora o caminho para a delicadeza feminina seja árduo".¹⁰³ Mesmo reconhecendo a legitimidade de seus esforços, percebe-se nesse trecho uma certa reprovação de Rondon à ideia de uma mulher liderar um projeto como o de Leolinda, considerando a mulher como a parcela mais frágil à frente dessa empreitada.¹⁰⁴

Orsina da Fonseca, que parecia sua aliada, nunca de fato participou das reuniões da Junta. Sua relação com Leolinda Daltro fica registrada apenas em uma foto ao lado de seu marido, Hermes, durante a inauguração da Escola Orsina da Fonseca em 1911. Com a morte prematura da primeira-dama, em 1912, Leolinda Daltro se viu ainda mais desamparada na mediação com o presidente. E com Rondon ocupando a direção do novo órgão sobre as questões indígenas e sua aversão à presença feminina em assuntos políticos, o seu sonho de obter um cargo tornou-se cada vez mais distante. Sinais disso já surgiam no ano de fundação da Junta, quando seu nome sequer foi considerado para a inauguração oficial das solenidades do Serviço de Proteção aos Selvícolas Brasileiros.¹⁰⁵

Não fui lembrada nessa ocasião. Não mereci um convite, ainda que verbal, para essa solenidade. Eu, que fora, de fato, a iniciadora do Serviço Leigo de Catequese no Brasil, conforme declarava o próprio ministro da Agricultura na presença de representantes da imprensa, que tinha sido o "seu cicerone, a sua carta geográfica" nessa questão de índios (palavras textuais), tinha sido homenageada com o esquecimento, com a ingratidão daqueles que, de posse dos documentos de que me desfizera na melhor boa-fé, já então se blasonavam como conhecedores de um assunto, para eles, até então desconhecido. Dificilmente conseguindo falar ao ministro, manifestei-lhe o desejo de ver realizada a sua promessa; mas... notei bem, minhas senhoras, o Sr. Rodolpho Miranda declarou-me achar-se todo o serviço de catequese entregue ao coronel Cândido Mariano Rondon, e este, com certeza afirmou

¹⁰² Uma reformulação do Serviço de Proteção aos Índios em 1910, que teve também Rondon como chefe por indicação de Rodolpho Miranda, com que Leolinda já havia se encontrado para falar de sua Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil. DALTRO, 1920, p. 261.

¹⁰³ Ibid., p. 320-324.

¹⁰⁴ Ibid., p. 261-264.

¹⁰⁵ Ibid., p. 262.

o ministro, não me aceitaria para este serviço por ele ser positivista e, portanto, contrário à nomeação de mulheres para cargos públicos.¹⁰⁶

Leolinda não reuniu seus registros documentados aleatoriamente, apresentando-os ordenadamente ao público em suas duas obras. Ao invocar sua extensa trajetória profissional e demonstrar suas competências, defendia seu direito de assumir a direção de uma “diretoria indígena”. Contudo, ciente da indicação de Rondon ao novo órgão indigenista, ela sabia que essa nomeação se tornaria improvável. Para isso, chegava o momento de redirecionar suas ambições, devendo manter a esperança de candidatar-se e disputar um cargo eleitoral com a reformulação da Junta no PRF.

Apesar de Hermes da Fonseca não ter intercedido em seu favor, o PRF, partido feminino fundado por Leolinda Daltró, continuou a apoiar o presidente. O partido mantinha sua presença em eventos cívicos e era destaque frequente nos jornais da cidade, assim como a escola, dedicada ao ensino e profissionalização de mulheres, se transformou em uma significativa plataforma política.¹⁰⁷ Os projetos, tanto da escola quanto do partido, desenvolveram-se e as mulheres envolvidas passaram a reivindicar o direito ao voto, participando de episódios em redações de jornais, na Câmara dos Deputados e em comícios públicos. Sua atuação em 1916, junto com suas correligionárias na Câmara dos Deputados para apoiar o projeto de lei do Deputado Maurício Lacerda – que defendia o direito das mulheres ao voto – e, simultaneamente, requerer seu registro como eleitora, foi notícia pelos jornais da cidade.

A delegacia do 4º districto requerer a professora Leolinda Daltró, do Partido Republicano Feminino, que a policia attestasse a sua identidade para fins eleitoraes. A professora Daltró quer habilitar-se para conseguir o seu título de eleitora requerendo se preciso for, o remédio do “habeas-corpus”, aliás já concedido em identicas condições num Estado da União. O delegado dr. Pereira Guimarães despachou favoravelmente, tendo sido a professora identificada.¹⁰⁸

Na visão de Leolinda, ela estava apta a representar as mulheres e os povos indígenas. Mulher vinculada aos valores positivistas, considerava possuir todos os pré-requisitos para exercer tal função. Tentou comprovar isso por meio de suas publicações, reunindo documentos guardados há mais de duas décadas como testemunho a seu favor. Evocava o simbolismo de “mãe honrada” por meio das cartas que recebia de seus filhos e amigos, ressaltando seus cuidados e amor: “isto é difícil para um homem, quanto mais para uma

¹⁰⁶ DALTRO, 2022, p. 45.

¹⁰⁷ Ibid., p. 56 e 57.

¹⁰⁸ O Imparcial Diario Illustrado do Rio de Janeiro, 1917, p. 4

mulher! Mas, a mulher é mãe, ser mãe é a concretização [sic] de todas as virtudes e sacrifícios”.¹⁰⁹ Ela demonstrava ser uma "competente professora" com abaixo-assinados, reportagens elogiosas e fotografias que davam conta de sua atuação com seus educandos, evidenciado seu projeto educacional dito honrado e de grande respeitabilidade, e por seu próprio comentário, “daí por diante não cessei de melhorar cada vez mais o meu programa de ensino, ora introduzindo na escola novos métodos, preparando os alunos para bons exames, ora incorporando-os às grandes festas nacionais”.¹¹⁰ Ela se mostrava "patriota", participando de todas as manifestações cívicas na cidade, envolvendo seus filhos, alunas, indígenas e correligionárias do PRF: “Sem precisão de ordem e não devendo ocupar vosso tempo com mais detalhes, citarei, como prova irrefutável do quanto fiz, as seguintes festas, nas quais sempre a minha escola fez o mais brilhante papel”.¹¹¹ Sua posição "altruísta" ao trabalhar mesmo sem seus vencimentos, como dizia, pelo bem dos indígenas e de alunas mais carentes.¹¹²

Mas era fundamental que o público reconhecesse seu nome e sua trajetória mais uma vez. Talvez por isso, suas duas obras, cuidadosamente organizadas, buscavam transmitir uma imagem de si vinculada a valores como moralidade, virtude e exemplaridade. Leolinda compreendeu que precisava projetar seu nome de maneira a construir e consolidar sua imagem pública.

Sabemos que a biografia foi amplamente utilizada em diferentes momentos históricos. Também já discutimos que a biografia produzida hoje é muito distinta daquela feita no século XIX ou no início do século XX. O retorno da biografia na contemporaneidade, com o estudo das vidas privadas ou das trajetórias individuais, já está bem estabelecido entre os historiadores que se dedicam a essa prática e entre seus pares.

No entanto, é importante ressaltar que a biografia é o meu objeto de estudo, a questão biográfica é o objeto para compreender como Leolinda desejava ser publicamente lida e vista. Não há aqui a pretensão de escrever uma biografia sobre Leolinda, mas sim de refletir sobre como, conforme vimos, ela utilizou uma certa biografia das virtudes para destacar seu nome. Além disso, assim como ela é uma invenção de si mesma, ela também passa a ser uma

¹⁰⁹ Nesse contexto, enquanto a filosofia positivista de Comte destaca o papel da mulher como mãe, essa maternidade é definida cientificamente, criando uma distância entre a religião e a concepção republicana. A concepção da imagem materna, aspira a um ser "moral", virtuoso e puro. A mãe no modelo positivista é culta, capaz e laica, em sintonia com a laicidade da República. Assim, Leolinda não só ocupava o papel materno nas questões domésticas, mas também assumia o papel de uma mãe da pátria. ROCHA, 2002, op. cit., p. 180 e DALTRO, 1920, p. 83.

¹¹⁰ DALTRO, 2022, p. 28.

¹¹¹ Ibid., p. 29.

¹¹² ROCHA, 2002, p. 159.

invenção minha. Portanto, nosso foco está muito mais nas representações e na invenção de uma determinada Leolinda Daltro do que na tentativa de recuperar sua biografia.

Assim, não é possível pensar o problema das virtudes fora de certos quadros mais sistêmicos, já que Leolinda faz questão de se apresentar como portadora de certas virtudes por entender que elas eram necessárias para a obtenção de um cargo público por ela desejado. Tratava-se, então, de uma busca por reconhecimento e distinção ou, em outros termos, ela desejava ingressar num certo campo que tinha suas próprias regras de consagração e suas virtudes exigidas. Leolinda queria fazer parte de um campo que além de tudo era masculino, tanto na política quanto na imprensa, um mundo público.

Compreender o funcionamento desse campo e de suas causas parece um aspecto importante para compreender o repertório de si que desejava construir, nesse sentido as próprias regras de consagração que esse campo exige, ou seja, de certas virtudes morais, políticas e também epistêmicas que permitem que esse campo funcione - aqui, obviamente, entendendo que campo não é uma entidade fixa ou congelada em si, na verdade, essa tensão entre a trajetória individual e o campo cria suas próprias formas de funcionamento.¹¹³

É justamente por isso que me parece necessário reconhecer as duas dimensões que a biografia têm nesta pesquisa, refletir sobre os esforços de Leolinda para produzir uma imagem de si mesma, ordenando a documentação a seu respeito, entendendo não só o que era uma biografia no momento que ela se lança a isso nos seus escritos no começo do século XX, por isso tensionado o seu virtualismo, que não é meramente puro, como também articular essa personagem com esse mundo para além dela, de uma forma a lidar com as limitações, as escolhas pessoais, as conjunturas, os sonhos desse mundo que parece estar num futuro.

Numa tentativa de refletir sobre as duas dimensões autobiográficas que esta dissertação aborda e em uma reflexão autoetnográfica da minha própria prática ao mobilizar Leolinda, me apoio no argumento de que na pesquisa da narrativa pessoal ocorre um encontro intersubjetivo. Esses encontros são tentativas de compreender a visão subjetiva que a outra pessoa tem do mundo e podem se desenvolver mesmo quando não há contato direto entre o narrador e o analista, como no caso da leitura de uma autobiografia, documentos pessoais ou entrevistas de história de vida obtidas por outra pessoa. Essa produção historiográfica concorda com epistemologias alternativas que afirmam a necessidade de esclarecer a posição do pesquisador, uma vez que "na produção de 'conhecimentos situados', deve-se reconhecer

¹¹³ Essa reflexão só foi possível graças às questões levantadas na banca de qualificação, que despertaram em mim a inquietação de me perceber, enquanto historiadora, como parte da construção de uma Leolinda que também é minha personagem.

que os conhecimentos são sempre produzidos a partir de uma localização social específica e sempre se dirigem a um ou mais campos específicos.”¹¹⁴

Aliado na concepção de que “fazer história enquanto ciência social é tentar compreender aquilo que os homens fazem”,¹¹⁵ o que implica tentar compreender o que os seres humanos fazem na sua própria temporalidade. Refletir, então, sobre o meu papel enquanto historiadora e minha relação com a personagem Leolinda faz parte do método para alcançar esse entendimento. A multiplicidade de conhecimentos e fontes disponíveis pode nos levar à ilusão de que compreendemos tudo de maneira imediata, mas o verdadeiro ato de “compreender” exige uma disposição intelectual e moral que envolve o raciocínio histórico cuidadoso.¹¹⁶

Compreender não é um processo simples, o saber não é algo acessível de forma instantânea ou definitiva. Pelo contrário, ele é fruto de uma reflexão construída a partir de questões apropriadas. A pesquisa histórica, baseada em argumentos e provas, busca exatamente isso: entender o que os sujeitos fizeram em sua realidade concreta. O passado não está simplesmente encerrado. Ele possui um valor heurístico, pois continua a vibrar no presente, manifestando-se em palavras, instituições, obras, paisagens e costumes. Nosso presente é, de fato, composto por camadas acumuladas de passados diferentes, sedimentados ao longo do tempo.¹¹⁷

E ao fazer história, o pesquisador se confronta com sua própria historicidade, e o presente, que se entrelaça ao passado, é apenas uma etapa em um contínuo fluxo de reflexões e interpretações. Assim, os sujeitos que estudamos também viveram no presente, assim como nós, e eram modernos em sua própria época. Portanto, ao compreender o passado, projetamo-nos em uma reflexão constante sobre o presente, reconhecendo que a história é, acima de tudo, um movimento dinâmico que articula diversos tempos, um tempo sobretudo, espectral.¹¹⁸

Quando eu trago à tona a imagem de Leolinda a partir de seus escritos autobiográficos, estou também falando a partir da minha própria trajetória disciplinar. O

¹¹⁴ ACEVES, María Teresa Fernández. "Entre archivos y la historia de mujeres y de género: reflexión autoetnográfica" PANORÁMICA DE LOS ESTUDIOS DE GÉNERO EN LA UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA. Investigaciones estudiantiles, 2023. p. 51. e Maynes, M. J., Pierce, J. L., & Laslett, B. Telling Stories: the Use of Personal Narratives in the Social Sciences and History. Cornell University Press, 2008, p. 98.

¹¹⁵ JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020, p. 174.

¹¹⁶ Ibid., p. 174-179.

¹¹⁷ Ibid., p. 175.

¹¹⁸ Ibi., p. 178.

fascínio por essa busca do que pode ser desenvolvido surge do fato de que, ao seguir esse princípio metodológico de forma profunda, inevitavelmente se chega a um ponto em que as fronteiras entre o que é "nosso" e o que pertence ao autor se tornam indistinguíveis. É nesse limiar ou fronteira, onde desaparecem as distinções entre nome, autoria e originalidade, que encontramos a produção de "eu".

Essa indistinção entre o "eu" que interpreta e o "eu" que se constitui da própria Leolinda revela como o processo de análise acadêmica pode transformar-se em uma fusão de perspectivas. Ao mobilizar minha própria experiência para analisar a evocação da imagem que Leolinda constroi sobre si mesma, sou levada a reconhecer que a construção de sua imagem – assim como a interpretação que faço dela – não é uma reprodução real de seu legado, mas também um reflexo da minha própria experiência, meus interesses e a forma como escolho interpretar sua narrativa. Dessa maneira, minha abordagem sobre Leolinda torna-se tanto uma interpretação da sua história quanto uma reflexão da minha própria posição dentro da disciplina.

Por que sou fascinado por essa busca do elemento passível de ser desenvolvido? Porque, seguindo-se a fundo esse princípio metodológico, chega-se fatalmente a um ponto em que não é possível distinguir o que é nosso e o que pertence ao autor que estamos lendo. Alcançar essa zona impessoal de indiferença, na qual desaparecem cada nome próprio, cada direito autoral e cada pretensão de originalidade é algo que me enche de alegria.¹¹⁹

Profundamente ligada ao fato de que a autobiografia não é apenas um gênero literário, mas uma forma de compor o "eu", que se constitui no âmbito social. Esse processo se amplia ainda mais quando o ato autobiográfico envolve múltiplas identidades ou versões de si. A autobiografia, portanto, imagina a existência de outro sujeito, em outro tempo, que não pertence mais ao passado, nem pode existir plenamente no presente. Ou seja, "à recriação de um mundo por meio das palavras, e à projeção de um ser transformado, que não é mais o mesmo, e tampouco um outro".¹²⁰

A construção de uma trajetória, como retratada em uma autobiografia, revela que a realidade vivida por alguém não pode ser capturada em sua totalidade; o que se experimenta é

¹¹⁹ AGAMBEN, Giorgio. **O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 60.

¹²⁰ LEJEUNE, Philippe. El pacto autobiográfico. **Suplementos Anthropos**, v. 29, n. 9, p. 47-61, 1991. e MELO, M. S. DE S.; COSTA, L. P. A. Implicações sobre as narrativas de si. **Letras & Letras**, v. 26, n. 1, 2010, p. 142.

uma versão dessa trajetória, moldada por quem a evoca, no caso, o autobiógrafo. Esse processo de retratar a vida de forma centralizada e organizada retrospectivamente está profundamente relacionado à memória, que, por sua própria natureza, é falha e seletiva. Quem narra sua vida o faz a partir de um espaço encenado, uma representação consciente dos eventos.

Assim, a autobiografia adquire um caráter de ficção, à medida que o autor não apenas relata, mas interpreta os fatos, construindo sua imagem com base na narrativa dos eventos que escolhe expor. Como Benito Bisso Schmidt questiona em seu ensaio: "é possível narrar uma vida 'toda', ou o que se conta é sempre uma seleção, mais ou menos arbitrária, de certos acontecimentos de uma existência?"¹²¹

Esse questionamento evidencia que o processo autobiográfico é inevitavelmente seletivo, guiado por intenções e interpretações. No ato de preservar determinados documentos, descartamos outros, como aponta Artières: "essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias".¹²² Não se pode arquivar a vida por completo, pois não somos capazes de registrar cada passo. Manipulamos a realidade ao editar a nossa própria existência, seja omitindo, destacando ou reinterpretando eventos, como Artières sintetiza: "omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens".¹²³

Em 1920, Leolinda vai tornar público esse esforço de arquivar a si própria. Ela reúne uma série de excertos de jornais, cartas, declarações e documentos pessoais na obra "Da Catechese", como mencionado anteriormente. O que merece destaque é a maneira como ela tornou esse material público, valendo-se da imprensa para reforçar a imagem que desejava projetar. E em 6 de janeiro de 1921, o jornal "Vida Carioca" publicou uma matéria elogiosa sobre sua trajetória e legado, destacando suas realizações e promovendo a publicação de seu livro. Esse apoio da mídia não apenas validou seu esforço de autorrepresentação, mas também contribuiu para consolidar a figura pública que Leolinda aspirava construir: uma mulher dedicada à causa indígena e ao serviço cívico, comprometida com o futuro do Brasil.

Não há ninguém que desconheça essa senhora que aparece em toda parte, preocupada em tratar de sua existência e dos seus, nas repartições públicas, nos jornais, nas festas públicas, nas manifestações cívicas, enfim, em toda parte onde há movimento e

¹²¹ SCHMIDT, B. B. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. **Diálogos**, v. 21, n. 2, p. 44 - 49, 16 set. 2017, p. 45.

¹²² ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998, p. 10.

¹²³ *Ibid.*, 1998, p. 11.

confusão, cujo nome tem sido louvado, enaltecido, glosado pelos nacionalistas e ridicularizado até pelos que julgam fazer espírito, graça, humorismo, como gaiatos e clowns, ou clovis, como diz o Zé-povinho na sua meia língua.¹²⁴

A matéria destaca não apenas sua presença constante em espaços públicos, como repartições, jornais e eventos cívicos, mas também sua coragem e força de caráter, características que, segundo o texto, lhe renderam tanto elogios quanto críticas. Ao relacionarmos essa publicação com o livro “Da Catechese”, de Leolinda, podemos perceber que a obra é uma extensão de seus esforços para moldar sua imagem pública e construir sua autobiografia. Através do livro, Leolinda não apenas narra suas experiências entre os povos indígenas, mas também busca revelar ao público a figura que desejava ser lembrada: uma mulher comprometida com o desenvolvimento do Brasil, com um senso apurado de dever cívico e um profundo amor à pátria. A notícia, ao chamá-la de "senhora varonil, educada, mãe de cinco filhos", reforça essa imagem de respeito e de honra, sublinhando sua educação moral e o impacto que buscava gerar ao se engajar em suas missões civilizatórias.

A construção autobiográfica de Leolinda, expressa em suas obras e na maneira como era retratada pela imprensa, revela seu desejo não apenas de ser vista, mas de ser lembrada no futuro de uma forma específica. O livro “Da Catechese” e reportagens como a do jornal “Vida Carioca” são componentes centrais de sua estratégia para consolidar uma memória pública que projetasse sua imagem como cidadã cívica, patriota e defensora dos povos indígenas, sobrepondo-se às críticas e ao ridículo que, por vezes, lhe eram atribuídos. Essa busca por reconhecimento e construção de uma identidade pública reflete uma necessidade intrínseca de moldar a percepção que os outros têm dela, estabelecendo assim uma relação dinâmica entre o eu que se revela e o eu que se deseja ser.

O sujeito que fala ou escreve sobre si mesmo não é apenas o objeto refletido em seu discurso, mas também se produz por meio dele. Conforme afirma Calligaris, narrar-se é, de certa forma, inventar uma vida: "debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade".¹²⁵ Essa ideia de que a narração é uma forma de invenção se alinha à estratégia de Leolinda em utilizar sua autobiografia como uma ferramenta de construção de identidade, onde cada escolha narrativa serve para solidificar a imagem que deseja projetar ao público. Examinar a constituição do autor como personagem em sua obra é,

¹²⁴ Vida Carioca 6 de janeiro de 1921. Ver em: [Vida Carioca \(RJ\) - 1921 a 1963 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://VidaCarioca(RJ)-1921a1963-DocReaderWeb(bn.gov.br))

¹²⁵ CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998, p. 49.

portanto, desvendar as tramas que envolvem a seleção e a ordenação dos documentos e identificar os elementos que constroem essa imagem de si.

Há, nesse processo, um anseio de ser reconhecido pelos outros de acordo com a própria visão quem se tem de si. O arquivamento da própria vida, em muitos casos, assume um caráter público, onde preservar a própria memória significa manter a honra e a dignidade, não apenas para o presente, mas também para a posteridade. Essa preservação intencional de memórias pessoais não é apenas um exercício de autoafirmação, mas também uma forma de contestar as narrativas que os outros possam construir sobre ela, fortalecendo seu nome e sua presença no espaço público. Como destaca Artières, esse processo não é neutro: "é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto".¹²⁶ Ao arquivar sua vida, Leolinda preparava, simbolicamente, sua própria defesa, reunindo os elementos necessários para contrariar a visão que os outros pudessem ter dela.

Assim, o autor-personagem não apenas cria, mas também dá sentido à narrativa, estabelecendo uma coerência para as memórias que serão incorporadas à autobiografia. Esse sentido de coesão é essencial, pois permite que as experiências e vivências se conectem de maneira a formar uma narrativa que ressoe com seu desejo de ser vista e lembrada. O processo envolve a reorganização de suas experiências e fatos, como afirma Calligaris (1998), com o autor assumindo o papel de editor de sua própria vida, rearranjando e aprimorando o que já existe como texto. Assim, Leolinda não apenas documenta sua trajetória, mas também a reinterpreta, garantindo que sua versão sobre si prevaleça na memória coletiva.

O que fui, o que sonhara ser, o que tenho feito, deixo através destas páginas, afirmando pelo testemunho, até mesmo dos meus próprios inimigos. Não pudeste eu exhibir provas mais concretas e bastaria o odio delles para estereotipar a verdade do meu esforço.¹²⁷

Os textos de Leolinda, expressos em suas obras e nas citações da imprensa, refletem uma busca convenientemente orientada para construir e preservar sua imagem pública de maneira positiva. Quando ela afirma: "O que fui, o que sonhara ser, o que tenho feito, deixo através destas páginas, afirmando pelo testemunho, até mesmo dos meus próprios inimigos", está evidenciando não apenas a importância de sua trajetória pessoal, mas também o desejo de que sua história seja contada de acordo com suas próprias palavras, contradizendo as

¹²⁶ ARTIÉRES, 1998, p. 31.

¹²⁷ DALTRO, 1920, p. XXV.

possíveis narrativas adversas que circulasse sobre ela. Isso se relaciona diretamente com a ideia de que o desejo de preservar-se e constituir a própria imagem está atrelado à necessidade de forjar uma honra e glória. Quando o jornal “D’O Paiz” escreve:

Não a conhecem? Ora, não há quem desconheça o feminino tipo criticado. Seu nome é barulhento e, por isso mesmo, da berlinda não sai. Quando sucede que nos poucos dias de uma semana não fale na professora d’altro lá com ela, é contar como certo que, no oitavo dia, vai aparecer um pratinho de sensação. (O Paiz, 1917, p. 8).¹²⁸

Está intimamente ligado ao fato de Leolinda reconhecer que “o ódio deles” pode, paradoxalmente, “estereotipar a verdade do meu esforço” indica sua compreensão de que os antagonismos e críticas podem ser utilizados como uma prova da sua dignidade. Leolinda, ao narrar sobre si mesma, realiza uma seleção cuidadosa dos registros, decidindo o que deve ser incluído e o que deve ser omitido para garantir uma representação favorável de sua trajetória.

Sua citação sobre a necessidade de relembrar seu leitor de suas ações e sua missão ressalta a consciência de que, apesar de sua presença marcante na sociedade, a construção de sua imagem não pode depender apenas da boa vontade da imprensa ou de aliados, é fundamental que ela mesma intervenha na narração de sua vida. O reconhecimento de que “não a conhecem” e a referência à sua figura criticada sublinham a luta contínua de Leolinda contra a distorção de sua imagem, que frequentemente poderia ser alvo de ridicularização e desdém.

A obra “Da Catechese” surge, então, como uma oportunidade crucial para Leolinda reafirmar sua narrativa e garantir que sua contribuição fosse documentada de maneira que refletisse seu “verdadeiro propósito”. Ao escrever que, “se viera falecer antes de alcançar o meu desideratum, levarei pelos menos o consolo de haver, por documentos fidedignos, revelando o suficiente para o Juízo da História”.¹²⁹ Ela revela o impulso de deixar um legado que possa disputar com as versões desfavoráveis que circulavam sobre ela. Estava, portanto, diante da chance de operacionalizar os documentos que considerava preciosos, redigindo suas linhas editoriais de forma a divulgar repetidamente sua missão civilizadora e sua imagem como mulher capaz, patriótica, mãe, heroína e protetora dos indígenas.

A reunião desses documentos em seu livro não apenas ilustra sua trajetória, mas também é um ato deliberado de reivindicação de ocupar o espaço público e da narrativa que a cerca. Assim, Leolinda transforma seus registros pessoais em uma poderosa ferramenta de

¹²⁸ O Paiz, 1917, p. 8. Ver em: < <http://memoria.bn/br>>.

¹²⁹ DALTRO, 1920, p. XX.

defesa e afirmação, utilizando sua autobiografia como um meio para moldar a sua imagem pública. Dois anos antes, em 1918, os jornais já haviam noticiado outro livro de sua autoria. Diferentemente de “Da Catechese”, que mobiliza excertos de jornais, cartas e declarações de terceiros para construir sua narrativa, “Inícios do Feminismo” é um opúsculo que registra a ata de fundação da Junta Feminil, onde Leolinda se apropria de sua fala, agora transcrita em texto.

A Sra. Leolinda Daltro, professora publica jubilada, fundadora e diretora da Escola de Sciencias, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, acaba de publicar uma pequena monographia sobre o feminismo no Brasil. Nessa pequena brochura contendo 20 paginas, a Sra. Leolinda Daltro faz um rapido bosquejo da emancipação de mulher no nosso paiz, com um partido organizado. No corpo do opusculo vem o traslado da acta da sessão de fundação da Junta Feminil Pro-Hermes-Wenceslau, realizada em 23 de dezembro de 1909. A Sra. professora Daltro, no pequeno prefacio do seu trabalho, acentua que ella constitue a primeira parte da obra que se propõe escrever, "contribuindo, assim, com documentações insophismaveis, para que de futuro esteja nessa obra a fonte segura dessa evolução social, moral e politica da nossa nacionalidade. (Gazeta de Noticias 18 de setembro de 1918).¹³⁰

Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento não só envolve a escolha de determinados acontecimentos, mas também a sua organização em uma narrativa. A seleção e a classificação dos eventos são cruciais, pois determinam o sentido que desejamos atribuir às nossas vidas.¹³¹ Nesse contexto, a recente publicação de Leolinda, conforme noticiado pela Gazeta de Notícias, se destaca como um exemplo claro dessa prática. Ao descrever sua monografia sobre o feminismo no Brasil, o jornal enfatiza a importância de sua obra como um relato estruturado que contribui para a compreensão da emancipação feminina no país.

Ao mergulhar nas páginas das obras e nos periódicos encontrados, torna-se cada vez mais evidente as operações desenvolvidas por Leolinda, que insere o leitor nesse jogo de forças que determina uma versão dos acontecimentos. Isso traduz “um esforço de representação, ou melhor, de produção de si mesmo”.¹³² A reportagem ressalta que, através de seu texto, Leolinda não apenas documenta a fundação da Junta Feminil Pro-Hermes-Wenceslau, mas também se apresenta como uma representante apta e legítima nesse debate, moldando sua identidade dentro do movimento feminista.

¹³⁰ Gazeta de Noticias 18 de setembro de 1918. Consultado na hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico: [Gazeta de Noticias \(RJ\) - 1900 a 1919 - DocReader Web](#)

¹³¹ ARTIÉRES, 1998, p. 11.

¹³² HEYMANN, 1997, p. 44

Esse processo de seleção e representação é um sintoma dessa lógica particular que orienta o que é retido e como se apresenta.¹³³ A própria descrição do conteúdo de sua brochura, que inclui a ata da sessão de fundação da Junta, demonstra essa estratégia. Leolinda cuidadosamente escolhe os elementos que compõem seu relato, garantindo que cada parte do texto sustente a narrativa que deseja construir sobre sua participação no espaço público.

Dessa forma, o peso de reunir documentos em uma nova publicação delinea minuciosamente as escolhas, as intervenções e a ordenação conveniente dos fragmentos, produzindo um sentido próprio. Há, assim, uma dimensão autobiográfica que se torna evidente na obra de Leolinda. A citação em seu prefácio, onde ela afirma que sua obra será uma fonte segura da evolução social, moral e política da nacionalidade, exemplifica como ela estabelece um lugar para si mesma, consolidando a imagem que deseja transmitir ao público e garantindo que sua trajetória e contribuição sejam devidamente reconhecidas.

Nos dois trechos que abrem e fecham esta pesquisa, Leolinda tenta evocar a ideia de estar fora de seu tempo. Ela diz: "Cabe-me, antes de tudo, fazer-vos, em síntese, a narração do que tenho sido." e depois "Como vê, pensei antecipadamente, tive ideias que não eram para aquela época", Leolinda tenta enfatizar a importância de contar sua própria história para entender os motivos que a levaram a adotar a postura que possui.

Ela afirma que seu nome não se tornou conhecido pela notoriedade convencional, mas sim porque se antecipou às mulheres de seu tempo, rompendo abertamente com os costumes que, lamentavelmente, ainda prendiam muitas do seu sexo. Esse reconhecimento da sua própria trajetória é uma característica principal de sua autobiografia, onde ela, ao organizar e relembrar sua vida, busca estabelecer conexões entre suas experiências e um tempo que não se alinha perfeitamente ao seu próprio "presente".

Ao declarar que suas ideias estavam à frente de seu tempo, Leolinda busca não apenas validar suas experiências, mas também conferir dignidade à sua trajetória. Sua narração cria uma narrativa que tenta transcender a cronologia, refletindo um esforço de produção de si mesma. Assim, na construção de sua autobiografia, ela utiliza elementos que evocam um senso de verdade, embora, como já discutido, essa verdade não se restrinja a fatos isolados, mas esteja intimamente ligada à construção de significados. A realidade que ela retrata está ancorada em sua contemporaneidade, e essa relação entre o passado e o presente molda sua imagem.

¹³³ Ibid., p. 43

É importante retomar que relatar as experiências de uma trajetória não garante a veracidade objetiva, pois a narrativa é uma construção que busca conectar as experimentações de uma vida a um tempo que, embora interligado ao presente, pode ser percebido como distinto. Nesse contexto, sua afirmação de estar "fora de seu tempo" não é meramente uma declaração de singularidade, mas sim uma estratégia narrativa que confere relevância e inteligibilidade à sua história. Essa escolha é mais do que uma retórica, é uma forma de reivindicar um espaço na história que transcenda seu tempo, revelando estruturas sociais e significações de sua época.

Dessa forma, ao mobilizar a figura de Leolinda, não estou construindo sua biografia, mas tensionando a imagem que ela esperava projetar. Através dessa construção, podemos iluminar os contextos sociais que emergem de sua contemporaneidade, demonstrando como sua luta e suas ideias refletem e contestam as normas de sua época. Essa análise não apenas revela a mulher que Leolinda era, mas também como ela desejava ser lembrada, como uma pioneira que ousou desafiar o status quo e moldar sua própria narrativa em um momento de profundas transformações sociais.

Como Leolinda, eu não sou uma historiadora fora de meu tempo, estou completamente embebida de minha contemporaneidade, por isso tenciono a partir das minhas próprias experimentações, de meu tempo. Como Agamben vai dizer: “De quem, e do que somos contemporâneos? E, antes de tudo, o que significa ser contemporâneo?”¹³⁴

Para uma pesquisa que tem como objeto a biografia e a construção da imagem de uma personagem, essa pergunta é extremamente relevante. Como termina de afirmar Agamben: “Um homem inteligente pode odiar o seu tempo, mas sabe, em todo caso, que lhe pertence irrevogavelmente, sabe que não pode fugir ao seu tempo. A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo.”¹³⁵ Nesse caso, duas mulheres que pertencem verdadeiramente ao seu tempo, pois percebem e apreendem o seu tempo, a sua contemporaneidade, e tudo o que surge de dentro dela.

¹³⁴ AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 54.

¹³⁵ Ibid., p. 59.

CAPÍTULO 2 - Leolinda de Figueiredo Daltro e a causa indígena: a figura de uma “catechista leiga”

2.1 A “catequese leiga” de Leolinda de Figueiredo Daltro: uma disputa acerca das questões indígenas na primeira metade do século XX

Hontem, pela manhã, fomos surprehendidos por uma interessantissima visita: a do indio Sepé, chefe hereditario da tribu dos Cherentes, de Goyaz, e hoje transformado pela civilisação em capitão Joaquim Sepé Brasil, chefe da aldeia Providencia, na Piabanha, á margem do rio do Tocantins. Essa aldeia da Providencia é composta em sua totalidade de ex-selvagens que vivem exemplarmente entregues ao trabalho, numa ordem admirável. (D’ O Paiz, de 9 de Julho de 1896).¹³⁶

Em sua obra da “Da Catechese” os primeiros excertos de jornais que abrem o capítulo “Notícias e Documentos” revelam ao leitor a passagem do grupo de indígenas “Cherente”¹³⁷ que liderados por Sepé Brasil chegam ao Rio de Janeiro animados pela frase de seu líder “O chefe do Brasil nos dará uma escola, voltaremos satisfeitos”¹³⁸. E não era apenas a escola que o grupo esperava obter, em reportagem ao jornal “D’ O Paiz” em 9 de Julho de 1896 pediam também “ao Sr. presidente da República que mande fornecer á aldeia fazendas, ferramentas, armas, etc., e que o Estado avalie a obra da civilisação que por lá se faz entregue até agora a elle Sepé e outros, que não têm competência para tão grande empreendimento”.¹³⁹ Estes excertos de jornais trazem à tona alguns elementos importantes para apreendermos a posição que os indígenas ocupavam na breve instaurada República, e que ainda vão nos ajudar a dar conta dos primeiros passos de Leolinda na construção de uma vida pública a partir de sua aproximação com a causa indígena.

Uma ideia presente na experiência colonial que prevaleceu durante parte do século XX foi a de que as populações indígenas estavam relegadas a papéis secundários, destinadas a obedecer aos interesses de outros grupos. Como menciona Maria Regina Almeida, esses povos “até o século XX [...] pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que serviam deles conforme seus interesses”.¹⁴⁰ Esse tipo de argumento, que a historiadora tensiona ao longo de seu texto, nos ajuda a compreender como os povos indígenas eram vistos pela sociedade contemporânea à Leolinda, além de esclarecer o papel desta diante do debate entre a corrente integracionista e a corrente essencialista, que defendia a noção de um “índio puro”.

¹³⁶ DALTRO, 1920, p. 1.

¹³⁷ Nesta dissertação preferiu-se utilizar a escrita encontrada nas fontes.

¹³⁸ Ibid., p. 12.

¹³⁹ Ibid., p. 2.

¹⁴⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil no século 19: da invisibilidade ao protagonismo. 2013, p. 13.

Quanto às práticas integracionistas das populações indígenas na sociedade nacional, me aproprio das ressalvas que destacam a diferença crucial entre dois projetos de inserção dos povos indígenas no contexto colonial e pós-colonial brasileiro. O primeiro projeto, durante os séculos XVI a XVIII, buscava fazer do indígena um cristão e vassalo da coroa portuguesa. Isso significava que, para ser parte do império português, o indígena precisava ser convertido ao cristianismo. A identidade indígena era subordinada ao fato de ele ser considerado súdito de um poder monárquico, com sua lealdade ligada à fé cristã e à coroa.¹⁴¹

Por outro lado, o segundo projeto, mais relacionado ao Brasil pós-independência e próximo às primeiras décadas da República, visava transformar o indígena em um "cidadão nacional". Isso significava integrá-lo a uma nova ordem social e política, em que sua identidade étnica deveria ser dissolvida em uma noção mais ampla de brasilidade. O indígena cidadão era esperado não apenas como integrante da nação, mas como alguém que deveria aderir à ideia de patriotismo, perdendo de vista suas origens culturais e étnicas em prol de uma unidade nacional. Assim, enquanto o vassalo indígena era definido por sua fé e subordinação à coroa, o cidadão indígena era moldado pela ideia de pertencimento a uma nação moderna, consciente de sua participação em um Estado nacional.¹⁴²

Dez dias se passaram desde que o grupo indígena chegou à capital, o jornal "D'O Paiz", um dos mais respeitados da cidade, que vinha acompanhando de perto a situação dos povos originários, dedicou um extenso artigo à saga do grupo, traçando a jornada dos "Cherente" desde sua origem em Piabanhas até ao Rio de Janeiro.

Sepé, o cacique cherente, aprendeu rapido a lingua culta de que nos servimos para a transmissão do pensamento; e com o conhecimento de nossos vocabulos foi adquirindo novas ideias, nutrindo maiores esperanças de bater a rotina indolente da vida selvagem, deslumbrando o sertão com os habitos civilisadores, levando para a agricultura sciencia, para o conforto individual um esboço de commercio e para o abrigo de todos as noções progressistas de architectura. Que louvavel, que benefico, que patriotico empenho! Fazer da tribu uma povoação, da taba uma aldeia, da aldeia uma villa, da villa uma cidade. (D' O Paiz, de 19 de Julho de 1896).¹⁴³

Seguindo a análise acerca das correntes integracionistas, o excerto traz a visão de que os indígenas que se adaptavam à cultura colonizadora eram rotulados como aculturados. Essa perspectiva, predominante na época, implicava a ideia de que esses indivíduos estavam

¹⁴¹ LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. 1995, p. 71.

¹⁴² Ibid., p. 72

¹⁴³ DALTRO, 1920, p. 11.

abandonando progressivamente seus costumes, crenças e valores tradicionais, em um processo que culminava na assimilação à cultura dominante e na perda de sua identidade étnica.¹⁴⁴ Por outro lado, a corrente essencialista, ao defender a existência de um "índio puro" e de uma "cultura primitiva" imutável, representava os povos indígenas como estáticos e isolados do tempo histórico¹⁴⁵. Essa visão dualista contrastava radicalmente os indígenas "puros" e os "aculturados", negligenciando a complexidade das relações interétnicas e as diversas formas de agências desses povos.

Os excertos iniciais deste capítulo exemplificam como a experiência indígena era vista sob uma ótica dualista e reducionista, conduzindo a visões equivocadas sobre a participação desses povos nos processos históricos. Frases como “ex-selvagens que vivem exemplarmente entregues ao trabalho, numa ordem admirável” e “com o conhecimento de nossos vocabulos foi adquirindo novas ideias, nutrindo maiores esperanças de bater a rotina indolente da vida selvagem, deslumbrando o sertão com os hábitos civilisadores” reforçaram a ideia de integrar os indígenas à sociedade nacional.

As políticas de assimilação dos povos indígenas, que começaram com as reformas pombalinas no século XVIII, continuaram tanto no período imperial quanto na República.¹⁴⁶ Essas políticas visavam integrar os indígenas à sociedade dominante, e a ideia de que os povos indígenas deveriam ser "civilizados" e perder sua identidade cultural permaneceu forte até o início do século XX. Um dos aspectos mais marcantes desse processo é que, ao longo de décadas, as políticas que discutiam as questões dos indígenas incentivaram a integração desses sujeitos, buscando extinguir os povos indígenas como grupos distintos. Somente com a Constituição de 1988 é que essa lógica foi rompida, ao garantir pela primeira vez o direito dos indígenas à sua própria identidade e à preservação de suas culturas. Assim, enquanto antes o foco estava em transformar o indígena em um "cidadão nacional".¹⁴⁷

A diferença entre o “índigena vassalo” e o indígena “cidadão nacional” reflete justamente essa mudança de paradigmas. O vassalo, sob a coroa portuguesa, era forçado a se cristianizar e submeter à autoridade real, enquanto o cidadão nacional era esperado a se integrar completamente à sociedade brasileira, abandonando sua identidade étnica. Com a Constituição de 1988 essa visão assimilacionista começou a ser superada, garantindo aos indígenas o direito de manter suas culturas e identidades próprias, “a nova lei, em grande parte influenciada pelos movimentos sociais e indígenas do século XX, veio, na verdade, a

¹⁴⁴ ALMEIDA, 2013, p. 14

¹⁴⁵ Ibid., p. 15 e 16

¹⁴⁶ Ibid., p. 18.

¹⁴⁷ Ibid., 17 e 18.

sancionar uma situação de fato: os índios, nos anos 1980, contrariando as previsões acadêmicas, davam sinais claros de que não iriam desaparecer.”¹⁴⁸

A historiografia recente tem ressignificado a participação indígena nos processos históricos, novas pesquisas demonstram que, contrariamente a visões tradicionais, os povos indígenas não foram meros espectadores nos processos de colonização e formação da República. Ao romper com narrativas eurocêntricas que marginalizam a agência indígena, demonstram a importância de analisar os encontros entre povos indígenas e não indígenas como processos de negociação, resistência e construção de identidades.

É importante ressaltar que a aculturação é um processo complexo e multifacetado, que não necessariamente leva à perda da identidade étnica. Muitos indígenas mantiveram os elementos de sua cultura mesmo após um longo período de contato com a cultura dominante, questionar as premissas que subjazem à ideia de aculturação como um processo negativo e unidirecional é fundamental para escapar a estes dualismos. Os povos indígenas foram atores ativos, desenvolvendo estratégias de resistência, adaptação e transformação diante das imposições coloniais e nacionais.

O conceito de aculturação, que antes se limitava à ideia de assimilação e perda completa da identidade étnica dos sujeitos, passou por uma mudança significativa. Agora, entende-se que a cultura é um processo histórico, dinâmico e flexível. Ela não é algo estático ou rígido, mas sim um resultado das experiências e vivências dos sujeitos. Embora as estruturas culturais influenciem o comportamento dos indivíduos, elas não os aprisionam, permitindo que eles possam agir e se adaptar fora dessas normas “as estruturas culturais orientam o comportamento dos homens, mas não podem ser vistas como malhas de ferro que não lhes possibilitem agir fora delas”.¹⁴⁹

Essa nova compreensão da cultura, como algo que muda e se transforma continuamente, permite perceber que as mudanças culturais não devem ser vistas apenas como a perda de uma cultura "autêntica". Pelo contrário, elas são parte do dinamismo das interações culturais, mesmo em contextos de contato violento, como as relações entre os povos indígenas e os colonizadores. A reportagem "D'O Paiz" ilustra como os indígenas, ao longo da história, têm demonstrado uma capacidade de incorporar “elementos da cultura ocidental, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que vivem”.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Ibid., p. 18.

¹⁴⁹ Ibid., p. 21.

¹⁵⁰ Ibid., p. 22.

E sepé falou suasoriamente aos seus companheiros da floresta [...] Outro selvicola se aproximou, outro ainda, mais outro, cada qual mais desejo de figurar nessa excursão bem dita, que tinha por alvo dar ao chefe supremo noticia da existencia de uma tribu de gente valorosa, que não gosava de nenhum beneficio da civilisação [...] E, com o luar de uma bella noite dos fins de Fevereiro, puzeram-se a caminho, trazendo nos ‘albornós’ de embira munición de bocca e peito repleto de fagueiras esperanças.¹⁵¹

Ao incorporarem elementos da cultura ocidental e reconfigurar seus modos de vida, eles demonstram sua agência e sua capacidade de negociar em contextos complexos. Aculturação, nesse sentido, não é simplesmente a assimilação ou a rejeição completa dos valores culturais impostos. Ela representa um processo mais complexo, que ocorre entre esses dois extremos. Os indígenas, longe de serem passivos nesse processo, são vistos como agentes ativos, que incorporam elementos da cultura ocidental, reinterpretando-os e atribuindo-lhes novos significados para lidar com as novas realidades em que se encontram.

Apesar de, à época, a postura do grupo liderado por Sepé ter sido interpretada como uma integração bem-sucedida desses povos à civilização ocidental em expansão, estes excertos indicam que “as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, a resistência passiva”¹⁵². A partir de uma “resistência adaptativa”¹⁵³, os indígenas encontraram estratégias de sobrevivência e buscaram assegurar melhores condições de vida. Se integrados ou não à colonização e à sociedade nacional, os indígenas assimilaram novas práticas culturais e políticas, utilizando-as para obter as vantagens possíveis dentro desse novo contexto. Esse fenômeno se estendeu também ao cenário republicano das primeiras décadas do século XX, como demonstrado no trecho citado “que tinha por alvo dar ao chefe supremo noticia da existencia de uma tribu de gente valorosa, que não gosava de nenhum beneficio da civilisação”.

Sem dúvida, houve grandes perdas, não devemos pormenorizar os processos violentos de colonização, mas isso não impediu que eles continuassem a agir ou a se identificar como indígenas. Essa constatação convida a uma reflexão mais profunda sobre o significado da suposta perda de uma identidade étnica, como se identidade tivesse atrelado a ideia de imutabilidade e pureza, conceito amplamente defendido pela corrente essencialista que promovia a ideia do “índio puro”.

¹⁵¹ DALTRO, 1920, p. 11, 12 e 13.

¹⁵² ALMEIDA, 2013, p. 22.

¹⁵³ Ibid., p. 22 e 23.

Desde meados do século XVIII, disputas políticas em torno de classificações étnicas para assegurar ou não direitos indígenas concedidos pela legislação já ocorriam. Por ora, para o argumento em questão, importa reconhecer que os movimentos indígenas da atualidade evidenciam que falar português, participar de discussões políticas, reivindicar direitos através do sistema judiciário, enfim, participar intensamente da sociedade dos brancos e aprender seus mecanismos de funcionamento não significa deixar de ser índio e sim a possibilidade de agir, sobreviver e defender seus direitos. São os próprios índios de hoje que não nos permitem mais pensar em distinções rígidas entre índios aculturados e índios puros.¹⁵⁴

É importante salientar que assim como a cultura não é algo congelado em si, a tradição é um conceito que se modifica com a transmissão. Isso significa que, ao ser transmitido, o conteúdo é reinterpretado de acordo com as características e contextos do receptor, o que coloca em evidência a importância da apropriação, em vez da simples transmissão. Nos estudos de trajetória dos povos indígenas, essa abordagem propõe uma mudança no foco das análises: em vez de concentrar-se exclusivamente na visão dos colonizadores, busca-se compreender as formas pelas quais os povos indígenas interpretam esses contatos e quais eram seus próprios objetivos ao longo dessas interações.¹⁵⁵

Diante desse cenário, os excertos de jornais também revelam outro nome: Leolinda emerge como uma figura que, comovida pela situação do grupo "Cherentes", se dispõe a seguir em direção ao interior do país, buscando atender aos pedidos de Sepé Brasil, mencionados em reportagem anterior: "não posso ensinar os pequenos que vão nascendo, me dóe o coração de ver tanta gente sem ser aproveitada"¹⁵⁶. A partir da ótica do trabalho, as correntes integracionistas, atreladas ao positivismo, passam a definir a posição de muitos contemporâneos de Leolinda, incluindo a própria.

D. Leolinda Daltro, professora municipal da primeira escola do sexo masculino, da Barra da Gavea, ofereceu para esse fim os seus serviços ao Governo. Disposta a seguir para, o sertão de Goyaz para levar luz aos pobres cherentes, não trepida deante dos meios nem dos incômodos inerentes a semelhante sacrificio, só vê deante de si uma obra meritoria e patriótica. [...] Ninguém melhor do que uma senhora estaria no caso de desempenhar-se dessa missão civilizadora, e quanto a nós só temos palavras de entusiasmo para exaltar á abnegação e patriotismo dessa brasileira que se destacou dos moldes communs. (Da Gazeta de Noticias de 25 de Julho de 1986).¹⁵⁷

Para compreender efetivamente a posição que Leolinda ocupa nas discussões suscitadas por essas correntes a respeito da situação dos povos indígenas da época, e para

¹⁵⁴ Ibid., p. 20.

¹⁵⁵ Ibid., p. 21.

¹⁵⁶ DALTRO, 1920, p. 2.

¹⁵⁷ Ibid., p. 22.

avaliarmos o significado do excerto acima como uma pista da edificação de sua imagem como “catequista leiga”, convém retomar algumas páginas de “Da Catechese”. Em “Explicação Necessaria”, um prólogo de cerca de nove páginas, a autora, ao reunir documentos sobre sua atuação, deixa clara sua visão sobre a questão indígena. Em suas palavras: “[...] eduquei quinze índios; a todos ensinei a lê e escrever e tornei cidadãos da Republica, investindo-os nos seus direitos civis e politicos, conforme provam os votos a descoberto. (2) Tornei-os cidadãos uteis, pois que lhes dei profissão”.¹⁵⁸

“Da Gazeta de Noticias” e da “Explicação Necessaria” é possível perceber como o discurso está alinhado à corrente integracionista. Leolinda compartilhava das mesmas ideias de dois intelectuais da época próximos a ela, Basílio de Magalhães e Feliciano de Oliveira, ambos ligados a instituições históricas e científicas do IHGB e Histórico e Geográfico de São Paulo. Eles defendiam uma política indigenista que visava “civilizar” os indígenas por meio do trabalho e da educação, acreditando que essa era a única forma de alcançar progresso.¹⁵⁹

Determinada pela ideia de integrá-los como trabalhadores nacionais, Leolinda buscava aplicar suas ideias de uma “catequese leiga”. Essa instrução para os povos indígenas seria centrada no trabalho, alinhando-se inicialmente aos ideais dos positivistas do Apostolado Positivista.¹⁶⁰ Nos debates que seguiram sobre a relação entre indígenas e civilizados na instauração da República, os positivistas do Apostolado Positivista defenderam dois pontos essenciais. O primeiro referia-se à natureza desse relacionamento, que deveria ser guiado por princípios de amizade e benevolência. O segundo tratava da assistência a ser oferecida, que, sob a nova forma política do Estado, deveria ser leiga, com o governo assumindo a responsabilidade de proteger os indígenas, garantindo suas vidas, seus territórios e sua inserção como trabalhador nacional.¹⁶¹

Leolinda decidiu acompanhá-los em sua jornada de volta à aldeia, mas, para realizar esse objetivo, solicitou ao governo um aumento em seu salário como professora e uma licença de dois anos, os jornais louvavam sua atitude em oposição ao indeferimento do governo que ainda não tinha respondido o requerimento da professora:

¹⁵⁸ Ibid., p. XXIV.

¹⁵⁹ SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. *Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás-1896-1920)*. 2014, p. 90.

¹⁶⁰ No Rio de Janeiro em 1881, Miguel Lemos e Teixeira Mendes criaram o Apostolado Positivista do Brasil, com o intuito de organizar e direcionar as ações dos adeptos do positivismo no país. GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 169-190

¹⁶¹ Ibid., 56-57. Embora não tenha sido incorporado na constituição de 1891, as teorias do apostolado foram retomados na criação do Serviço de Proteção ao Índio.

Enthusiasta do offerimento que vem de ser feito ao Governo por D. Leolinda Daltro, digna professora do Districto Federal, para encarregar-se de ser professora dos indios cherentes, não posso compreender a hesitação dos poderes publicos em aceitar essa prova de patriotismo e desprendimento de uma illustre senhora que exhibe perante a sociedade brasileira o mais bello oxemplo, e oxalá que lição tão sublime seja aproveitada pelos nossos patricios. (D'O Paiz de 2 de Agosto de 1896).¹⁶²

A professora apresentou seu pedido ao presidente da República, mas este foi negado sob a justificativa de "falta de recursos". Com uma licença médica, ela seguiu para São Paulo, planejando encontrar Sepé e seu grupo em Uberaba. Dias antes, o grupo havia se reunido também com o presidente, tendo recebido roupas e sido apresentados a Prudente de Moraes. No entanto, após a reunião, foram encaminhados de volta à delegacia, lugar onde permaneceram durante todo o tempo que estiveram na capital. Por ordem do presidente, o auxiliar Vicente Neiva ouviu as demandas dos indígenas, mas, alegando também "falta de verbas", o governo não atendeu a nenhum de seus pedidos.¹⁶³

Se, porém, o seu commettimento (hypothese que não queremos aceitar) não for levado lá altura de um serviço á patria republicana, ainda assim resta-nos-ha um ultimo appello. Chamaremos ao posto de combate o povo brasileiro e abriremos uma subscrição para o exito do empreendimento de D. Leolinda Daltro. (D'O Paiz de 2 de Agosto de 1896).¹⁶⁴

O grupo "Cherente" e Leolinda encontravam-se sem apoio governamental, o que os levou a buscar auxílio da sociedade civil. Em outubro daquele ano, ao chegar a São Paulo, Leolinda encontrou uma situação semelhante à de agosto, quando o jornal "D'O Paiz", no Rio de Janeiro, havia iniciado uma campanha de subscrição para apoiar seu intento. Em São Paulo, o jornal "O Commercio" informou seus leitores sobre a "missão" em andamento com destino aos distantes sertões de Goiás, afirmando: "juntando os nossos pedidos aos da sympathica missionaria, solicitamos do publico que auxilie esta obra verdadeiramente meritoria".¹⁶⁵ Em resposta, Leolinda recebeu uma doação de cem mil réis da doutora Maria Renotte, descrita como "amiga da instrução, isto é, do povo", que também se comprometeu a contribuir mensalmente com 40 mil réis caso o governo suspendesse o pagamento do salário da professora.¹⁶⁶

¹⁶² DALTRO, 1920, p. 25.

¹⁶³ CORRÊA, Mariza. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. In: _____. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139, p. 47-50.

¹⁶⁴ DALTRO, 1920, p. 27.

¹⁶⁵ Ibid., 1920, p. 35.

¹⁶⁶ Ibid., 2003, p. 49.

Com a notícia da chegada de Leolinda, mais jornais se juntava a lista de subscrições em apoio a sua “missão”, “D’A Platéa” recebeu a carta de Horace M. Lane, enviando outras contribuições em seu nome e em nome da Escola Americana. Aos poucos, esses apelos repetidos começaram a surtir efeito, e as listas de doações em dinheiro e materiais necessários para que “serviam estes exemplos de estímulo à corajosa D. Leolinda, na espinhosa, porém grata e patriótica missão que vae emprender”¹⁶⁷ começaram a crescer.

Paulete argumenta que a relação de confiança e amizade entre Horace Lane e Leolinda evidencia que o então diretor do Mackenzie foi o principal mentor e financiador de seu projeto de catequese dos indígenas na região entre os rios Araguaia e Tocantins, durante os anos de 1897 a 1900. Diz que José Feliciano revelou que as reportagens publicadas com o objetivo de arrecadar fundos nos jornais paulistas em 1896 foram parcialmente traduzidos para o inglês e divulgados em um folheto nos Estados Unidos por Horace Lane. Basílio de Magalhães, membro do IHGB, reforça essa informação, afirmando que Lane, ao publicar os textos de José Feliciano na América do Norte em 1897, “[...] modestamente se ocultou sob o título ‘O editor’”¹⁶⁸.

Paulete destaca ainda a influência de Horace Lane na vida de Leolinda, utilizando como fonte uma entrevista com seu neto, Othon Daltro. Segundo o neto de Leolinda, um dos principais fatores que levaram Leolinda a se separar de seu segundo marido ocorreu em abril de 1897, quando ela retornou ao Rio de Janeiro para receber seus vencimentos, após sua estadia em Uberaba, Minas Gerais. Ao voltar, Leolinda descobriu que seus dois filhos menores, Oscar e Leobino, estavam trabalhando no comércio por ordem de seu pai, Appolonio. Esse acontecimento teria sido crucial para que Leolinda decidisse transferir os filhos do colégio no Rio de Janeiro para o Mackenzie, em São Paulo, antes de sua partida definitiva para Goiás.¹⁶⁹

Em carta, os próprios filhos de Leolinda, Oscar e Leobino, relatam à mãe como estavam sendo tratados na nova cidade: “O Dr. Horace lane nos anima muito, dizendo que é para nosso bem o que a senhora está fazendo; o seu nome ha de passar coberto de flores para historia do Brasil”¹⁷⁰. Já sua filha mais nova, Aurea, ficou sob os cuidados de seu padrinho, o republicano Quintino Bocaiúva, que tentou dissuadir Leolinda de seguir para Uberaba novamente, empregando todos os meios possíveis – inclusive ameaçando deixar de cuidar de

¹⁶⁷ DALTRO, 1920, p. 36

¹⁶⁸ Após leitura dos artigos confirmou-se a informação ver SANTOS, 2014, p. 79 apud MAGALHÃES, Basílio de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 101, v. 155, 1927. p. 20.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 41. e DALTRO, 1920, p. 91.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 101.

Aurea – para fazê-la desistir. Aos poucos, os excertos de jornais apresentados na primeira parte de “Da Catechese” revelam as redes de sociabilidade que Leolinda cultivava, mostrando como seu nome era construído e protegido por essas conexões.

2.2 A imprensa aliada: Estratégias de visibilidade e promoção de sua causa indigenista

Você soube que aqui levaram no teatro uma peça em que você apparacia num ridiculo medonho, vestida de pennas, dançando e fallando asneiras com os indios? Mas o senador Quintino foi a policia e fez retirar a peça do scenario, suspendendo o espetaculo. O Paiz falou muito bem de você, criticando esse acto impatriotico dos nossos patricios.¹⁷¹

As passagens encontradas nas páginas de "Da Catechese" revelam não apenas excertos de jornais, mas também cartas que trazem à tona um emaranhado de nomes que formam a teia de contatos cultivada por Leolinda, os quais eram mobilizados a seu favor. Esses documentos traduzem sua rede de sociabilidade.¹⁷² Quintino Bocaiúva, além de assumir a responsabilidade de cuidar de Aurea, também intermediou a aproximação entre Leolinda e Horace Lane. Antes de se tornar diretor do Colégio Mackenzie, em São Paulo, Lane havia sido diretor do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, aí seu encontro com Quintino. Por sua vez, Horace Lane, que já mantinha boas relações com a elite paulistana, tornou-se o mais novo intermediador dos projetos da “catequista leiga” e da divulgação do nome de Leolinda em São Paulo.

Diferentemente de Horace Lane, Quintino Bocaiúva, que não incentivava Leolinda a prosseguir com sua empreitada, por acreditar que ela não teria sucesso em sua missão, fez ressalvas diretas tanto a ela quanto à imprensa. Além disso, teria utilizado seus contatos em São Paulo para tentar encerrar a iniciativa. Em uma carta de 12 de maio de 1897, Almeida Nogueira, amigo de Leolinda no Rio de Janeiro, a teria informado sobre os planos de Bocaiúva.

O presidente do Estado, Dr. Campos Salles, mostrou-me uma carta do Quintino, na qual pedia fazer cessar a animação da imprensa daqui, como elle fizera callar a do Rio, para não encorajal-a. Disse-me mais o Dr. Campos Salles que não a ajudou para servir ao Quintino, pois julga que a senhora sem animação e sem recursos, voltará de Uberaba.¹⁷³

¹⁷¹ Ibid., 1920, p. 95. Carta de Magdalena de Noronha a Leolinda Daltro, 26/05/1897

¹⁷² CARNEIRO, Thaís Mendes Moura. “Mulheres públicas”: a construção de redes de sociabilidade intelectual feminina no mundo hispano-americano (1880-1920). *Faces da História*, v. 11, n. 1, p. 331-349, 2024.

¹⁷³ DALTRO, 1920, p. 77.

Horace Lane também desempenhou um papel fundamental ao manter os amigos de Leolinda informados sobre sua situação. Em meio a uma intensa troca de correspondências, ele entregou à professora cartas com recomendações para sua viagem e a apresentou a figuras influentes que poderiam recebê-la e ajudá-la ao longo de seu percurso.¹⁷⁴ Assim, Lane permanecia constantemente informado sobre os passos de Leolinda, o que lhe permitia manter outras pessoas igualmente a par de seus movimentos.

Após informar a Magdalena sobre o paradeiro de Leolinda, esta teria repassado os destinos da amiga a Quintino Bocaiúva. Quintino, ao ouvir sobre a professora, teria ficado visivelmente abalado, chegando ao ponto de quase chorar, refletindo o quanto se preocupava com o destino dela. Embora acreditasse ter feito tudo ao seu alcance para que Leolinda abandonasse sua jornada e voltasse de Uberaba, Quintino demonstrou frustração ao ver seus esforços em vão, ao ponto de ameaçar entregar-lhe a filha. Segundo o relato, Leolinda, com calma e determinação, afirmou que levaria a menina consigo, "para a vida ou para a morte". A partir desse momento, Quintino desistiu de intervir diretamente, convencido de que não a veria mais.¹⁷⁵

Embora mantivesse uma postura firme e contrária à decisão de Leolinda, Quintino continuava a protegê-la de forma sutil, especialmente no que dizia respeito à sua reputação. Isso fica evidente quando, em outro trecho da carta que abre este subtópico, Magdalena informa que uma peça teatral ridicularizando Leolinda havia sido encenada no Rio de Janeiro, retratando-a de maneira caricata, "vestida de penas, dançando e falando asneiras com os índios". Ao tomar conhecimento do fato, Quintino foi até a polícia e conseguiu que a peça fosse retirada de cena, defendendo, assim, o nome de Leolinda. Além disso, a imprensa, em especial o jornal "D' O Paiz", criticou fortemente o episódio, classificando-o como um ato impatriótico.

O jornal "D'O Paiz", foi dirigido por Quintino Bocaiúva até 1901, período que coincidiu com a missão de Leolinda entre 1896 e 1900, revela as complexas dinâmicas das redes de sociabilidade em que ela estava inserida. Após substituir Rui Barbosa, Quintino assumiu o cargo como redator-chefe, o que lhe deu influência considerável sobre a publicação. Esses fatos evidenciam a coexistência de apoio e oposição nas relações que Leolinda mantinha, refletindo as tensões de uma vida pública cheia de desafios. Mesmo aqueles que não concordavam com seus objetivos, como Quintino, demonstravam certo nível de cuidado e proteção, utilizando sua influência para defendê-la quando necessário.

¹⁷⁴ GRIGÓRIO, 2012, p. 141.

¹⁷⁵ DALTRO, 1920, p. 93-94

A imprensa carioca, especialmente “D’O Paiz”, “Jornal do Brazil” e “Gazeta de Noticias”, teve um papel central na divulgação dos projetos de Leolinda. Esses três jornais, que somam quase metade das menções encontradas em suas atividades documentadas, foram amplamente utilizados por ela para legitimar seu projeto político e afirmar sua autoridade. A escolha de Leolinda por esses periódicos não se deu apenas pela afinidade republicana que representavam, mas também pela presença de figuras influentes no comando editorial, como o próprio Quintino Bocaiúva. Ele não só conduzia as notícias em “D’O Paiz”, como também exercia influência na “Gazeta de Noticias”, ao lado de nomes como José do Patrocínio e Silva Jardim. Além do que já vimos nos excertos anteriores, a forte influência de Quintino Bocaiúva sobre grande parte da imprensa carioca da época.

A partir dessas publicações, Leolinda buscava reafirmar sua respeitabilidade e notoriedade. Isso é evidenciado em uma carta que enviou ao jornal “D’A Platéia” em São Paulo, em 29 de abril de 1897, antes de partir definitivamente para sua missão com o grupo “Cherentes”. Na correspondência, ela explica como os recursos recebidos foram empregados na compra de itens essenciais, no sustento dos indígenas e em outras despesas indispensáveis para a longa jornada. Leolinda relata que, após esgotar esses recursos e não ter encontrado o apoio esperado em Uberaba, foi obrigada a ir ao Rio de Janeiro para receber seus vencimentos de professora municipal licenciada, a fim de prosseguir seu objetivo, ela passa a se referir como “catechista leiga”.

Achando-me novamente nesta cidade, em viagem de regresso do Rio de Janeiro onde fui buscar alguns recursos meus para poder continuar a missão a que me impuz de «catechista leiga»¹⁷⁶ dos indios cherentes, que me aguardam na cidade de Uberaba, venho manifestar a essa illustrada redacção o meu sincero agrade-cimento, que peço, pela publicação destas linhas, tor-nal-o extensivo ás demais redacções e á nobre sociedade da paulicéa. Como é de todos sabido, foi esta prestimosa redacção a primeira que me recebeu e concorreu leal e francamente com palavras animadoras, para a accei-tação e apoio que o meu empreendimento encontrou da sociedade da paulicéa e, principalmente, dos illus-trados e benemeritos Drs. Horacie Lane e Maria Renotte. Foram esses dous apóstolos do bem, especial-mente, que me dispensaram as mais inequivocas attenções, francos e elevados estimulos, o mais forte amparo — para os quaes não ha palavras com que jamais possa eu exprimir quanto lhes devo. Tendo por seu intermedio recebido diversas im-portancias, producto da subscrição aberta nesta redacção, de pessoas generosas, como auxilio material.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Ao longo dos excertos que Leolinda reúne quando deseja chamar atenção para alguma frase ou palavra ela destaca dessa maneira, uma forma de se inserir como autora e editora dos excertos produzidos por terceiros.

¹⁷⁷ Ibid., 1920, p. 89-92.

Ela também menciona a contribuição de vários apoiadores, incluindo o professor José Feliciano, que angariou recursos para cobrir parte das despesas da travessia. Leolinda expressa sua surpresa ao encontrar apenas quatro animais inadequados para o transporte, apesar da promessa de recursos adicionais. Segundo a carta de Feliciano publicada no Estado de São Paulo em 17 de fevereiro de 1897, ele havia consignado dois contos de réis a uma casa comercial de Uberaba para custear as despesas da travessia, um fato que, segundo Leolinda, não poderia passar despercebido.

Leolinda também destaca a importância do apoio moral e material de figuras influentes da sociedade paulista. Expressa sua gratidão à redação do jornal a “D’A Platéia” e a personalidades como Almeida Nogueira, Eduardo Prado, Garcia Redondo, João Mendes e D. Veridiana Prado, por seu interesse e assistência ao seu destino. Esse exemplo mostra como Leolinda usava a imprensa para promover seu trabalho e fortalecer suas conexões com pessoas influentes, reforçando sua credibilidade e consolidando uma rede de apoio crucial para a realização de sua missão.

Esse contexto demonstra que a relação de Leolinda com a imprensa era estratégica, usando-a para cultivar seu projeto político e assegurar seu lugar de destaque na esfera pública. A influência de Quintino, portanto, não apenas protegida em momentos críticos, mas também abria caminhos para que sua missão alcançasse o reconhecimento necessário.

Embora na prática Leolinda não tenha podido contar com o apoio direto de Quintino Bocaiúva em sua viagem com o grupo “Cherentes”, a relação de compadrio com ele se tornou um valioso capital simbólico. Esse vínculo proporcionou a Leolinda acesso a esferas de poder que, como uma mulher de poucos recursos, ela dificilmente teria alcançado sozinha.¹⁷⁸ Um exemplo disso é a carta de recomendação escrita por Urbano Correa, então presidente de Goiás, ao senador Leopoldo Bulhões, quando Leolinda retornava ao Rio de Janeiro em 1900, depois de ter estado 4 anos distante de casa. Correa ressaltou que, embora Leolinda não tivesse conseguido realizar completamente seus objetivos, a quantidade de “energia e sacrifícios” que dedicou à empreitada era inegável. Ele também mencionou que, embora Leolinda já contasse com o patrocínio de Quintino, aceitou o pedido dela e escreveu a recomendação.

A Sra. D.Daltro volta ao Rio sem ter podido cumprir em totum o que desejava e isto, nós, especialmente V. que viajou pelo norte, sabíamos perfeitamente. Ahi no Rio não avaliarão talvez, a quantidade de energia e sacrifícios a tal empreza. E’ nesse sentido que a Sra. D. Daltro precisa de

¹⁷⁸ GRIGÓRIO, 2012, p. 142.

sua ajuda. Ella não necessitaria de minha recommendação pois que tem o patrocínio do nosso chefe Quintino, mas tendo me solicitado, a faço

Esses trechos revelam como, mesmo sem ajuda prática durante a viagem, o nome de Quintino Bocaiúva servia como um poderoso recurso de influência, fortalecendo a posição de Leolinda em círculos de poder e garantindo que seu trabalho fosse reconhecido, ainda que suas realizações não fossem plenamente concretizadas. E reforçam a complexidade das relações de sociabilidade de Leolinda, onde apoio e oposição coexistiam de forma intrincada, refletindo as tensões de uma vida.

A imprensa, as cartas e as declarações favoráveis a ela e à sua missão constituem a habilidade política de Leolinda, que foi essencial para sua trajetória. Essa habilidade, formada pelo uso estratégico da imprensa e pela construção de sua rede de sociabilidade, foi decisiva para a construção de sua imagem pública e a edificação de seu nome.

Durante os 4 anos de sua missão, Leolinda registra em sua obra inúmeras situações que haveria sofrido diante dos frades que estavam no comando das catequeses religiosas em Goiás. Apesar de Leolinda ter se mantido à margem de partidos políticos formais e não ter explicitado preferências partidárias em suas memórias, suas alianças em Goiás, especialmente com a influente família Bulhões, a inseriram inevitavelmente em um determinado campo político local. Ao concentrar suas críticas nos religiosos, em particular nos frades, Leolinda pode ter, consciente ou inconscientemente, minimizado a oposição de outros grupos poderosos, como os coronéis, que contavam com amplo apoio entre os indígenas.¹⁷⁹

A relação com o coronel José Dias exemplifica essa dinâmica complexa. As conexões de Leolinda com setores liberais, tanto em Goiás quanto em outras regiões, contribuíram para a construção de uma imagem pública que atravessa a de mera “catechista”, sugerindo uma agenda política mais ampla. Essa percepção pode explicar por que as adversidades enfrentadas pela missionária não se restringiam à oposição religiosa. José Dias, envolvido em disputas políticas locais ao lado de adversários dos Bulhões, não se encaixava facilmente em categorias ideológicas como liberal ou democrata. As circunstâncias de seu encontro com Leolinda e suas motivações políticas permanecem obscuras.

Este prestigioso e heroico goyano, foi quem maior numero de vezes teve que enfrentar os meus inimigos salvando-me a vida, já com a sua energia e coragem leonina, já com a sua habilidade estratégica de um verdadeiro general.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Ibid., p. 142

¹⁸⁰ DALTRO, 1920, p. XIV.

No entanto, de acordo com Leolinda, ele foi crucial para sua chegada segura ao Rio de Janeiro em 1900, enfrentando vários perigos em seu caminho de volta. Ele "cumpriu fielmente o juramento feito perante os frades em Conceição do Araguaia" ao assegurar sua proteção, acompanhando-a até Leopoldina e depois até o Rio de Janeiro, onde veio a falecer devido à varíola. A lealdade de José Dias, que a acompanhou em sua jornada, contrasta com a postura complexa com os frades, reforçando a natureza ambivalente das alianças políticas em Goiás.¹⁸¹ Na última carta que encerra a primeira parte de "Da Catechese", datada de 14 de novembro de 1900, Horace Lane revela os interesses de Leolinda ao chegar ao Rio de Janeiro, reiterando seu apoio a ela e à sua causa.

Caso a senhora realise o projecto de voltar com o coronel José Dias, para fundar uma escola para indios na região do Araguaia, comprometto-me pessoalmente a concorrer com o pequeno auxilio de trezentos mil réis por anno, pagos trimensalmente para o sustento da escola, enquanto ella durar e eu for vivo, começando essa contribuição logo que a referida escola estiver funcionando com mais de tres indios ou indias. Offereço-me a levar ao conhecimento de pessoas amigas dos indios os factos que a senhora me forneceu, relativos á vida, as necessidades, á susceptibilidade e á instrucção dos indios, solicitando dellas auxilio material para a escola, logo que se torne um facto consummado.¹⁸²

Um reflexo da ausência de uma política indigenista efetiva no Brasil da primeira metade do século XX. A Constituição Federal de 1891, com suas bases federalistas, delegou aos estados a responsabilidade de definir as políticas para os povos indígenas, o que resultou em uma grande disparidade de tratamento e em uma fragmentação das ações governamentais nessa área.¹⁸³

A proposta apresentada pelo Apostolado Positivista Brasileiro, que buscava estabelecer diretrizes para uma política indigenista, foi rejeitada. Apesar disso, os positivistas insistiram na relevância do tema, antecipando debates que se tornariam centrais nas décadas seguintes. Conforme aponta Gagliardi, embora a proposta do Apostolado não tenha sido incorporada à Constituição, suas ideias foram revisitadas com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais (SPI/TN), em 1910.

¹⁸¹ Sobre a relação entre os frades e Leolinda ver GRIGÓRIO, 2012.

¹⁸² DALTRO, 1920, p. 339-340.

¹⁸³ EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. **Trajatória sertanista entre a ditadura e democracia no Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024, p. 37.

O projeto de Constituição apresentado pelo Apostolado Positivista na primeira Constituinte republicana, como era de se supor, não foi aprovado. Porém lançou as metas fundamentais da política indigenista que os positivistas consideravam mais correta, e pela qual iriam lutar com afa nos anos seguintes. Esse esforço seria coroadado, mais tarde, com a fundação do Serviço de Proteção aos índios.¹⁸⁴

Ao retornar ao Rio de Janeiro em 1900, Leolinda Daltro adotou uma estratégia de comunicação ativa para divulgar seu projeto de criação de sua colônia indígena no rio Araguaia e promover uma educação laica para os indígenas. A imprensa, com seu alcance cada vez maior, se tornou uma ferramenta fundamental para a divulgação de suas ideias e para a mobilização da sociedade em torno de sua causa. Através de artigos, cartas e entrevistas, Leolinda não apenas expôs seus argumentos em defesa da educação indígena, mas também construiu uma imagem pública de educadora e ativista engajada. As manifestações públicas que organizava, com a participação de indígenas, eram amplamente divulgadas pela imprensa, gerando debates acalorados e contribuindo para a popularização de sua figura. A imprensa, portanto, foi se tornando cada vez mais um veículo crucial para a projeção de Leolinda Daltro no cenário nacional e para a legitimação de suas propostas.

De regresso da sua missão ao Estado de Goyaz, onde acompanhou os índios cherentes, visitou-nos a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, professora catedrática nesta capital. Essa senhora que em quatro longos annos de duras privações e assombrosos perigos percorreu o sertão goyano e visitou quasi todas as aldeias indigenas ali existentes, mostrando-nos um bem organizado mappa explicativo dos seus trabalhos [...] Alguma protecção do governo, a sympathia e apoio do povo, e principalmente á mocidade brasileira sempre disposta a acções nobres e grandes, sempre guiada pelo espirito altivo e patriotico e pelo coração compassivo que D. Leolinda Daltro dirige este appello. [...] E o que pede para encetar essa gloriosa cruzada? Alguma protecção do Governo, a sympathia e o apoio do povo. (D' A Cidade do Rio, Dezembro de 1900).¹⁸⁵

Diversos estudos já examinaram os vínculos estabelecidos por Leolinda com intelectuais de sua época. Gagliardi (1989), por exemplo, analisa seu programa de "catequese leiga", associando-o às ideias defendidas por membros do Apostolado Positivista, como vimos anteriormente. Souza Lima também discute a atuação de Leolinda, classificando-a como uma das "propagandistas", ou seja, figuras que buscavam influenciar a opinião pública e pressionar o Estado a adotar uma postura ativa no debate sobre a política indigenista. Além

¹⁸⁴ GAGLIARDI, 1989, p. 57.

¹⁸⁵ DALTRO, 1920, p. 343-345.

disso, esse autor a compara a intelectuais como Sousa Pitanga, já que ambos defendiam uma ação indigenista de caráter leigo.¹⁸⁶

O que talvez seja interessante retomar é justamente sua personificação como “propagandista”, principalmente por ela se intitular “catechista leiga”, o que significa, nesse momento, apropriar-se dessa figura. “Mostrando-nos um bem organizado mappa explicativo dos seus trabalhos”, o que vamos identificando ao longo dos excertos é que, ao utilizar os jornais como plataforma de seus interesses, Leolinda não apenas informa a sociedade sobre seu projeto, mas também molda a percepção pública sobre a questão indígena e sobre seu próprio nome. Assim, o uso estratégico dos jornais permitiu não apenas divulgar seu projeto à sociedade, mas também construir uma imagem pública tanto sobre a questão indígena quanto sobre sua própria trajetória e liderança.

Apesar do destaque nos jornais, Leolinda não obteve os recursos financeiros necessários para dar continuidade ao seu trabalho no interior do país. A reviravolta ocorreu em 1902, quando uma nova notícia publicada entre os mais diversos jornais cariocas, a surpreendeu com a chegada de um novo grupo indígena, denominado pela imprensa como "Apinagés". A repetição de um cenário semelhante com o grupo “Cherentes” em 1896, em que ambos solicitaram, com urgência, a intervenção do governo federal para seus povos, reacendeu a indignação de Leolinda e a impulsionou a agir mais uma vez em defesa de seus direitos.

Estiveram homtem em nossa redação os indios apinagés, de que já temos tratado e que ha dias se acham nesta capital requisitando do governo recursos e protecção para a sua numerosa tribu que vive nas margens do Tocantins, no sitio denominado Palmeiras. Esses selvicolas foram-nos apresentados pela professora Leolinda Daltro. O tenente Agostinho falou por seus companheiros, expondo os fins de sua longa viagem, que foi buscar a professora Daltro. Como se sabe, de longa data, a professora Leolinda Daltro dedica-se a instrucção e educação dos indios, pondo nesse apostolado, verdadeira catechese todo o seu animo de mulher valorosa e paciente, todo o seu empenho de christã. Pretende ella, para dedicar-se exclusivamente a essa campanha civilizatriz dos nossos sertões, conseguir dos poderes municipaes a sua jubilação de professora do Districto Federal. (D' O Paiz de 14 de Setembro de 1902).¹⁸⁷

¹⁸⁶ SANTOS, 2014 apud SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. UFRJ; Marco Zero, 1987.

¹⁸⁷ DALTRO, 1920, p. 381-382.

O episódio da segunda viagem dos indígenas ao Rio de Janeiro em 1902 revela a complexidade das relações de poder e as dinâmicas de liderança dentro dos grupos indígenas. A decisão de escolher o Capitão Apinajé como líder da expedição, em detrimento do Major Sabino, chefe dos caraós, demonstra a importância da capacidade de interação com os "civilizados" nesse novo contexto.¹⁸⁸ A submissão do Major Sabino ao comando de Apinajé, ainda que temporária, evidencia a flexibilidade das estruturas de poder indígenas, que se moldavam de acordo com as necessidades e os objetivos do momento.

o Major Sabino, chefe dos caraós, se submetera a ser dirigido pelo Capitão Apinajé, somente durante a viagem, assim como depois que adoeceu o Major delegou aos alferes Agostinho e não ao Tenente, cujo nome não guardei, os poderes de chefe dos caraós por ser aquele mais conhecedor da língua portuguesa.¹⁸⁹

Essa capacidade de adaptação e negociação demonstra a agência dos indígenas e sua habilidade em navegar em um mundo em constante transformação. Ao escolherem um líder com maior fluência em português, os indígenas demonstraram uma compreensão estratégica da importância da comunicação com a cultura ocidental para alcançar seus objetivos. A delegação de poderes do Major Sabino ao alferes Agostinho, por sua vez, revela a importância da expertise técnica e do conhecimento local na organização das atividades do grupo.

No entanto, a fragilidade das alianças estabelecidas ficou evidente com a dissensão interna ao grupo. A decisão de alguns indígenas de permanecer no Rio de Janeiro, enquanto outros desejavam retornar a Goiás, expôs as divergências de interesses e as tensões latentes. Parte da imprensa carioca, ao simplificar a complexidade das relações entre os diferentes grupos indígenas, contribuiu para a construção de uma narrativa estereotipada e equivocada sobre os povos originários.

[...] o capitão resolvera de novo partir. Tinha, porém, perdido já o seu prestígio para com os seus commandados, que aliados a professora Daltro, a quem chamam agora «Mamãe Grande», negaram-se a cumprir suas ordens e de accôrdo, com ela: de novo embarcaram para sua aldeia. O capitão Souza, como era natural. pediu ao Dr. Chefe de Policia, de quem se mostra grato, pelo tratamento que lhe dispensou e a sua gente, auxilio para fazer retirar do poder da «Mamãe Grande», os seus homens. (Da Gazeta de Noticias 17 de Setembro de 1902).¹⁹⁰

¹⁸⁸ GRIGÓRIO, 2012, p. 158.

¹⁸⁹ 15ª Sessão ordinária do IHGB”, 26/09/1902. **Jornal do Commercio**, 01/10/1902. DALTRO, 1920, p. 426.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 392

Em 22 de Setembro de 1902, em carta aberta, Leolinda discute seu papel como mediadora e defensora dos indígenas, buscando esclarecer o conflito que enfrentou com as autoridades e com outros grupos da imprensa, que a acusavam de incitar a insubordinação dos indígenas. Os vestígios de sua carta também nos permitem identificar a visão eurocêntrica e paternalista que predominava nas relações entre indígenas e não indígenas, uma visão que tendia a negar a autonomia e os direitos dos povos indígenas.

os indios que se hospedam actualmente no Rio de Janeiro são, em sua maioria, das nações dos cherentes e caraós, sendo apenas apinagés tres, inclusive o capitão Souza, que quando muito pode exercer influencia sobre essa pequena fração, não lhe competindo, em absoluto, o commando dos cherentes e caraós, que são meus conhecidos e companheiros de excursão pelas tabas [...] certo é, que, Caraós e Cherentes vieram pro-curar-me, buscar-me, a conselho de Sepé.¹⁹¹

Sua preferência pelos jornais "D' O Paiz" e "Jornal do Brazil" foi conveniente, uma vez que tiveram como redator-chefe Quintino Bocaiúva, que, como vimos, possuía um valor simbólico importante para Leolinda em suas relações. Ainda que ele nem sempre atuasse diretamente em sua defesa, a relação de amizade entre ambos lhe proporciona muitos outros favores em suas conexões com diversas pessoas.

Tendo me conservado silenciosa ante as apreciações dos órgãos da imprensa desta capital, relativas a chegada dos indios, algumas das quaes não traduzem inteiramente a verdade, fazendo honrosa excepção - O Paiz e o Jornal do Brasil, cada um dos quaes têm relatado os factos de um modo independente, não se achando em absoluto accôrdo com as notas fornecidas pela reportagem policial.¹⁹²

Ambos os trechos da carta nos ajudam a reconhecer a resistência e a determinação dos indígenas em permanecer na casa de Leolinda, junto ao apoio de amigos e moradores da região, foram cruciais para que ela vencesse a disputa com os policiais que tentavam mandar de volta o grupo para a liderança do Capital Apinajé.

Os indios querem regressar para os seus sertões mas sob a condição de que eu os acompanhe. Sendo professora catedratica, só posso acompanhá-los mediante licença do prefeito ou do Conselho Municipal e uma vez que ella seja concedida, immediatamente marcharei á sua frente, para continuar, se é possível, com mas ardor, a minha missão de educadora.¹⁹³

¹⁹¹ Ibid., 1920, 405.

¹⁹² Ibid., 1920, p. 403.

¹⁹³ Ibid., 1920, p. 407.

Com o grupo indígena, Leolinda organizou diversas passeatas pela cidade, visitou redações de jornais e participou ativamente de cerimônias cívicas e públicas. Entre os eventos marcantes, destacam-se as recepções e homenagens a figuras ilustres como o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Cândido Rondon. Esses momentos, amplamente documentados pela imprensa, compõem a segunda parte de sua obra em “Minha acção pelos autóchtones na Capital Federal”, onde, por meio da reunião desses recortes, Leolinda buscava dar visibilidade à causa indígena. A citação a seguir integra essa coleção de excertos jornalísticos, revelando os esforços de Leolinda para que sua luta pela valorização dos povos indígenas fosse notada e reconhecida na sociedade carioca, elevando tanto a causa quanto o seu próprio nome.

A professora Leolinda Daltro irá incorporada ao prestito, levando em sua companhia tres indios Por-pipó, Pracé e Uacumupté, em carro offerecido pelo «Jornal do Commercio». A professora offerecerá ao Sr. Barão do Rio Branco, uma palma symbolica feita de fitas de madeira do Acre, e uma mensagem escripta em pergaminho, pelo indio Pracé, que como os demais é seu discipulo. (Dos jornais 20 de Fevereiro de 1904).¹⁹⁴

Depois de retornar ao Rio de Janeiro, Leolinda focou seus esforços na criação de uma associação para proteger os indígenas. Com o auxílio de seu vizinho, o professor do Museu de Antropologia Dr. Sergio de Carvalho¹⁹⁵, que também era secretário geral da Sociedade Nacional de Agricultura¹⁹⁶, ela conseguiu o apoio de Henrique Raffard, primeiro secretário do IHGB. Raffard propôs a criação de “uma comissão que se inumbirá de promover o estabelecimento de uma associação destinada a cuidar efficazmente da catechese dos indios em geral.”¹⁹⁷

Em sessão extraordinária em 28 de Março de 1903, publicado pelo “Jornal do Commercio” em Outubro de 1903, ela esteve presente como “sócia benemérita” ao lado de seu filho Alfredo Napoleão de Figueiredo, discursando sobre sua viagem às aldeias indígenas em Goiás e apresentando seu projeto de criação de um núcleo indígena nas margens do Araguaia.

Apresentando-se a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, que veio agradecer a gentileza da sua admissão nesta Associação com socia

¹⁹⁴ Ibid, 1920, p. 443.

¹⁹⁵ Ibid., 1920, p. 630.

¹⁹⁶ GRIGÓRIO,, 2012, p. 16.

¹⁹⁷ DALTRO, 1920, p. 432.

benemerita sendo a mesma convidada a tomar assento na meza dirigindo-lhe o Sr. Presidente algumas phrases de congratulações.

Em seguida tomou a palavra a Sra. D. Leolinda, que fez um succinto historico de suas viagens realizadas em 1896 e publicadas mais tarde no «Jornal do Commercio», e concluindo pelo que viu e observou, disse ser urgente a fundação de um nucleo de indige-nas na margem do Araguaya.¹⁹⁸

Grigorio, em seus textos, informa que existem duas versões sobre a participação de Leolinda no IHGB¹⁹⁹, especialmente em relação às duas sessões voltadas à criação de uma fundação de proteção aos indígenas brasileiros. Segundo uma versão, Leolinda teria tido o direito de falar durante a sessão mencionada, onde "Em seguida tomou a palavra a Sra. D. Leolinda, que fez um succinto histórico de suas viagens realizadas em 1896". No entanto, ao analisar o final da obra "Da Catechese", Grigorio encontrou o relato do engenheiro Adolpho Gomes de Albuquerque²⁰⁰, que afirmava que Leolinda não participou da sessão de abertura, tendo sido impedida de fazê-lo devido ao seu gênero, e apenas lhe foi oferecida uma sala ao lado de onde pôde assistir à cerimônia. Após minha própria análise das fontes, encontrei o excerto que contém a afirmação de Adolpho.

A primeira reunião, sob a presidencia do Commendador Raffard, foi realisada no Instituto Historico, com a assistencia, de muitos convidados entre os quaes se achava grande numero de conspiciuos membros dessa corporação. Aberta a sessão, da qual não fez parte a professora Daltro, por l'ho prohibir o seu sexo, como foi allegado, offerendo-se-lhe, entretanto, uma sala contigua para presenciar os trabalhos. [...] A professora Daltro, que tudo havia presenciado da sala contigua, protestou, depois de terminada a sessão, contra o desvio que se estava dando aos intuitos da nascente associação, mas o general e o commendador, que tambem se achavam desgostosos com incidente prometteram-lhe remediar o caso numa segunda reumão, que deste logo foi convocada. Vessa segunda reunião, presa a professora Daltro na sala contigua sob o pretexto ainda de ser mulher, repetiu-se o incidente.²⁰¹

Paulete argumenta que "não há duas versões" sobre a presença de Leolinda, afirmando que a sessão na qual ela participou, acompanhada de seu filho Alfredo — e onde foi aclamada como "socia benemerita" — foi a do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros,

¹⁹⁸ Ibid., 1920, p. 433-434.

¹⁹⁹ GRIGÓRIO, 2012, p. 16.

²⁰⁰ Presidente da Associação de Auxílio aos Selvícolas do Brasil em 1909, que defendia o ensino laico para os indígenas e promovia sua integração por meios pacíficos. Embora Leolinda de Figueiredo Daltro fosse amplamente reconhecida como fundadora dessa e de outras instituições relacionadas, ocupava o cargo de vice-presidente, enquanto Leobino Castilho Daltro era o secretário. Curiosamente, mesmo sendo declaradamente a criadora dessas entidades, Leolinda nunca assumiu a presidência, ficando sempre em funções secundárias. ROCHA, 2002, p. 250.

²⁰¹ DALTRO, 1920, p. 631-632.

realizada nas dependências do IHGB.²⁰² No entanto, para mim, não é relevante se essa foi a sessão de criação do instituto ou se a que Adolpho Gomes menciona corresponde a outra ocasião. O ponto crucial a ser discutido aqui é por que Leolinda foi impedida de falar. Se em uma sessão anterior ela teve a palavra, é provável que sua presença ao lado de uma figura masculina, seu filho Alfredo, tenha facilitado sua intervenção. E é essa controvérsia sobre a presença de Leolinda nos espaços públicos que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - Leolinda de Figueiredo Daltro e a construção de um legado: Fundação do Partido Republicano Feminino, suas estratégias para avançar no espaço público e sua participação no alcance do sufrágio feminino

3.1 Leolinda e a sua aproximação ao feminismo: a criação da Junta Feminil

Isso, porém, não impediu que eu, ainda uma vez, procurasse o Sr. Rodolpho Miranda, a fim de lembrar-lhe a promessa que antes me fizera de nomear-me para a direção de uma colônia de selvícolas, no Araguaia. Dificilmente conseguindo falar ao ministro, manifestei-lhe o desejo de ver realizada a sua promessa; mas... notai bem, minhas senhoras, o Sr. Rodolpho Miranda declarou-me achar-se todo o serviço de catequese entregue ao coronel Cândido Mariano Rondon, e este, com certeza afirmou o ministro, não me aceitaria para este serviço por ele ser positivista e, portanto, contrário à nomeação de mulheres para cargos públicos.²⁰³

Mesmo após retornar ao Rio de Janeiro em 1900, Leolinda manteve seu foco inabalável: retornar a Goiás para liderar uma colônia indígena. Ela almejava a “jubilação como professora” e a nomeação como “civilizadora dos índios” ou o cargo de “Diretora dos índios”, um desejo que a impulsionava a solicitar ao governo a aposentadoria e a nomeação para esse cargo. No entanto, seus pedidos eram constantemente negados. Em 1909, por exemplo, o Ministro Miguel Calmon indeferiu sua solicitação, alegando a inexistência do cargo. Os últimos excertos compilados em “Da Catechese” revelam essa situação.

A professora D.Leolinda Daltro, acompanhada de seus actuaes aducandos e catechumenos, esteve hontem no Palacio do Cattete. A Sra. Daltro pretende obtér a sua jubilação como professora e ser nomeada Civilisadora dos indios. Não quer dinheiro algum do governo. Irá manter-se com o seu honorario de jubilação. (Do Jornal do Brasil de 21 de Fevereiro de 1909). [...] Despachando o requerimento em que a professora D. Leolinda Daltro pedia para ser nomeada, independente de remuneração, missionaria civilisadora dos in-dios de Goyaz, o ministro da Industria e Viação declarou que o Governo não podia attender ao pedido por não existir o logar que a requerente se propunha desempenhar. O Dr. Calmon, entretanto,

²⁰² SANTOS, 2014, p. 105.

²⁰³ DALTRO, 2022, p. 45.

reconhecendo os serviços prestados por D. Leolinda á civilização dos indi-grenas, termina o seu despacho com palavras de louvor á requerente. (Do Correio da Manhã de 6 de Março de 1909).²⁰⁴

A criação da Associação de Proteção e Auxílio aos Selvícolas do Brasil, também em 1909, representou mais uma tentativa de Leolinda de avançar em sua luta, mas, assim como suas iniciativas anteriores, a associação não alcançou sucesso. Já em 1910, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, parecia que finalmente a causa indígena ganharia um impulso e Leolinda seu reconhecimento. Contudo, a exclusão de Leolinda Daltro da cerimônia de inauguração do serviço, conforme denunciado pelo “Jornal do Commercio”, evidenciou a forma como ela era vista pelas autoridades. Sua ausência na solenidade foi interpretada como um desdém em relação à sua dedicação e experiência. A imprensa da época criticou a injustiça cometida contra a professora, ressaltando sua importância para a causa indígena e a falta de reconhecimento por parte do governo.

A 7 de Setembro corrente o sr. Rodolpho Miranda, ministro da Agricultura no governo do Dr. Nilo Peçanha, inaugurou solenemente o Serviço de Proteção aos Selvícolas Brasileiros sem o comparecimento da Redemptora dos Índios – D. Leolinda Daltro, de quem o ministro se esqueceu nos convites que se dignou fazer para brilho da solemnidade. Essa falta injustificável não passou despercebida aos olhos do público. [...] D. Leolinda Daltro não foi convidada para assistir a festa official de inauguração do Serviço de Proteção aos Índios, porque a corrupção vem de cima, a Justiça se vende, a lei se sophisma e os potentados se comprazem em fazer do direito torto e do torto direito. [...] Console-se a missionária Heroína, D. Leolinda Daltro; a essas festas só devem comparecer os nababos que vivem unicamente da seiva dos operários e honestos trabalhadores.²⁰⁵

A reportagem do “Jornal do Commercio”, publicada em 10 de julho de 1910, reflete a situação que Leolinda aborda em sua fala na criação da Junta Feminil que abre este capítulo. Apesar de sua obra "Da Catechese" ter sido publicada apenas em 1920, Leolinda não se manifestou sobre a exclusão na época, sua única resposta à situação parece ter sido na obra "Inícios do Feminismo", publicada em 1918, que reúne a primeira ata da junta fundada por ela.

A mulher tinha provado competência para o cargo; mas o regime official e burocrático criava, como entrave à nomeação, a condição do sexo da candidata! Recebi as palavras do ministro Rodolfo Miranda como se fossem a declaração positiva da nulidade feminina, como se ouvisse uma legenda

²⁰⁴ DALTRO, 1920, p. 516.

²⁰⁵ Ibid., p. 595-597.

ignóbil da desmoralização do meu sexo! Senti, então, em mim, despertar o espírito da revolta; compreendi ser necessária uma campanha persistente e tenaz no sentido de destruir o terrível preconceito! Na opinião positivista do coronel Rondon, a mulher só tem competência para administrar o departamento culinário do lar, acalentar crianças, lavar e engomar, ou então passear pelas avenidas, entregando-se aos prazeres do luxo e... e... basta. Pensei então que era necessário, antes de tudo, despertar a mulher, promovendo o ideal da emancipação feminina.²⁰⁶

Para compreendermos a posição de Leolinda diante da afirmação de Cândido Rondon sobre o papel da mulher na sociedade – "a mulher só tem competência para administrar o departamento culinário do lar, acalentar crianças, lavar e engomar, ou então passear pelas avenidas, entregando-se aos prazeres do luxo e... e... basta." — é fundamental entender o que significava "emancipação feminina" no contexto contemporâneo de Leolinda. De acordo com June Hahner, o feminismo abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres, incluindo qualquer luta destinada a elevar seu status social, político ou econômico, refere-se tanto à forma como a mulher se percebe quanto à sua posição na sociedade. Por outro lado, os movimentos pelos direitos das mulheres pendiam a definir a emancipação de maneira mais restrita, focando na conquista de direitos legais. E no Brasil, o movimento pelos direitos das mulheres coincidiu parcialmente com o movimento sufragista, que era um aspecto específico de uma luta mais ampla.²⁰⁷ A partir dessa análise, podemos delinear melhor a posição que Leolinda ocupava nesse contexto e o significado, para ela, de promover a emancipação feminina.

Durante as primeiras décadas do século XX, a luta pelo sufrágio feminino se intensificou, cada vez mais mulheres defendendo o direito ao voto, uma reivindicação já feita no final do século XIX, mas rejeitada pela Assembleia Constituinte de 1891. À medida que o movimento se organizava formalmente e ganhava visibilidade, ele começou a ser aceito, de forma limitada, por setores da elite brasileira, especialmente após o voto feminino ser conquistado em países da Europa e nos Estados Unidos. No entanto, conforme o movimento foi ampliando seu apelo e conquistando apoio entre as classes mais altas, ele se tornou mais conservador, o que garantiu seu reconhecimento como "respeitável".²⁰⁸ Esse respeito vinha do fato de o movimento, ao moderar suas demandas, não desafiava profundamente a ordem social e política dominada pelos homens, sendo assim mais aceitável para as elites.

²⁰⁶ DALTRO, 2021, p. 46.

²⁰⁷ HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 25.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 25-26.

Na segunda metade do século XIX, as mulheres ocupavam posições diversas em relação à sua emancipação, mostrando que o estereótipo da mulher pura e protegida não se aplicava de forma geral. Esse comportamento variava conforme a classe social. As mulheres das classes mais baixas desfrutavam de maior liberdade pessoal, embora também enfrentassem trabalhos físicos mais pesados. Mesmo entre as mulheres da elite, nem todas estavam confinadas ao lar e afastadas da vida pública, como demonstram os casos de viúvas que administravam fazendas. Nas áreas urbanas, muitas mulheres da elite, embora em grande parte reclusas em suas casas, gerenciava grandes propriedades, com muitos parentes, empregados sob seu comando. Essas mulheres tinham a capacidade de influenciar indiretamente as decisões dos homens que ocupavam cargos públicos importantes, atuando nos bastidores. Mas, a autoridade do marido e do pai ainda era preponderante, e a esposa continuava subordinada a eles.²⁰⁹

Vale destacar dois pontos importantes que ainda vão permanecer na virada do século, primeiro, que as mulheres, na primeira metade do século XX, ainda vão exercer esse poder de bastidores, o que explica por que Leolinda, ao reunir as mulheres na Junta Feminil, tenta evocar essa influência indireta: “Tendes pais, maridos, irmãos, parentes e amigos que, mais felizes do que nós, gozam do direito do voto. Pois bem! Façais junto deles o trabalho de propaganda para que vingue a nossa chapa”²¹⁰. Segundo, isso reforça a observação de Cândido Rondon sobre o papel das mulheres, que, em sua visão limitada, se restringia ao espaço doméstico e a atividades como passear pelas ruas da cidade, sem participação ativa na esfera pública.

Essa visão fica evidente durante a elaboração da Constituição de 1891, quando os homens debateram o sufrágio feminino. Assim como a questão indígena foi marginalizada no texto, o sufrágio feminino também foi deixado de lado. Alguns deputados mais radicais, como Lacerda Coutinho, acreditavam que as mulheres eram “fisicamente e mentalmente incapazes”.²¹¹ Embora outros reconhecessem as capacidades intelectuais das mulheres, ainda assim se opunham ao sufrágio, usando o argumento da preservação da família. Eles adotavam uma visão sentimental do lar e da maternidade, acreditando que “a vocação da mulher não era determinada por suas capacidades, exigências ou desejos individuais, mas sim pelo seu sexo”.²¹²

²⁰⁹ Ibid., p. 28.

²¹⁰ DALTRO, 2022, p. 49.

²¹¹ HAHNER, 1983, p. 84.

²¹² Ibid., p. 85.

Apesar do apoio de alguns republicanos radicais na assembleia, como Lopes Trovão, que eram a favor do divórcio e do sufrágio feminino, os defensores do voto das mulheres permaneciam uma minoria decidida. Fracassou mesmo uma proposta em favor do sufrágio limitado, para mulheres altamente qualificadas, com títulos universitários ou de ensino, ou que tivessem propriedade, sem estarem sob a autoridade do pai ou do marido. A assembleia também recusou a inclusão de homens analfabetos, uma proposta defendida pelos positivistas, mas objetada pela maioria da elite política. **Por décadas consecutivas, esse artigo seria interpretado como excluindo as mulheres, de vez que não se achavam especificamente incluídas.** A nascente expectativa do pequeno grupo de feministas brasileiras deparou-se com a frustração na Assembleia Constituinte. Mas o tema do sufrágio feminino não poderia mais ser ignorado. Agora mais homens e mulheres encaravam-no como parte dos direitos da mulher. (Grifo meu).²¹³

Essa postura anti-sufragista reforçava a ideia de que o espaço público, reservado ao homem político, não era adequado para as mulheres, que eram relegadas à esfera doméstica. Para elas, as mulheres estavam vinculadas ao sentimento, não à razão, o que justificava a limitação de suas atividades ao lar e à família. A divisão das atividades masculinas e femininas, fortemente influenciada pelos positivistas, sustentava a ideia de que homens e mulheres pertenciam a esferas separadas na sociedade. Os homens eram vistos como os responsáveis pelo espaço público, pela política e pelo uso da razão, enquanto as mulheres eram relegadas ao espaço privado, vinculadas ao lar, à moralidade e aos sentimentos. Para os positivistas, "a mulher constituía a parte moral da sociedade", cuja função principal era garantir a estabilidade da família, vista como "a pedra fundamental da nação".²¹⁴

Essa divisão justificava a exclusão das mulheres de qualquer participação na esfera pública, como o sufrágio, pois acreditava-se que suas atividades deveriam se restringir à casa, ao cuidado dos filhos e à manutenção da ordem doméstica. As atividades políticas, econômicas e intelectuais eram entendidas como pertencentes exclusivamente aos homens, reforçando uma hierarquia que mantinha as mulheres sob o controle masculino, tanto dentro de casa quanto fora dela. Essa visão, elevada ao nível da separação entre estado e o dogma religioso pelos positivistas, reforçava a ideia de que as mulheres, guiadas pelo sentimento, não tinham lugar no mundo racional e político dos homens. Essa mentalidade explica por que Leolinda foi impedida de falar em determinados momentos e por que a presença de um homem ao seu lado era crucial para conferir legitimidade à sua postura, o que também ajuda a entender os motivos pelos quais Cândido Rondon não desejava que Leolinda ocupasse um espaço no SPILT. N.

²¹³ Ibid., p. 87.

²¹⁴ Ibid., p. 84-86.

O grifo “por décadas consecutivas, esse artigo seria interpretado como excluindo as mulheres, de vez que não se achavam especificamente incluídas” ressalta uma distinção importante entre exclusão e não inclusão. A exclusão é uma barreira rígida e explícita, enquanto a não inclusão abre brechas para contestações e possíveis mudanças. Inicialmente, a Proclamação da República trouxe uma estrutura política mais aberta, permitindo o voto, em princípio, a todos os homens alfabetizados. Isso fez com que o debate sobre o voto feminino ainda fosse possível, pois o artigo da Constituição, ao dizer que “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei”,²¹⁵ não especificava claramente que apenas homens poderiam votar.

Essa formulação permitiu que mulheres que buscavam se inserir na política contestassem o seu lugar, já que o texto não vetava diretamente sua participação. Diferentemente do que ocorreu em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, onde as leis eram explícitas ao usar o termo “masculino” para restringir o voto, excluindo diretamente as mulheres, no Brasil o texto constitucional deixava uma margem de interpretação.²¹⁶ Essa ambiguidade foi crucial, pois abriu caminho para que os defensores do voto feminino lutassem por esse direito nos anos seguintes.

Cada vez mais a condição de Leolinda como mulher e a maneira como a sociedade a tratava foram os principais obstáculos para que ela alcançasse seus objetivos e ideais.²¹⁷ Esse cenário de não inclusão foi o que impulsionou Leolinda a refletir sobre a situação de inferioridade das mulheres e a buscar formas de mudá-la por meio de ações concretas. Sua resposta a essa realidade foi a luta pela inserção ativa das mulheres na esfera política, iniciando sua campanha pelo sufrágio feminino.

Naquela época, a cidadania política estava diretamente vinculada à diferença de gênero, e a exclusão das mulheres era justificada com base em sua biologia. Essa visão não apenas naturalizava a separação entre os sexos, mas também estabelecia essa diferença como um princípio incontestável que definia o papel das mulheres como exteriores à política. A ideia de que a biologia feminina determinava sua função social e política reforçava a exclusão, tornando difícil contestar o status quo.²¹⁸

²¹⁵ KARAJEWICZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014, p. 71.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 69-71.

²¹⁷ As autoras, GRIGÓRIO (2012), ROCHA (2002), KARAJEWICZYK, (2014) e MARQUES (2004) apontam para esse lugar.

²¹⁸ SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p. 26.

Esse tipo de afastamento abriu espaço para o surgimento de movimentos feministas no ocidente, focados na conquista de direitos políticos. O sufrágio feminino, que antes representava apenas um símbolo da desigualdade, tornou-se o eixo central das reivindicações femininas. As mulheres passaram a entender que o direito ao voto não era apenas um gesto simbólico, mas sim uma ferramenta poderosa para alcançar mudanças sociais.²¹⁹

Esse era exatamente o cenário que Leolinda enfrentava e que a levou a se aproximar do feminismo. Em resposta, ela fundou a Junta Feminil em 1909, que mais tarde se tornaria o Partido Republicano Feminino em 1910, um espaço de articulação política voltado para a conquista do voto e da participação feminina nos espaços públicos. Leolinda viu a necessidade de se engajar ativamente na luta pela emancipação feminina, em sua carta enviada às mulheres que participaram da reunião de fundação da Junta Feminil, em 15 de dezembro de 1909, ela expressou os seguintes termos:

Urgindo aproveitar a oportunidade do momento que se nos oferece para divulgação e prática dos ideais feministas de reforma social, apelo para o vosso apoio e colaboração valiosa na grande generosa causa da emancipação do nosso sexo. Certa de que atendereis ao meu apelo, subscrevo-me admiradora, compatricia e amiga.²²⁰

A Junta Feminil, fundada em 1909, é o primeiro movimento político ligado ao feminismo no qual Leolinda se envolve, quando ela reuniu um grupo de mulheres em torno da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência, fundando a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau. Essa iniciativa, embora inicialmente vinculada a uma campanha eleitoral específica, marcou o despertar de um movimento mais amplo em prol da emancipação feminina. Mariana Coelho descreve essa associação como um marco importante, afirmando que foi "o ponto de partida para a ação do feminismo no Brasil", já que foi a primeira entidade criada com o objetivo de trabalhar pela emancipação das mulheres no país. Esse evento sinaliza o início da aproximação de Leolinda com o feminismo, pois ela percebeu a importância da organização política feminina como meio de transformação social.²²¹

Gastei improficuamente os meus passos, exibindo então todas as palavras do meu trabalho. Reconheciam-no todos os presidentes da República que se iam sucedendo no governo, todas as autoridades com quem me entendia a respeito. Mas o reconhecimento dos meus serviços era

²¹⁹ KARAWAJCZYK, 2014, p. 69.

²²⁰ DALTRO, 2022, p. 24.

²²¹ KARAWAJCZYK, 2014, p. 71.

uma simples manifestação de delicadeza. Logo que eu falava em obter um título oficial para prosseguir no meu serviço de catequese leiga, a resposta era a mesma, tanto de presidentes como de ministros e diretores: não havia verba... **E não podia eu, como mulher, ser, para esse fim, nomeada!** (Grifo meu).²²²

Com o avanço do século XX, um número crescente de mulheres das classes alta e média começou a lutar por direitos que se equiparavam aos de seus maridos e irmãos, especialmente em relação ao acesso a profissões e ao voto. Essa forma de feminismo era vista como aceitável socialmente, ao contrário de correntes anteriores que demandavam mudanças nas dinâmicas familiares. Para essas mulheres, obter o voto ou um diploma universitário não significava renunciar às suas responsabilidades domésticas.²²³

Entre essas mulheres, professoras e funcionárias públicas reconheceram a importância de ter voz ativa nas decisões políticas. Ligadas ao aparato estatal, temiam que as crises econômicas e a inflação provocadas pela Primeira Guerra Mundial resultassem em cortes nos serviços públicos e na redução de seus empregos.²²⁴ Leolinda de Figueiredo Daltro, professora e fundadora da Junta e do PRF, falava diretamente a esse público.

Havia, é claro, o reconhecimento do mérito, em contraposição ao sexo! Como compreender a impossibilidade de ser eu nomeada se, mesmo sem nomeação, vinha de prestar serviços que nenhum homem havia prestado? A conclusão lógica a que o governo deveria chegar era a seguinte: se uma mulher, excepcionalmente, prestou um serviço que até então nenhum homem prestara, **a essa mulher não deveria ser negada a investidura de um cargo para o qual já havia dado provas de competência.** Ainda mesmo que estivesse demonstrada a incapacidade do sexo feminino, diante dessa exceção, o governo não deveria hesitar em fazer justiça ao mérito. Mas o que havia não era incapacidade feminina para a missão a que eu me propunha, era a má vontade oriunda da campanha contra mim movida durante o tempo em que estivera ausente desta capital. Verifiquei, diante desse fato, que na nossa sociedade nenhum valor tem a mulher, ao contrário do que se dá na Europa e na outra América, onde consegue evoluir e libertar-se, caminhando ao lado do homem, quer como simples companheira nos domínios do lar, quer como elemento útil no funcionalismo público, nas profissões liberais etc.²²⁵

Ela defendia que "a essa mulher não deveria ser negada à investidura de um cargo para o qual já havia dado provas de competência", argumentando que todos os cidadãos, independentemente do gênero, deveriam ter acesso a cargos públicos. Essa intersecção entre a

²²² DALTRO, 2022, p. 43-44.

²²³ HAHNER, 1983, p. 93-94.

²²⁴ Ibid., p. 94.

²²⁵ DALTRO, 2021, p. 43-44.

luta pelos direitos das mulheres e um patriotismo crescente nas classes médias levou à formação da Junta que se aproximava à família do presidente Hermes da Fonseca. A fundação da Junta Feminil, seguida pela criação do PRF, foi um passo decisivo para Leolinda, que buscava não apenas promover a inclusão das mulheres na esfera política, consolidando sua atuação na luta por igualdade de direitos, mas também conquistar um cargo oficial.

Leolinda enfrentou diversos obstáculos para alcançar seu principal objetivo de ser oficialmente nomeada como “catechista leiga” ou “Diretora de Índios”. Ela rapidamente compreendeu que sua condição de mulher era o principal entrave para atingir essas metas, o que a levou a se aproximar da luta pelos direitos políticos das mulheres.²²⁶ Sua primeira tentativa de mobilizar as mulheres ocorreu sob o pretexto de formar a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau, como a própria Leolinda Daltro relatou, a reunião foi uma oportunidade para expor suas próprias ambições, mas a ata descreve muito pouco tempo da assembleia dedicado à candidatura de Hermes, na verdade, a trajetória de Daltro e suas capacidades tomam quase todo o tempo da reunião.

Minhas senhoras! O meu gesto convidando-vos para a presente reunião tem o mais alto sentido para aqueles que, em vez de se preocuparem com as soluções efêmeras de um acanhado egoísmo. colocam-se no ponto de vista nobre e elevado dos interesses futuros da humanidade! Eu venho, pois, aqui perante esta ilustre assembleia feminina – a primeira de que há exemplo em nosso país –, expor os meus projetos e os meus ideais, na esperança de conseguir que deles compartilhem as minhas dignas conterrâneas! Em primeiro lugar, sou forçada ocupar-me da minha pessoa em demorada exposição, o que, por certo, não levareis a mal, por ser isto indispensável para a clareza do assunto.²²⁷

Parecia ser o verdadeiro objetivo da reunião a formação de um grupo feminino que apoiasse suas pretensões no campo das questões indígenas, principalmente, o seu desejo de ocupar um cargo oficial, e não apenas a eleição presidencial. A circular que convocava as participantes já insinuava a necessidade urgente de aproveitar o momento político para promover os ideais feministas. Leolinda viu a mobilização feminina como uma maneira de conquistar visibilidade e apoio para suas causas e, ao mesmo tempo, ganhar a gratidão do futuro presidente, caso Hermes da Fonseca fosse eleito, pela ajuda política que receberia das mulheres.

²²⁶ ROCHA, 2002, p. 269 e KARAWAJCZYK, 2014, p. 137.

²²⁷ DALTRO, 2022, p. 24-25.

Preciso explicar-vos por que cheguei à convicção da necessidade urgente de se estabelecer uma união entre as senhoras brasileiras, destinada a facilitar-lhes o amparo mútuo e criar um núcleo de resistência contra a surda campanha das tendências rotineiras que nos pretendem conservar em plano inferior na ordem pública e nos destinos da nossa espécie!²²⁸

Durante a reunião, Leolinda enfatizou a necessidade de união entre as mulheres para combater a inferiorização feminina e sua exclusão das discussões públicas e políticas, uma clara referência à sua marginalização nas decisões sobre a política indígena.²²⁹ Ela via isso como uma injustiça não apenas contra ela e outras mulheres, mas também contra os indígenas e a sociedade como um todo, que estariam privados de sua contribuição. Assim, a criação da Junta Feminil e, posteriormente, do PRF representaram para Leolinda um caminho para inserir as mulheres no cenário político e, simultaneamente, abrir espaço para que ela própria conquistasse um cargo oficial, consolidando seu envolvimento no feminismo como estratégia de mediação.

As palavras de Leolinda demonstram que ela estava ciente do movimento feminista e dos seus avanços em outros países. No entanto, afirmar que ela foi uma pioneira do feminismo no Brasil seria precipitado, pois, em seu discurso, ela foca mais em si mesma como uma mulher capacitada e nas injustiças que sofreu pessoalmente, do que nas habilidades e opressões enfrentadas por outras mulheres.²³⁰ Essa postura de usar a plataforma feminista para avançar seus próprios interesses foi uma característica marcante das primeiras ações de Leolinda em prol dos direitos das mulheres. Isso a diferencia de outras figuras femininas da época, que abraçaram a causa de forma mais coletiva e voltada para o progresso do gênero como um todo²³¹.

Convenci-me, tanto mais, da possibilidade da realização dessa ideia, quando, a cada instante, nos chegam do Velho Mundo notícias do trabalho intenso de propaganda feminista das mulheres inglesas e norueguesas, sendo igualmente registradas significativas vitórias do feminismo na América do Norte. Adquiri a convicção profunda de que, um dia, estabelecida entre nós a coesão suficiente, haveríamos de conseguir também a nossa emancipação, provando, por atos e fatos, a nossa capacidade moral, intelectual e política! Minhas senhoras! O convite que eu vos dirigi para que viésseis tomar parte nesta reunião, longe de ter um cunho político e partidário, destina-se a fins mais duradouros, elevados.²³²

²²⁸ Ibid., p. 25.

²²⁹ ROCHA, 2002, p. 269.

²³⁰ Ibid., p. 271.

²³¹ HAHNER, 1983, p. 44-51.

²³² DALTRO, 2022, p. 47.

Embora Leolinda utilizasse o termo "feminista" em suas falas, o que sugere que ela estava atenta às discussões sobre os direitos das mulheres no Brasil, seu foco inicial nesse primeiro momento era mais voltado para si. Seu discurso revela uma intenção estratégica de se valer do feminismo para alcançar seus objetivos particulares. Mesmo assim, sua referência ao feminismo indica que ela acompanhava as ações das mulheres, ainda que o termo não fosse amplamente aceito ou reconhecido no Brasil naquele momento como uma luta organizada pelos direitos femininos.

O marechal Hermes da Fonseca, oriundo de uma família de guerreiros e patriotas, perlustrou uma carreira de dedicação à pátria. [...] O governo Hermes, portanto, valendo-nos da opinião do seu ilustre e maior adversário, não deve deixar de ser um governo criterioso e orientador, no sentido do bem público. [...] Aconselharei, antes de tudo, que todas vós outras angarieis votos para os nossos candidatos. [...] E, se conseguirmos a nossa vitória, se o governo do marechal Hermes vier a ser um fato, o que desejo, o que apoio, o que todas nós, por certo, aspiramos, é que, juntamente com a vitória dos ideais feministas, assistamos ao início de uma nova era de paz, de trabalho, de progresso e de civilização para a pátria brasileira!²³³

Outro fato que pode ser considerado é que Leolinda, ao convocar mulheres para apoiar o general Hermes da Fonseca, esperava que, uma vez eleito, ele concedesse às mulheres seus direitos. Essa expectativa parece estar ligada à sua frustração com o tratamento dispensado por políticos às suas demandas, que ela atribuía ao fato de ser mulher. Essa percepção foi reforçada quando o ministro Rodolpho de Miranda, em uma ocasião anterior, assegurou-lhe que sua nomeação para o cargo de “Diretora de Índios” não havia sido concretizada justamente por causa de seu gênero.²³⁴

Esse episódio sugere que a ação de Leolinda ao organizar o apoio feminino a Hermes da Fonseca tinha, em grande parte, um caráter estratégico. Ela via nessa aliança uma possibilidade de superar as barreiras impostas pelo sexismo e de obter, por meio do candidato, um reconhecimento político que os outros governantes não haviam lhe concedido. Sua decepção com a resistência dos políticos às suas reivindicações pessoais a levou a buscar o apoio de uma figura de poder, mostrando, mais uma vez, sua tendência de usar a sua rede de sociabilidade e luta pelos direitos das mulheres como uma plataforma para atingir seus próprios objetivos.

Com a esposa do candidato indicado à presidência por essa convenção, eu mantive, durante algum tempo, as melhores relações pessoais; conheço a pureza do seu

²³³ Ibid, p. 48-49.

²³⁴ ROCHA, 2002, p. 294-296.

caráter e do seu coração magnânimo, e posso, de antemão, contar que ela apoiará com todas as forças da sua alma generosa o meu programa de emancipação social feminina. Pensei, então, em reunir os elementos femininos com que eu pudesse contar nesta capital, fundando uma associação destinada a pugnar pelos nossos ideais de emancipação, compreendendo, entre eles, o meu velho programa de catequese laica.²³⁵

As expectativas de Leolinda, no entanto, não estavam diretamente depositadas no candidato à presidência Hermes da Fonseca, mas sim em sua esposa, Orsina da Fonseca. Leolinda afirmava ter "estabelecido as melhores relações pessoais" com Orsina, e via nela uma importante aliada para avançar seus projetos de emancipação feminina. Ao recorrer a essa rede de sociabilidade, especialmente à esposa de uma figura de destaque político, Leolinda buscava legitimar e fortalecer suas iniciativas. Para ela, não se tratava de uma agenda exclusivamente política, mas de um programa de emancipação social, que incluía a catequese leiga como um componente central — mais uma vez revelando seu interesse pessoal.

A presença de Orsina e o apoio que ela poderia oferecer foram elementos-chave para a estratégia de Leolinda, que dependia não só do capital político de Hermes, mas também da influência da esposa. Desde o século XIX, as mulheres já exerciam um poder nos bastidores da política, influenciando decisões através de seus maridos, pais ou filhos. Embora estivessem formalmente excluídas da esfera pública, muitas vezes desempenhavam um papel indireto nas escolhas políticas e nas questões familiares. Esse poder, particularmente entre as mulheres das classes mais altas, era uma forma de compensar sua exclusão oficial do espaço político.

No caso de Orsina, seu papel poderia seguir essa estratégia, utilizando sua influência sobre o marido para promover a agenda de Leolinda. Assim, enquanto Hermes ocupava uma posição pública de poder, Orsina poderia agir nos bastidores, facilitando o avanço das pautas femininas e o projeto de Leolinda. Da mesma forma, Leolinda esperava que as mulheres da Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau fizessem o mesmo, utilizando sua influência sobre os homens de suas famílias — maridos, filhos, pais — para apoiar os candidatos e suas próprias reivindicações. Esse tipo de estratégia baseava-se no reconhecimento de que, mesmo sem direitos políticos formais, as mulheres podiam atuar de maneira eficaz ao moldar as decisões dos homens ao seu redor.

Leolinda soube usar sua rede de sociabilidade de maneira estratégica para fortalecer sua autoridade e dar legitimidade aos seus projetos. No evento de fundação da Junta Feminil

²³⁵ DALTRO, 2022, p. 47.

em 1909, a presença das suas amigas, principalmente professoras, refletia uma característica comum ao início do movimento pelos direitos femininos. Muitas dessas mulheres, além de atuarem como professoras, também se dedicavam à escrita e ao jornalismo, ocupando espaços importantes na disseminação de ideias progressistas.²³⁶

Entre as 25 presentes na reunião, estavam não apenas Leolinda, mas também membros de sua própria família, como suas filhas, Alcina de Figueiredo Amazonas e Áurea Castilho Daltro, e sua nora, Maria Antonietta Malinconico de Figueiredo, o que indicava uma rede de apoio familiar que reforçava seu protagonismo. Além disso, a participação de duas mulheres indígenas que Leolinda havia acolhido e educado revelava seu comprometimento com a questão indígena, um dos pilares de seu projeto como “catechista leiga”.²³⁷

Segue-se com a palavra a Sra. Prof. D. Ermelinda Fonseca da Cunha e Silva, que, depois de elogiar a senhora professora Leolinda Daltro pelos serviços prestados à catequese leiga dos indígenas e o magistério municipal, serviços que são a prova de ouro da audácia e da competência do sexo feminino, para as grandes lutas em prol do progresso e da civilização, diz estar de pleno acordo com a criação de uma sociedade propagadora dos ideais que fazem o objetivo da presente reunião, achando que não há inconvenientes em que as senhoras aqui congregadas façam propaganda da candidatura do marechal Hermes à eleição presidencial.²³⁸

Ao fim da fala de Leolinda, o apoio das participantes ao seu intento já deixava entrever o que estava por vir. A própria filha mais nova, Áurea, destacou que o projeto de sua mãe já vislumbrava uma transformação maior, indicando que a Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau evoluiria para algo mais robusto. A fundação do PRF não foi um desdobramento inesperado, mas sim uma expectativa já calculada por Leolinda, que usava esse movimento como uma plataforma para consolidar seus objetivos de maior alcance no cenário político e social.

A Srta. Áurea Daltro, manifesta-se de acordo com a fundação de um clube feminino; julga indispensável arregimentar as senhoras presentes e reunir, a essas, outros elementos, que só aparecerão diante de um trabalho metódico e sistemático de propaganda. Não pensa que as senhoras presentes devem abster-se de campanhas políticas, porquanto essa abstenção seria a confissão tácita da incapacidade feminina. Quanto aos dissabores que uma campanha possa trazer, eles não nos devem causar nem surpresa nem desânimo desde que nos dispomos a enfrentar a luta. O nome do clube feminino deve ser de

²³⁶ HAHNER, 1983, p. 77.

²³⁷ DALTRO, 2021, p. 25.

²³⁸ Ibid., p. 50-51.

natureza provisória, atendendo a que os seus trabalhos vão, por ora, limitar-se à campanha presidencial. Firmada essa campanha, é bem possível que se transforme em um partido com ideais mais amplos. Propõe, pois, que até essa época o clube se denomine: Junta Feminil Pró-Hermes-Wenceslau.²³⁹

A criação do PRF, portanto, já fazia parte de seu plano estratégico, não sendo apenas uma consequência natural, mas algo que Leolinda antecipava. Assim, ao cultivar relações com figuras influentes, Leolinda buscava construir uma base de apoio tanto para suas ambições pessoais quanto para a causa das mulheres, utilizando essas conexões para conferir maior autoridade aos seus projetos.

3.2 A construção de um legado: A fundação do Partido Republicano Feminino e os avanços no espaço público

Por que não a transforma num partido político? Pode até dar-lhe o nome de Partido Republicano Feminino. E assim foi. Continuamos a trabalhar sob a nova denominação. Promovíamos festas cívicas, comemorávamos as datas nacionais e fazíamos conferências, no sentido de educar politicamente a mulher, dando-lhe uma noção nova de seu valor e fazendo-a ver que dia viria em que ela seria chamada a participar dos negócios públicos.²⁴⁰

Após as eleições de 1910, Leolinda percebeu que a situação se repetia. Hermes da Fonseca, o candidato por quem havia lutado, apoiou a nomeação de Cândido Rondon para a direção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais,²⁴¹ ignorando mais uma vez seu desejo de ser nomeada “Diretora de Índios”. Assim como Rodolpho Miranda não cumpriu sua promessa de nomeá-la, Hermes também não abriu espaço para a participação feminina em cargos políticos. Com a morte de Orsina em 1912, Leolinda perdeu a chance de contar com o apoio dela.

Para homenagear Orsina e fortalecer seus laços com a família Fonseca, Leolinda fundou, em 1911, a “Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca”, com o apoio do governo, com o intuito de oferecer educação profissional às mulheres. Essa iniciativa não apenas celebrava a memória de Orsina, mas também ressaltava a crescente visibilidade de Leolinda como uma mulher ativa na política e na luta pelos direitos femininos, com seu nome

²³⁹ Ibid., p. 51.

²⁴⁰ A Noite, 03 de agosto de 1934. Consultado na hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico: < <http://memoria.bn.br> >

²⁴¹ Sobre a fundação e funcionamento do SPILTIN ver EVANGELISTA, 2024.

frequentemente mencionado na imprensa. Com o tempo, a questão indígena começou a perder destaque, enquanto o apelo feminista se tornava mais pronunciado na trajetória de Leolinda.

A fundação da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, dedicada ao ensino e profissionalização de mulheres, transformou-se numa importante plataforma política, com a participação das alunas e professoras em eventos públicos..²⁴²

Além disso, Leolinda estava associada à criação da Linha de Tiro Rosa da Fonseca, que tinha como objetivo treinar mulheres para situações de combate e também recebeu apoio governamental. A fundação dessa instituição, junto com a escola de enfermagem, respondia a um apelo do presidente Hermes da Fonseca, que buscava formar uma reserva de cidadãos-soldados, em meio ao debate crescente sobre a defesa nacional brasileira, influenciado pela Guerra na Europa.²⁴³ Essas iniciativas contribuíram para que seu nome continuasse a circular na imprensa, destacando certa autoridade ao seu nome.

Em 1917, Leolinda apresentou um pedido na delegacia responsável para se registrar como eleitora. Vale destacar que Leolinda já havia tentado se registrar como eleitora na década de 1910, mas seu pedido foi negado, o que teria sido também um dos motivos para fundar o PRF. Isso evidencia que sua solicitação não foi uma simples concessão das autoridades, mas sim um resultado de sua persistência e luta, especialmente considerando que outras mulheres já haviam conseguido seu alistamento eleitoral.²⁴⁴

A primeira senhora que se identifica para fins eleitoraes. A detegacia do 4º distrito requerer a professora Leolinda Daltro, do Partido Republicano Feminino, que a policia attestasse a sua Identidade para fins eleitoraes. A professora Daltro quer habilitar-se para conseguir o seu titulo de eleitora requerendo, se preciso for o, remedio do -habeas-corpus, aliás já concedido em identicas condições num Estado da União, O delegado dr. Pereira Guimarães despachou favoravelmente, tendo sido a professora identificada. (O Imparcial, 10 de Fevereiro de 1917).²⁴⁵

Um ano antes, em 1916, Leolinda enviou à Câmara uma representação em nome do Partido Republicano Feminino, abordando a questão do voto feminino:

²⁴² DALTRO, 2022, p. 56.

²⁴³ HAHNER, 1983, p. 94.

²⁴⁴ ROCHA, 2002, p. 291.

²⁴⁵ O Imparcial 3 de fevereiro de 1917. Consultado na hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico: < <http://memoria.bn.br>>

Exmos. Srs. membros do Congresso Nacional - Leolinda de Figueiredo Daltro, cidadã brasileira, maior de 21 anos de idade, professora catedrática primária, jubilada, vem solicitar do Congresso Nacional a elaboração de uma lei que de modo claro e explícito dê à mulher brasileira o direito de voto. Penso, Sr. Presidente, que este requerimento não vai gerar agitação entre as senhoras brasileiras, nas quais não vejo a menor inferioridade, nem de espírito, nem de coração, nem de caráter, em relação aos homens que têm aparecido no cenário político do país, para que não possam elas aspirar, dentro dos seus partidos e assembleias, a dirigir a Nação. Tanto mais, Sr. Presidente, procedente é essa aspiração, quanto nos Estados Unidos, onde um regime semelhante vigora, não só se realizam suavemente esses desejos femininos, como a mulher acaba de ser eleita deputada para o Congresso Nacional.²⁴⁶

Um ano depois, em 1917, o deputado Maurício de Lacerda propôs uma emenda à lei eleitoral para permitir o alistamento de brasileiras maiores de 21 anos. Contudo, a proposta foi rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta de Lacerda visava alterar a lei n. 3139 de 2 de agosto de 1916 por meio do projeto n. 47, que sugeria modificações nos capítulos um e dois. As justificativas apresentadas pelo deputado para incluir as mulheres no processo eleitoral eram similares às que haviam sido usadas pelos constituintes em 1891. Lacerda também enfatizava o papel educador das mães e sustentava que a participação feminina traria uma dimensão moralizadora ao espaço público, revivendo argumentos a favor do sufrágio feminino daquela época.²⁴⁷

No entanto, a resposta negativa dos deputados ao requerimento de Lacerda, que ressaltava a função das mulheres no lar e a falta de um ambiente propício para o voto feminino, não se sustentava. Como Leolinda já havia afirmado em próprio requerimento no ano 1916, as mulheres não eram inferiores e não deveriam ser restritas ao espaço doméstico. Elas já haviam demonstrado sua competência e capacidade em diversos âmbitos, incluindo a educação e a mobilização social, isso não significava seu distanciamento dos deveres da família. Portanto, negar o direito de voto às mulheres, sob a alegação de que não estariam preparadas para o espaço público, ignorava não apenas suas conquistas, mas também sua crescente participação ativa na sociedade.

A decisão da comissão gerou uma resposta contundente por parte do PRF, que organizou uma passeata com suas partidárias pelas ruas do Rio de Janeiro ao final de 1917, em protesto ao desdém demonstrado em relação à proposta de Lacerda. Inspiradas por movimentos feministas internacionais, cerca de 84 mulheres se uniram para expressar sua

²⁴⁶ Annaes da Câmara, sessão de 22 de dezembro de 1916. Ver em [Annaes da Camara dos Deputados \(RJ\) - 1910 a 1918 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

²⁴⁷ KARAWEJCZYK, 2014, p. 178-191.

indignação.²⁴⁸ Para Leolinda, essa visibilidade no espaço público era uma estratégia altamente conveniente e eficaz.

Desde seus dias de participação em ações cívicas, acompanhada por indígenas ou suas alunas, Leolinda reconheceu o poder de ser vista nas ruas. Essa abordagem não apenas atraía atenção para suas causas, mas também reforçava sua posição como líder na luta pelos direitos das mulheres. Além disso, em 24 de setembro de 1918, ela visitou a redação do jornal “A Época”, aproveitando a oportunidade para reclamar da falta de cobertura da imprensa sobre seu trabalho e as iniciativas do PRF em favor do feminismo no país. Essa prática de se posicionar publicamente não só ajudava a amplificar sua mensagem, mas também consolidava sua autoridade e influência no movimento.

Hontem, as 21 1/2 horas, no momento de mais actividade na redacção, entraram-nos pela sala e dentro, subito, duas senhoras de aspecto modesto. Uma dellas era a professora d. Leolinda Daltro. Vinha queixosa contra a imprensa do Brazil, que ainda não soube avaliar o seu trabalho, aprecial-o na sua parcella de efficiencia, e desistir da ironia e do sarcasmo para destruir os alicerces desse edificio em construcção, que é o feminismo no Brazil. Mandei imprimir um folheto com a acta da primeira sessão do Partido Republicano Feminino, contendo um syntlese do que tenho feito, e uma noticia a respeito da minha personalidade de combatente. Enviei varios exemplares nos Jornaes. Pois bem. Ate agora nenhuma folha deu uma noticia do folheto. Nenhuma. E' uma ingratitude da imprensa do meu paiz. Curvamo-nos. reverentes num pedido cavalheiresco de perdão.²⁴⁹

Leolinda estava sempre alinhada com os acontecimentos de sua época, assegurando que seu nome estivesse em evidência e que suas ideias fossem discutidas na imprensa. Essa estratégia não apenas visava elevar sua imagem, mas também a importância de sua causa, como evidenciado na citação: “mas é injustiça, mais cedo ou mais tarde ha de haver quem o reconheça”.²⁵⁰ Sua habilidade em utilizar a imprensa como uma plataforma de divulgação, que reforçava sua posição e destacava seu valor no cenário político. Além disso, a reportagem revela sua conexão com Nilo Peçanha, que se preparava para concorrer à presidência em 1921, mostrando como Leolinda cultivava sua rede de sociabilidade para edificar seu projeto político e fortalecer sua influência. Ao final da reportagem o editor publicou na íntegra a carta escrita por Leolinda:

²⁴⁸ Ibid., p. 192.

²⁴⁹ A Época 24 de setembro de 1918. Consultado na hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico: < <http://memoria.bn.br> >

²⁵⁰ Idem.

Sr. redactor. A signataria destas linhas pede a v. ex., a fineza de tornar publico, suas columnas desse conceituado jornal, que o Partido Republicano Feminino, por sen directorio Ceutral, exultando anto o gesto altamente liberal e progressista que teve para com a mulher brasileira, o eminente chanceler sr. dr. Nilo Peçanha, julgando-a apta para prestar serviços em cargos do Ministério do Exterior, vae levar a efeito, no dia 2 de outubro proximo futuro, data anniversaria desse Illustre estadista, uma manifestação de apreço a s. ex. Batendo-se pela emancipação da mulher, o Partido Republicano Feminino, não podia deixar passar em silêncio esse acto do chanceler sr. Nilo Peçanha, quebrando, em boa hora, o preconceito que considerava a mulher Inhabil para o exercicio de funções administrativas, quando ella ha tantos annos desempenha funções mais delicadas e difíceis, maig quaes, sejam a de educar ou instruir a mocidade das escolas primarias o profissionaes. Assim traduzindo esses sentimentos de gratidão, expressando o jubilo de que se acham possuidas as directoras do Partido e, certamente, as demais agremiadas, o Partido homenageará, sr. dr. Nilo Peçanha, um dos iniciadores do nobre movimento da emancipação feminina. Levando esse facto ao conhecimento do publico, por intermédio de v. s., abaixo assignada pede tornar igualmente publico o convite que por este meio faz a todas as senboras brasileiras, agremiadas ou não no Partido Republicano Feminino, para que comparecer na proxima quinta-feira, dia 20 do corrente, na sede do mesmo, a rua General Camara, n. 387, afim de ser combinado o programma da manifestação ao sr. dr. Nilo Peçanha. Muito grata pela publicação destas linhas, subscreve-se admiradora e patricia - Leolinda Daltro.²⁵¹

Mais uma vez o excerto demonstra como Leolinda estava profundamente envolvida nas questões de sua época, como podemos evidenciar nos dois momentos que destaca o nome de Nilo Peçanha em seu texto. O primeiro faz referência ao período em que ele atuou como deputado constituinte, entre 1890 e 1891, quando assinou uma das emendas em favor do sufrágio feminino.²⁵² O segundo momento aborda sua atuação como ministro das Relações Exteriores, quando admite uma mulher “julgando-a apta para prestar serviços em cargos do Ministério do Exterior”, concurso para um dos cargos de sua secretária. Referindo-se, então, ao caso de Maria José de Castro Rebelo Mendes, que se tornou a primeira mulher a ingressar no serviço público brasileiro na carreira diplomática em 1918.

Maria José Rebelo, solicitou autorização para se inscrever no concurso público do Itamaraty. A princípio, o ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, foi categórico em não acolher o pedido de Maria José Rebelo, mas, com a entrada de Rui Barbosa no caso, defendendo o pleito da jovem, a autorização para inscrição acabou sendo dada, o concurso foi realizado e Maria José Rebelo aprovada, em primeiro lugar. Leolinda junto com algumas colaboradoras e outros tantos simpatizantes da causa da nova diplomata fizeram-se presentes

²⁵¹ Idem.

²⁵² KARAWEJCZYK, 2014, p 215.

ao exame oral.²⁵³ Leolinda ao mencionar a conquista de Maria José Rebelo, demonstra seu comprometimento com a luta feminina, ressaltando assim sua imersão nas questões de sua contemporaneidade e sua determinação em promover o reconhecimento das mulheres e o seu próprio nos espaços públicos.

Leolinda, ao buscar construir sua imagem pública, utiliza a divulgação estratégica de suas realizações como uma forma de consolidar a percepção que os outros teriam dela. Um exemplo disso foi o lançamento de sua obra "Inícios do Feminismo", cuidadosamente promovido na imprensa. Na reportagem da "Gazeta de Noticias" de 18 de setembro de 1918, fica claro que ela desejava ser vista como uma pioneira e referência na luta pelos direitos dos indígenas no projeto de "catequese leiga", assim como nos direitos das mulheres, onde sua atuação ganhava cada vez mais relevância. Esse movimento de autopromoção era convenientemente organizado e visava fortalecer sua posição não só no debate público, mas também dentro dos círculos políticos e sociais nos quais atuava.

A Sra. Leolinda Daltro, professora publica jubilada, fundadora e diretora da Escola de Ciencias, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, acaba de publicar uma pequena monographia sobre o feminismo no Brasil. Nessa pequena brochura contendo 20 paginas, a Sra. Leolinda Daltro faz um rapido bosquejo da emancipação de mulher no nosso paiz, com um partido organizado. No corpo do opusculo vem o traslado da acta da sessão de fundação da Junta Feminil Pro-Hermes-Wenceslau, realizada em 23 de dezembro de 1909. A Sra. professora Daltro, no pequeno prefacio do seu trabalho, acentua que ella constitue a primeira parte da obra que se propõe escrever, "contribuindo, assim, com documentações insophismaveis, para que de futuro esteja nessa obra a fonte segura dessa evolução social, moral e politica da nossa nacionalidade". (Gazeta de Noticias 18 de setembro de 1918).²⁵⁴

Ao considerarmos a relação íntima entre memória e identidade, ambas são construídas em constante interação com os outros. A imagem que Leolinda buscava projetar não era estática, mas sim moldada pelas expectativas, negociações e aceitação social. A memória, seja de uma pessoa ou de um grupo, é um campo de disputa e redefinição contínua, especialmente em contextos políticos. Leolinda estava profundamente consciente de que sua identidade pública, assim como a narrativa que construía sobre si mesma, era uma ferramenta poderosa na promoção de seu projeto político e social.²⁵⁵

²⁵³ MARQUES, 2004. p. 162.

²⁵⁴ Gazeta de Noticias 18 de setembro de 1918. Consultado na hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, no endereço eletrônico: < <http://memoria.bn.br> >

²⁵⁵ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1992, v. 5, n. 10, p. 200-215.

Ela compreendia que sua imagem não seria apenas o resultado de sua autopercepção, mas também uma construção em diálogo e, muitas vezes, em confronto com as percepções dos outros. Assim, sua trajetória como feminista e “catechista leiga” era apresentada como parte de um esforço deliberado para ser vista como uma figura chave em sua época, integrando sua própria história às lutas coletivas das quais participava.

Após o seu alistamento eleitoral ter sido negado em 1919, Leolinda parece ter adotado uma nova estratégia em sua participação pelos direitos das mulheres. Em agosto daquele ano, ela lançou sua candidatura ao cargo de intendente municipal pelo primeiro distrito da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, apesar dos esforços, a campanha de Daltro não obteve o êxito desejado, e ela não foi eleita. A cobertura da imprensa, que muitas vezes a apoiava, reflete a complexidade da sua campanha e seu legado.

O jornal “A Noite”, em 24 de setembro de 1919, destacou a determinação de Leolinda, mencionando que, mesmo sem confiar plenamente na vitória nas urnas, ela via valor em abrir caminho para outras mulheres e provocar o debate sobre o sufrágio feminino. Em seu manifesto, publicado no jornal, ela afirma estar confiante em sua missão de representar os interesses coletivos da população e menciona sua atuação na educação e nos direitos das mulheres e dos povos indígenas, enfatizando que sua candidatura representava um “primeiro passo” na emancipação política das mulheres. Mesmo com o receio da derrota, Leolinda via sua campanha como uma forma de inspirar outras mulheres e fortalecer o movimento.²⁵⁶

Já o jornal “A Época”, em sua edição de 7 de outubro, retrata uma cena significativa da campanha: Leolinda entrou na Prefeitura com uma grande quantidade de manifestos e os distribuiu pessoalmente entre os funcionários. O jornal descreve a situação como uma “propaganda na altura”, destacando a aceitação passiva dos chefes, que, mesmo com ordens superiores, ficaram em silêncio e receberam o material. A reportagem ironiza ao perguntar se o movimento feminista ainda teria algo do que reclamar, após o que foi descrito como uma vitória simbólica.²⁵⁷

O Jornal do “D’O Paiz,” em 22 de outubro, aliado de Leolinda desde sua imagem como “catechista leiga”, enfatiza o caráter pioneiro de sua candidatura, mesmo sem a certeza de vencer. O periódico elogia a postura de Leolinda, ressaltando que sua principal intenção era estimular outras mulheres a se envolverem em futuras eleições. O apoio à candidatura da “grande defensora do feminismo” foi endossado pelo jornal, que prometeu “com prazer” dar

²⁵⁶ A Noite, 24 de setembro de 1919. Ver em: [A Noite \(RJ\) - 1911 a 1919 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://A%20Noite%20(RJ)%20-%201911%20a%201919%20-%20DocReader%20Web%20(bn.gov.br))

²⁵⁷ A Época, 7 de outubro de 1919. Ver em: [A Época \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://A%20Epoca%20(RJ)%20-%201912%20a%201919%20-%20DocReader%20Web%20(bn.gov.br))

um voto a ela, em uma tentativa de reconhecer sua contribuição ao debate público e à causa feminista, embora com a ressalva de que, até então, os homens não haviam alcançado grandes avanços em certos setores.²⁵⁸

Por fim, no “Gil Blas”, em 13 de novembro, apresenta um retrato sincero de Leolinda, que, em seu apelo ao eleitorado, reconhecia o ceticismo da população em relação à política. Ela se dirigia diretamente aos eleitores, admitindo que, embora muitos políticos não cumprissem suas promessas, ela poderia surpreender e fazer algo significativo: “Sou candidata a uma cadeira no Conselho Municipal. Venho pedir o seu voto. O senhor deve estar, com certeza, descrente dos políticos, que muito promettem e nada cumprem. Quem sabe lá se esta pobre velha poderá fazer alguma coisa?”²⁵⁹

Em suma, a campanha de Leolinda foi uma etapa importante em sua trajetória de luta pelos direitos das mulheres e na construção de sua imagem pública, mesmo diante do fracasso eleitoral, consolidou seu lugar como uma das figuras na emancipação feminina. Sua atuação, ainda que não tenha resultado em vitória nas urnas, contribuiu para a visibilidade do seu nome.

Conforme retratada pelos jornais da época, revela não apenas sua luta política, mas também um processo profundo de construção de identidade, tanto individual quanto coletiva. Ao refletir sobre a afirmação de que “a memória é um fenômeno construído social e individualmente” e que “há uma ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade”²⁶⁰, podemos entender a trajetória de Leolinda sob essa perspectiva.

Leolinda, ao longo de sua campanha para o cargo de intendente municipal, moldava conscientemente a imagem que queria projetar de si mesma. Essa construção pública de sua identidade é evidente nas reportagens dos jornais que cobriram sua campanha. No jornal “A Noite”, por exemplo, seu manifesto é apresentado como uma declaração de valores, onde Leolinda se posiciona não apenas como uma candidata, mas como uma pioneira que lutou pela educação, pelos direitos das mulheres e dos povos indígenas. Ao fazer isso, ela cria uma imagem pública que reflete sua visão de si mesma como uma mulher corajosa e progressista, capaz de liderar e por isso lhe conferida certa autoridade.

O fato de Leolinda não ter plena confiança na vitória, como aponta outra parte do excerto de “A Noite”, não diminui sua intenção de se afirmar como um símbolo da luta pela emancipação feminina. Essa postura demonstra uma consciência clara da construção de uma

²⁵⁸ O Paiz, 22 de outubro de 1919. Ver em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

²⁵⁹ Gil Blas, 13 de novembro de 1919. Ver em: [Gil-Blas : Pamphleto de Combate \(RJ\) - 1919 a 1923 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

²⁶⁰ POLLAK, 1992, 204-205.

identidade que transcende o resultado imediato das urnas. E que sua imagem e memória estaria atrelada avanço da causa feminista na sua contemporaneidade, mesmo que sua candidatura não fosse bem-sucedida. Ao insistir em sua campanha, Leolinda estava não apenas lutando por um cargo, mas construindo uma representação de si mesma que servisse de exemplo para outras mulheres e para a construção de sua imagem pública.

No artigo de “A Época”, vemos outro exemplo dessa construção em curso. Ao distribuir pessoalmente seus manifestos pela prefeitura, Leolinda cria um momento simbólico de afirmação. A reportagem relata a aceitação passiva dos chefes, mas é possível ver nessa cena a construção de uma memória de resistência, onde a candidata, sozinha, distribui suas ideias e se faz presente em um espaço dominado por homens. A "propaganda na altura" mencionada pelo jornal é mais do que uma ação política, é um ato de construção da imagem pública de Leolinda como alguém que desafia as convenções e se recusa a ser ignorada.

Já o excerto “D’O Paiz” destaca a intenção de Leolinda em estimular as mulheres a participarem das futuras eleições. Essa percepção reforça o caráter coletivo de sua campanha e como ela buscava ser percebida: não como uma candidata isolada, mas como a representante de um movimento maior. A construção da identidade de Leolinda não estava apenas voltada para si mesma, mas também para como as mulheres, como grupo social, se veriam e seriam vistas. A ideia de deixar um legado para a participação feminina na política era, para ela, tão importante quanto a própria vitória nas urnas.

Por fim, em Gil Blas, revela a maneira como Leolinda se dirigia diretamente ao eleitorado, reconhecendo o ceticismo dos eleitores em relação à política tradicional. Nessa autopercepção, ela se descreve como "uma pobre velha" que, apesar das adversidades, talvez pudesse fazer a diferença. Aqui, vemos a construção de uma identidade humilde, mas ao mesmo tempo resiliente e determinada.

Assim, a campanha de Leolinda Daltro pode ser vista como um exemplo claro de como a memória e a identidade são construídas de forma interligada. Sua imagem pública, cuidadosamente projetada e moldada através dos jornais, reflete não apenas suas aspirações pessoais, mas também um desejo mais profundo de ser percebida como uma líder que, mesmo enfrentando derrotas, deixaria uma marca. Leolinda construiu e apresentou a si mesma como uma figura de luta e resistência, e, ao fazer isso, moldou a forma como seria lembrada, tanto por seus contemporâneos quanto pelas gerações futuras. Talvez sua preocupação fosse menos sobre ser uma mulher à frente de seu tempo e mais sobre como seria lembrada pelas gerações futuras, buscando construir uma memória que transcende sua contemporaneidade.

A imagem que uma pessoa cria ao longo da vida, tanto para si quanto para o mundo exterior, é um processo fundamental para a formação de sua autobiografia e identidade pública. No entanto, essa construção de uma imagem de si precisa estar em harmonia com a própria contemporaneidade. A imagem que uma pessoa tenta projetar e a realidade do seu tempo, é o próprio produto, ou seja, a forma como uma pessoa se apresenta e a realidade de seu tempo constituem um produto elaborado pelo autobiógrafo, que se posiciona de maneira conveniente, alinhando seus interesses e a sua época. Essa dinâmica se reflete tanto na narrativa pessoal que decide compartilhar quanto na imagem pública que deseja projetar.

Entre os projetos apresentados em 1919 que previam o direito de voto feminino, o do senador Justo Chermont foi o que teve maior avanço. Em 1927, a proposta voltou à pauta de discussões no Senado. Assim como Leolinda Daltro havia acompanhado de perto os debates com o deputado Maurício Lacerda em 1917 — importante notar que ele continuou a insistir na questão até 1921, acompanhado por deputados como Basílio de Magalhães —, Chermont contou com o apoio das ativistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, lideradas por Bertha Lutz, uma das principais figuras do movimento e conhecida por seu ativismo pacifista. As feministas enviaram cartas aos senadores na tentativa de convencê-los a apoiar o projeto e, além disso, protocolaram um abaixo-assinado no Senado com cerca de duas mil assinaturas em dezembro daquele ano. A imprensa acompanhou de perto a movimentação das sufragistas, relatando os diálogos entre os parlamentares favoráveis e contrários à proposta. Ainda sim, apesar de todo o engajamento, o projeto foi derrotado, representando mais um revés na luta pelo sufrágio feminino.²⁶¹

As mulheres, ao serem excluídas do direito ao voto, não podiam também se candidatar a cargos públicos, enfrentando grandes desafios para convencer os juízes a aceitarem suas candidaturas. Esse obstáculo limitava o exercício pleno da cidadania, pois elas eram impedidas de participar da vida política, tanto como eleitoras quanto como representantes eleitas. A ausência de mulheres em cargos de poder reforçava a exclusão de suas vozes nas instâncias de decisão, sem quem as representasse ou que estivesse disposto a lutar por suas causas.

A impossibilidade de assumir cargo público já era uma experiência que Leolinda experimentara desde o seu retorno ao Rio de Janeiro, em 1900, onde já demonstrava grandes ambições de ocupar cargos oficiais, como o de Diretora de Índios, mas que havia sido negado diversas vezes. Talvez um dos primeiros motivos de sua aproximação inicial com a

²⁶¹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. Brasília: Edições Câmara, 2018. 89-104.

emancipação feminina estivesse possivelmente ligado à expectativa de ser nomeada para essa posição, depois da conquista do voto, o que reflete como as mulheres, embora impedidas de votar, encontravam maneiras de se inserir no espaço político.

Esse exemplo de Leolinda ilustra a estratégia comum de protocolar pedidos de alistamento eleitoral, que não era apenas uma tática isolada dela, mas sim uma ação adotada por diversas mulheres que, ativamente engajadas na luta pelo sufrágio feminino, buscavam superar as barreiras impostas. Assim, a única forma de combater essa exclusão era continuar a luta por meio de campanhas, reuniões, publicações de jornais, revistas e livros que defendessem o direito ao voto. Leolinda, ao buscar ocupar cargos oficiais e utilizar táticas como o requerimento eleitoral e o requerimento para ocupar cargos públicos, personificava essa luta política.

Essa prática recorrente de Leolinda de buscar participação na vida pública por meio de cargos oficiais foi uma constante ao longo de sua trajetória. Em 1920, por exemplo, ela apresentou um requerimento ao prefeito solicitando ser nomeada despachante municipal, fato que foi amplamente noticiado tanto pela "Gazeta de Notícias" quanto pelo "D'O Paiz", em 31 de julho daquele ano.

O feminismo triumph... A professora Daltro quer ser despachante municipal. A' professora Leolinda Daltro quer ser, além de directora da Escola Orsina da Fonseca, despachante municipal. A respeitavel matrona dirigiu hontem ao Sr. prefeito um requerimento em que, a par de uma serie de considerações bem fundamentadas, solicita a S. Ex. a sua nomeação para o cargo de despachante municipal, obrigando-se a prestação da fiança, e demais exigências legais, para o provimento do cargo, inclusive e respectiva caderneta de identificação.²⁶²

No requerimento, dirigido ao prefeito, Leolinda apresenta uma série de argumentos bem fundamentados para justificar sua nomeação, reforçando sua capacidade para exercer a função e, ao que parece, comprometendo-se a seguir as exigências do cargo, inclusive com a respectiva caderneta de identificação. A notícia destaca seu papel como uma "respeitável matrona", reforçando sua autoridade e respeito social, e a tentativa de conquistar mais espaço político para as mulheres, algo que ela buscava há um certo tempo naquela época.

Nos primeiros anos da década de 1930, o sufrágio feminino começou a ser visto como uma questão constitucional e oportuna no Brasil, sinalizando uma superação de uma barreira que antes parecia intransponível. Essa evolução destaca um dos principais desafios

²⁶² A Gazeta de Notícias 31 de Julho de 1920. Ver em: [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1920 a 1929 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://www.bn.gov.br)

enfrentados pelo movimento organizado das mulheres no Brasil: o reconhecimento da constitucionalidade, da oportunidade e da legitimidade de seu pedido.

Com a promulgação do novo Código Eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de participar das eleições. Contudo, essa participação não era obrigatória, o Decreto nº 21.076 permitia que homens maiores de 60 anos e mulheres de qualquer idade se isentassem de obrigações eleitorais.

A análise dos discursos e pareceres sobre o sufrágio feminino revela uma mudança significativa nas avaliações desde a primeira tentativa de incluir as mulheres no corpo eleitoral, em 1890-891, até a inclusão definitiva no Código Eleitoral de 1932. Na primeira tentativa, a possibilidade de voto foi rejeitada sem justificativas. Em 1917, com a proposta de Maurício Lacerda foi considerada inconstitucional e inoportuna. Porém, em 1921, quando o projeto de Justo Chermont foi avaliado, o direito de voto para as mulheres passou a ser considerado constitucional, embora ainda inoportuno.²⁶³

A luta pelo sufrágio feminino no Brasil enfrentou grandes desafios, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da constitucionalidade, da oportunidade e da justiça do pedido. Esses três aspectos foram fundamentais na construção dos argumentos a favor e contra a inclusão das mulheres na esfera política. Desde então, as propostas deixaram de ser vistas como inconstitucionais e passaram a ser avaliadas com base na oportunidade política. Além disso, as enquetes realizadas pelos jornais cariocas mostraram uma crescente aceitação do sufrágio feminino entre os parlamentares ao longo dos anos. Em entrevista a “Revista da Semana” em 20 de Maio de 1933, Leolinda reflete sobre a conquista do sufrágio e seu papel na emancipação feminina:

Estou satisfeita com o recente pleito, vi antes de morrer, a mulher brasileira accorrer ás urnas. Mas, ainda vacillante nos seus ideaes, creio que ella tenha nesta primeira prova votado por influencia alheia ou por piedade, sem a consciencia plena do que representa a opinião popular e do que é o voto como valor intrinseco para eleger uma pessoa de reconhecida probidade moral e intellectual. Emfim. são os primeiros passos do neophyto... Para o futuro a mulher, mais esclarecida, saberá bem escolher os seus candidatos. [...] Comtudo, estou contente com a victoria das minhas colleças, pois isso representa um grande triumpho colectivo.²⁶⁴

Esse descontentamento pode ser interpretado como uma frustração pela sua própria derrota. Embora ela se sinta satisfeita por ter visto as mulheres brasileiras votarem pela

²⁶³ KARAWEJCZYK, 2014, p. 276-306.

²⁶⁴ A Revista da Semana 20 de maio de 1933. Ver em: [Revista da Semana \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://Revista da Semana (RJ) - 1930 a 1939 - DocReader Web (bn.gov.br))

primeira vez, expressa uma crítica à falta de discernimento político entre as eleitoras. Leolinda argumenta que muitas mulheres podem ter votado influenciadas por terceiros ou por compaixão, sem compreender plenamente a responsabilidade que o voto implica e a importância de escolher candidatos com idoneidade moral e intelectual. Essa crítica reforça mais uma vez a construção de sua reputação, associada a uma certa moralidade e autoridade que indicam que ela possui as habilidades e aptidões necessárias para ocupar tal cargo, evidenciando que, mais uma vez, não foi reconhecida por seus méritos, relegada ao esquecimento.

Já adiantado em maio de 1933, em que ocorreu em todo o Brasil a eleição para escolher os representantes na Assembleia Constituinte. Nesse contexto, Leolinda, como vimos no excerto acima, se lançou como candidata a uma vaga de deputada na assembleia, junto a outras mulheres já conhecidas do movimento sufragista: Natércia da Silveira e Bertha Lutz. No total, oito mulheres se candidataram à Constituinte, todas pelo Distrito Federal, que na época estava localizado no Rio de Janeiro.²⁶⁵

Com o aparecimento, embora "discreto" das candidatas D.D. Julita Monteiro Soares da Gama e Thereza Rabello de Macedo verifica-se que sobe a 8 o número de senhoras que concorreram no pleito de 3 de Maio, pois além das acima citadas figuram as Sras. Georgina de Azevedo Lima, Bertha Maria Julia Lutz, Ilka Labarthe, Nathercia de Cunha Silveira, Anna Vieira Cesar e Leolinda Daltro. Das candidatas têm ainda probabilidades de victoria as Sras. Georgina de Azevedo Lima e Bertha Lutz. As Sras. Ilka Laborthe e Nathercia da Silveira vem logrando, todavia, apreciavel votação. (Jornal do Brasil, 31 de Maio de 1933).²⁶⁶

Entre elas, Bertha Lutz destacou-se ao receber o maior número de votos, totalizando 16.423. Apesar desse resultado expressivo, o número de votos não foi suficiente para garantir uma cadeira na Câmara, mas Lutz assumiu a primeira suplência do Partido Autonomista. Essa eleição representou um marco importante na participação das mulheres na política brasileira, evidenciando seus esforços em conquistar espaço na esfera pública.

O trecho abaixo ilustra bem o que buscamos explorar ao longo dos capítulos, ao analisar a trajetória de Leolinda por meio de seus escritos autobiográficos e da cobertura da imprensa, que foram fundamentais para a construção de sua imagem pública. Na escrita de si, o autor se expressa de forma que o documento não se limita a “dizer o que houve”, mas

²⁶⁵ As candidatas foram: Leolinda Daltro, Natércia da Silveira, Bertha Lutz, Ilka Labarte, Georgina Azevedo Lima, Tereza Rabelo de Macedo e Julita Soares da Gama. Ver em: MARQUES, 2019, p. 107-114.

²⁶⁶ Jornal do Brasil 31 de maio de 1933. Algumas datas dos excertos de jornais podem não refletir a lógica cronológica das datas, mas aqui importa verificar o conteúdo. Ver em: [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://jornal-do-brasil.rj.gov.br/)

sim a relatar o que ele afirma ter visto, sentido e vivido, de maneira retrospectiva em relação aos acontecimentos significativos de sua vida.²⁶⁷ No caso de Leolinda, essa perspectiva revela o que ela vivenciou ao longo de sua trajetória pública.

O meu programma, se fosse eleita, seria pela defesa do fraco, das classes trabalhadoras, da laicidade do ensino e em prol do divorcio. Como sabe, ha 23 annos, fundei o "Partido Republicano Feminino" que existiu e prestou relevantes serviços, durante largos annos, em prol da mulher e da Patria. Sou professora, ha 50 annos, e fundei tambem a Junta Feminil pro-Hermes-Wenceslão em 1909. Organizei um Tiro Feminino "Rosa da Fonseca" tão ridicularizado; a no entanto, hoje, querem militarizar as mulheres e vestil-as com calças, masculinizando-as... **Como vê, pensei antecipadamente, tive idéas que não eram para aquella época!** "Sou muito grata aos meus amigos que lançaram a candidatura de uma pobre, velha alguns serviços a Patria, porém hoje está completamente esquecida. "Eu sabia de antemão que não seria cleita". (Grifo meu)²⁶⁸

Em sua entrevista, Leolinda delinea claramente seu programa político, que abrange a defesa dos oprimidos, a catequese leiga, a laicidade do ensino e a promoção da emancipação feminina. Ela ressalta seu histórico de ativismo ao fundar o PRF há 23 anos, destacando que essa iniciativa prestou relevantes serviços em prol das mulheres e da pátria. Além disso, menciona sua atuação como professora ao longo de cinco décadas e a criação da Junta Feminil pro-Hermes-Wenceslão em 1909. Essa reflexão sobre si mesma não apenas revela suas aspirações e frustrações, mas também evidencia a construção de sua imagem e a busca contínua por recuperar seu legado. Leolinda demonstra isso tanto na ata de fundação da Junta quanto em sua obra “Da Catechese”, utilizando essas estratégias para comprovar suas competências e assegurar um lugar de dignidade para seu nome e sua imagem pública.

As práticas que permitem ao indivíduo moderno construir uma identidade para si por meio de documentos são fundamentais para a compreensão de como Leolinda mobiliza seu legado na construção de sua imagem. Nesse contexto, a “chave para o entendimento dessas práticas culturais”²⁶⁹ reside na importância histórica que se confere à vida individual nas sociedades ocidentais. Ao relembrar suas memórias de forma ordenada e conveniente, tanto em suas obras quanto na maneira como utiliza a imprensa, Leolinda se alinha a essa perspectiva.

²⁶⁷ GOMES, 2004, p. 15. GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 9-13.

²⁶⁸ A Revista da Semana 20 de maio de 1933. Ver em: [Revista da Semana \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](http://Revista da Semana (RJ) - 1930 a 1939 - DocReader Web (bn.gov.br))

²⁶⁹ GOMES, 2004, p. 10-13.

Assim como a vida não é linear, a trajetória de Leolinda é marcada por uma série de adversidades que a capacitaram a se reinventar e se revelar, tanto para si mesma quanto para os outros. A acumulação de seus registros não se apresenta como um mero espelho de sua trajetória, é impossível captar a complexidade de uma vida ou seus minuciosos detalhes em um conjunto documental, pois isso exige um acordo com a realidade que se deseja projetar. A organicidade dos documentos, reunidos em uma seleção e ordenação cuidadosa, reflete o que há de mais significativo em sua publicação.

Ao narrar sua própria história e expor suas memórias, Leolinda atua como autora e personagem de sua trajetória, escolhendo eventos significativos que servem a uma invenção retórica ordenada. Isso evidencia a dimensão autobiográfica de seu relato, que interage com o detentor dos documentos e o processo de acumulação desses registros. Suas obras e sua atividade pública funcionam como um atestado de sua autoridade e notoriedade, com o objetivo de ocupar o tão desejado cargo oficial.

Em cada página, seu nome se destaca, reiterando a importância de sua posição como alguém apta e capaz de representar seus pares. Esse não é apenas seu compromisso, mas também a escolha mais acertada. Leolinda precisava apresentar seus argumentos ao público, impressionando a plateia com sua competência e demonstrando a prova de seus feitos. Seu nome, assim, se apresenta como uma imagem cuidadosamente elaborada de si mesma.

No entanto, é ao afastar e ofuscar certos aspectos de sua história que Leolinda se denuncia. O que realmente importa não é o que ela foi, mas a imagem que deseja projetar. Seus registros oferecem pistas sobre o que deve ser revelado e lembrado, enquanto ela arquiva sua vida e disputa uma memória que deseja mobilizar no futuro — um aspecto de enorme relevância para ela.

Leolinda não apenas documenta sua história, mas também garante que sua imagem seja reconhecida e preservada, com o objetivo explícito de construir um legado que ressoe nas gerações futuras. Ela afirma: “minhas memórias já se acham escritas, porém repito [...] doe-me a ideia de que meus patrícios e a posteridade guardem de mim uma lembrança falsa”.

²⁷⁰ Essa declaração reflete sua preocupação com a forma como será lembrada e o legado que deixará para trás.

“Como vê, pensei antecipadamente, tive idéas que não eram para aquella época”, ao reafirmar que está “fora de seu tempo”, Leolinda sugere que suas ideias foram à frente de sua época. Todo autor autobiográfico em maior ou menor grau, ao organizar e relembrar sua

²⁷⁰ DALTRO, 1920, p. XX.

trajetória, busca conectar suas experiências a um tempo que não coincide com o presente, como se estivesse deslocado de sua contemporaneidade. Esse sentimento de estar "fora de seu tempo" parece conferir-lhe uma autoridade especial e uma certa dignidade, além de agregar um efeito de veracidade ao que está sendo narrado.

É importante notar que relatar algo não garante que essa narrativa seja verdadeira. Como já discutido, toda literatura possui um caráter realista, pois remete à experiência do leitor e, neste caso, à do autor autobiográfico, em relação a objetos e sentimentos familiares. Assim, Leolinda está profundamente imersa em seu próprio tempo, pois o que lhe é familiar é aquilo que está ancorado em sua contemporaneidade.²⁷¹

Esse duplo critério de inteligibilidade e relevância demonstra que, em uma narrativa, a mera reivindicação de verdade não é suficiente. E os estudos de história social não ganham valor por ter a preocupação de trazer os elementos autênticos, mas porque revela estruturas de significação. Fazer história envolve compreender as ações dos indivíduos.²⁷² Portanto, mais do que contrariar Leolinda ao afirmar que ela está "dentro de seu tempo", o que tentamos fazer aqui, foi identificar o que essa afirmação significa para ela ao evocar sua imagem pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, a divisão em três capítulos permitiu capturar a complexidade da construção da imagem pública de Leolinda de Figueiredo Daltro, destacando as múltiplas dimensões que compõem sua trajetória. Desde o primeiro capítulo, “O exercício autobiográfico de Leolinda de Figueiredo Daltro: a biografia em duas dimensões”, observamos como Leolinda utilizou a escrita autobiográfica como uma ferramenta para moldar sua própria imagem e garantir que sua história fosse contada de uma maneira que legitimasse sua participação no espaço público. Ao construir sua persona, ela escolheu cuidadosamente os elementos que sustentariam a narrativa de uma mulher à frente de seu tempo, consolidando a relação entre o passado e o presente em sua autorrepresentação.

No segundo capítulo, “Leolinda de Figueiredo Daltro e a causa indígena: a figura de uma ‘catequista leiga’”, a trajetória de Leolinda se alinha a uma de suas principais causas: a questão indígena. Esse capítulo revelou como ela utilizou sua atuação como missionária leiga para se destacar e ingressar no debate público. Esse movimento marca o início da construção

²⁷¹ JABLONKA, 2020, p.161-174.

²⁷² Ibid., p. 169.

de sua imagem pública, quando sua viagem ao interior do Brasil em 1896 como “catechista leiga” serviu como uma plataforma para suas ambições políticas. O reconhecimento de sua dedicação à causa indígena foi um ponto central em sua tentativa de se firmar como uma figura relevante em seu tempo.

Finalmente, o terceiro capítulo, “Leolinda de Figueiredo Daltro e a construção de um legado: fundação do Partido Republicano Feminino, suas estratégias para avançar no espaço público e sua participação no alcance do sufrágio feminino”, explora como Leolinda se reposicionou na luta pela emancipação feminina, utilizando a fundação da Junta Feminil e, posteriormente, do Partido Republicano Feminino como novas estratégias para manter seu nome em evidência e para legitimar sua liderança no movimento feminista. O trabalho de Leolinda para avançar no espaço público e a luta pelo sufrágio feminino refletem não apenas uma busca por cargos públicos, mas também um esforço contínuo para garantir que seu nome e legado fossem lembrados.

Em todas essas frentes, a construção de sua imagem pública foi articulada por meio de um esforço contínuo para ser vista e reconhecida. As causas que ela abraçou – tanto a causa indígena quanto a feminista – foram elementos chave para definir sua identidade pública e assegurar seu lugar na história. Mais do que uma narrativa biográfica, o percurso de Leolinda revela o que ela desejava projetar de si mesma: uma mulher pioneira, à frente de seu tempo, que lutou com determinação para ser ouvida e reconhecida em um cenário social em transformação. Assim, sua autobiografia, suas lutas e suas realizações se entrelaçam, fornecendo um retrato de alguém que, ao moldar sua imagem pública, também moldou o legado que esperava deixar.

Como vimos, a autobiografia, assim como a realidade percebida, é um produto narrativo, uma construção que nunca é neutra ou completamente fiel aos fatos. Ao narrar sua própria história, o autobiógrafo seleciona cuidadosamente o que deseja revelar, priorizando certos eventos, emoções e experiências, enquanto omite ou minimiza outros. Isso significa que a autobiografia não é a “verdade pura”, mas sim uma interpretação, uma versão dos fatos que serve à identidade que o sujeito quer projetar, tanto para si quanto para os outros.

A realidade que se reflete na autobiografia, portanto, é filtrada pela percepção subjetiva e pelos interesses do narrador. Ao invés de ser um espelho fiel da vida, ela se torna uma obra intencional, moldada pelo desejo de apresentar uma imagem coerente ou desejada de si. Essa seleção é guiada pelo que o autor considera importante compartilhar, o que reflete não apenas sua vivência, mas também os valores, as expectativas e as pressões de seu tempo. Em outras palavras, o que se revela na autobiografia é menos a totalidade da verdade vivida e

mais uma versão editada, construída com base no que o autor julga relevante para sua identidade e para a percepção que quer que os outros tenham dele.

Portanto, essa construção autobiográfica é inevitavelmente influenciada pela contemporaneidade, já que o autor é condicionado pela sociedade, pelas memórias coletivas e pelos significados sociais de sua época. A realidade e a autobiografia, longe de serem a verdade absoluta, são produtos moldados pela subjetividade e pelo contexto histórico, destacando que identidade e memória são fenômenos em constante construção.

A biografia, como sabemos, tem sido amplamente empregada ao longo de diferentes momentos históricos. Já discutimos que a forma de se produzir uma biografia hoje difere substancialmente daquela realizada no século XIX ou no início do século XX. O retorno da biografia na contemporaneidade, focado nas vidas privadas ou nas trajetórias individuais, já está bem consolidado entre historiadores que praticam essa abordagem e em seu reconhecimento acadêmico.

Nesta pesquisa, a biografia foi o meu objeto de estudo. Não me propus a escrever uma nova biografia de Leolinda, mas sim investiguei como ela construiu sua própria imagem pública, como desejava ser percebida e lida pela sociedade de sua época. O que busquei foi refletir sobre a maneira pela qual Leolinda utilizou uma "biografia das virtudes" para destacar seu nome e se inserir no campo público. Assim como ela construiu sua própria narrativa, Leolinda também se torna, de certa forma, uma construção minha ao longo desta pesquisa. O foco, portanto, esteve menos em tentar reconstituir sua biografia de maneira linear e mais em compreender as representações e invenções que ela forjou para si mesma.

Dessa forma, não é possível desvincular a análise das virtudes de Leolinda dos contextos sistêmicos que a cercavam. Ela faz questão de se apresentar como portadora de determinadas qualidades, entendendo que elas eram essenciais para obter o reconhecimento e, eventualmente, o cargo público que almejava. Sua busca por distinção e legitimidade, portanto, pode ser vista como uma tentativa de ingressar em um campo que, naquele período, era amplamente dominado por homens — seja na política, na imprensa ou no espaço público de modo geral.

Entender o funcionamento desse campo e os esforços de Leolinda para adentrar nele foi crucial para compreendermos como ela construiu sua identidade pública. As regras de consagração desse campo — as virtudes morais, políticas e epistêmicas exigidas — moldam a própria maneira como ela se posiciona e atua. Não estamos lidando com um campo estático, a tensão entre a trajetória individual de Leolinda e as exigências deste espaço masculino cria novas dinâmicas de inserção e reconhecimento.

Por isso, foi fundamental reconhecer as duas dimensões da biografia nesta pesquisa: por um lado, refletimos sobre os esforços de Leolinda para organizar a documentação e produzir uma imagem de si mesma; por outro, articulamos sua figura com a realidade em que estava inserida. Isso implica lidar com as limitações e escolhas pessoais, bem como com as conjunturas políticas e sociais do período. A biografia, portanto, não é apenas um relato de uma vida, mas um campo de tensões, ambições e projeções que ultrapassam a própria Leolinda.

E essas práticas que permitem ao indivíduo moderno construir sua identidade por meio de documentos são essenciais para entender como Leolinda mobilizou seu legado na construção de sua imagem pública. A chave para compreender essas práticas culturais reside na importância histórica conferida à vida individual nas sociedades ocidentais, e Leolinda se insere nesse contexto ao ordenar suas memórias de forma estratégica, tanto em suas obras quanto no uso da imprensa.

A trajetória de Leolinda não é linear, assim como a vida não segue uma linha reta. Ela enfrentou uma série de adversidades que a forçaram a se reinventar e a se redescobrir continuamente, tanto para si mesma quanto para o público. A documentação que acumulou ao longo da vida não reflete simplesmente sua trajetória em um sentido cronológico ou factual. Capturar a complexidade de uma vida em um conjunto de documentos é impossível, pois isso implica selecionar e projetar uma versão da realidade, ou seja, o real ele não é alcançável, o que temos é a realidade, que já é um produto orientado. Os registros de Leolinda, cuidadosamente organizados, espelham essa seleção de eventos e fatos que ela considerava mais significativos para sua imagem pública.

Ao narrar sua própria trajetória, Leolinda não é apenas autora e editora, mas também personagem de sua vida. Ela escolhe cuidadosamente quais eventos destacar, construindo uma narrativa retórica que serve a seus interesses. Essa dimensão autobiográfica revela não apenas a trajetória de Leolinda, mas também o papel que ela assume como guardiã de sua memória. Suas publicações e ações públicas funcionam como um certificado de sua autoridade e relevância, sempre com o objetivo de garantir um cargo público e consolidar sua posição.

Em cada página, o nome de Leolinda é reiterado, ressaltando sua aptidão e capacidade para representar seus pares. Para ela, não se tratava apenas de narrar sua vida, mas de oferecer uma imagem pública de competência e legitimidade. Isso reflete não apenas seu compromisso com a causa, mas sua estratégia deliberada de se apresentar como a escolha mais adequada para ocupar um espaço de poder e representação. Seus argumentos precisavam

impressionar o público e as autoridades, e sua trajetória, cuidadosamente documentada, servia como prova concreta de seus feitos.

No entanto, é ao ofuscar ou silenciar certos aspectos de sua história que Leolinda se revela de forma mais intrigante. O que realmente importa para ela não é tanto o que foi, mas como deseja ser lembrada. Seus registros fornecem pistas sobre o que ela considerava importante revelar e, ao mesmo tempo, sobre o que deveria ser omitido. Leolinda arquiva sua vida de forma seletiva, disputando o direito de moldar a memória que gostaria de deixar para o futuro.

Essa preocupação com o legado é evidente quando ela afirma: “minhas memórias já se acham escritas, porém repito [...] doe-me a ideia de que meus patrícios e a posteridade guardem de mim uma lembrança falsa”. A frase encapsula sua angústia em garantir que sua imagem seja fielmente preservada e que o público e as gerações futuras reconheçam sua verdadeira contribuição. Para Leolinda, o ato de documentar sua trajetória é, acima de tudo, uma tentativa de consolidar um legado que ultrapasse o presente e ressoe nas gerações por vir, assegurando que a lembrança de sua vida corresponda àquela que ela tanto desejava projetar.

O que Leolinda tenta fazer ao se dizer "fora de seu tempo" é construir uma estratégia narrativa que busque atribuir singularidade e importância ao seu percurso. Essa escolha não é apenas uma ferramenta retórica, mas uma forma de reivindicar um espaço na história que ela mesma desejava ocupar, forjando uma imagem de pioneirismo que tentava transcender as limitações de sua época.

Ao mobilizar essa ideia, não podemos esquecer que Leolinda, de fato, pertencia ao seu tempo. Embora ela tenha desejado projetar a imagem de uma mulher à frente de sua época, suas ações e discursos são produto das condições sociais e políticas de sua contemporaneidade. Não há como dissociá-la das normas e expectativas de seu tempo, pois sua trajetória, seus desafios e as estratégias que adotou para moldar sua imagem pública são, em essência, uma resposta direta às demandas e limitações de seu próprio contexto histórico.

Assim, ao tensionar a figura de Leolinda, como já reiterei algumas vezes, não estou escrevendo uma biografia no sentido clássico, mas investigando as maneiras pelas quais ela tentou forjar essa imagem de "mulher fora de seu tempo". Ao fazê-lo, verifico não apenas quem Leolinda foi, mas como ela queria ser lembrada: como uma pioneira que desafiou as convenções. Contudo, essa análise também nos permite ver como, na realidade, ela estava profundamente enraizada em sua própria época, utilizando as ferramentas disponíveis para construir sua imagem pública.

Eu, assim como Leolinda, não sou uma historiadora fora do meu tempo. Estou profundamente enraizada em minha própria contemporaneidade e, como tal, reconheço que minhas reflexões e questionamentos são moldados por esse presente. Agamben nos provocou lá no início desta dissertação a refletir sobre o que significa ser contemporâneo, lembrando-nos de que, mesmo ao criticar nosso tempo, estamos irrevogavelmente ligados a ele.

Nesse sentido, ao analisar a biografia e a construção da imagem de uma personagem como Leolinda, foi crucial compreender como ambas pertencemos ao nosso tempo. A contemporaneidade, o que significa dizer mais uma vez, é uma relação complexa com o presente, que exige tanto um pertencimento quanto um distanciamento. Leolinda, por mais que tentasse se colocar como fora de sua época, é uma figura profundamente ligada às tensões e desafios de seu próprio tempo, assim como eu sou em relação ao meu.

FONTES

DALTRO, Leolinda de Figueiredo. Da catechese dos indios no Brasil. Noticias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

DALTRO, Leolinda. Início do Feminismo no Brasil. Subsídios para a História. Rio de Janeiro: Typographia da Escola Orsina da Fonseca/ Leolinda Daltro; introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha. -- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. – (Coleção vozes femininas), (Obra original publicada em 1918).

JORNAIS

A candidatura d'altro. A Época. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1919. Ver em: [A Epoca \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

A professora Daltro e o Sr Sá Freire. A Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1920. Ver em: [Gazeta de Noticias \(RJ\) - 1920 a 1929 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

A professora Leolinda queixa-se da imprensa. A Epoca. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1918. [A Epoca \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web](#)

A sufragista Leolinda. Gil Blas. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1919. Ver em: [Gil-Blas : Pamphleto de Combate \(RJ\) - 1919 a 1923 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

Annaes da Câmara, sessão de 22 de dezembro de 1916. Ver em [Annaes da Camara dos Deputados \(RJ\) - 1910 a 1918 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

Evocando os primeiros surtos do feminismo. A Noite. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934. [A Noite \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web](#)

E o feminismo vae dar o seu primeiro passo no Brasil. A Noite. Rio de Janeiro, A Noite, 24 de setembro de 1919. Ver em: [A Noite \(RJ\) - 1911 a 1919 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

Inícios do Feminismo no Brasil. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1918.

Disponível em [Gazeta de Notícias \(RJ\) - 1900 a 1919 - DocReader Web](#)

O Desporto e a Política. O Paiz. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1919. Ver em: [O Paiz \(RJ\) - 1910 a 1919 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

O feminismo no Brasil. O Imparcial. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1917. [O Imparcial : Diário Ilustrado do Rio de Janeiro \(RJ\) - 1912 a 1919 - DocReader Web](#)

O feminismo triunfante. Revista da Semana. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1933. Ver em: [Revista da Semana \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web \(bn.gov.br\)](#)

Os profissionaes na constituinte. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1933. [Jornal do Brasil \(RJ\) - 1930 a 1939 - DocReader Web](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Emilia V. de. **Professora Leolinda Daltro: uma proposta de catequese laica para os indígenas do Brasil 1895-1911.** Dissertação (Mestrado em História da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, SP, 2007.

ACEVES, María Teresa Fernández. "Entre archivos y la historia de mujeres y de género: reflexión autoetnográfica." **PANORÁMICA DE LOS ESTUDIOS DE GÉNERO EN LA UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA.** Investigaciones estudiantiles, 2023.

AGAMBEN, Giorgio. **O fogo e o relato: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios.** Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil no século 19: da invisibilidade ao protagonismo.** 2013.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.

AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. **História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 397-429, 2020. DOI: 10.15848/hh.v13i33.1585.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998.

CARNEIRO, Thaís Mendes Moura. Mulheres públicas: a construção de redes de sociabilidade intelectual feminina no mundo hispano-americano (1880-1920). **Faces da História**, v. 11, n. 1, p. 331-349, 2024.

CORRÊA, Mariza. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. In: _____. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139.

DE SOUZA, A. B. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 5, n. 9, p. 106–128, 2012. DOI: 10.15848/hh.v0i9.401. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/401>. Acesso em: 2 dez. 2023.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. **Trajetória sertanista entre a ditadura e a democracia no Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Vega, Passagens, 1992.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: raízes do método indiciário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/PPGHIS, 2012.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso do Filinto Muller. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, 1997.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporânea: manifiesto por las ciencias**. 2014.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LEJEUNE, Philippe. El pacto autobiográfico. **Suplementos Anthropos**, v. 29, n. 9, p. 47-61, 1991.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. 1995.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, 2013.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 149-169, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

MAYNES, M. J.; PIERCE, J. L.; LASLETT, B. **Telling Stories**: the use of personal narratives in the social sciences and history. Cornell University Press, 2008.

MELO, M. S. DE S.; COSTA, L. P. A. Implicações sobre as narrativas de si. **Letras & Letras**, v. 26, n. 1, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Tese de doutoramento, PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, fevereiro de 2009.

PEREIRA, Marcelo. **Coração andarilho**: escrita de si, escrita da pátria. Letras & Letras, v. 26, Uberlândia, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, p. 21-49, 2011.

ROCHA, Elaine Pereira. **Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859 – 1935)** – patriotismo, indigenismo e feminismo. 2002.

ROCHA, Elaine Pereira. Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. **Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15,

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás-1896-1920). 2014.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCHMIDT, B. B. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. **Diálogos**, v. 21, n. 2, p. 44 - 49, 16 set. 2017.

SILVA, Eduardo. **Idéias políticas de Quintino Bocaiúva**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa; Senado Federal, 1986.

SILVA, Maria Clara. **A dimensão autobiográfica em da Catechese dos índios de Leolinda de Figueiredo Daltro (1896-1920)**. 2021. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Maria Clara Silva, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a obtenção de grau de mestra foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 26 de setembro de 2024.

MARIA CLARA SILVA